



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Luiz Gustavo Henrique de Freitas

(NOVOS) ATORES NO PARLAMENTO:

A REPRESENTAÇÃO DE VENTURA, KATAR MOREIRA E COTRIM
DE FIGUEIREDO NA PRODUÇÃO INFORMATIVA

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientada pela Professora
Doutora Rita Joana Basílio de Simões, apresentada ao Departamento de Filosofia,
Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Janeiro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

(NOVOS) ATORES NO PARLAMENTO: A REPRESENTAÇÃO DE VENTURA, KATAR MOREIRA E COTRIM DE FIGUEIREDO NA PRODUÇÃO INFORMATIVA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	(Novos) atores no Parlamento:
Subtítulo	A representação de Ventura, Katar Moreira e Cotrim de Figueiredo na produção informativa
Autor	Luiz Gustavo Henrique de Freitas
Orientador	Rita Joana Basílio de Simões
Júri	Presidente: Doutora Ana Teresa Fernandes Peixinho de Cristo
	Vogais:
	1. Doutora Sofia José Figueira Santos
	2. Doutora Rita Joana Basílio de Simões
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Comunicação
Especialidade/Ramo	Investigação
Data da defesa	10-02-2021
Classificação	18 valores



À minha avó, Dona Nair, a quem pude levar, já em sua velhice, às aulas de alfabetização.

À minha mãe, Rosali, de quem segurava os livros e o caderno na garupa da bicicleta à caminho da escola na qual concluiu seus estudos depois de um longo hiato.

À vontade dessas duas, que segue desaguando em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer e abraçar. Título de uma música interpretada por Maria Bethânia, dentro da qual eu gostaria de estar enquanto escrevo estas linhas. E não sozinho, como foi preciso em muitos momentos para encontrar a concentração necessária para por no mundo este trabalho. Mas junto daqueles que aqui contemplo.

Aos deuses da força, da coragem e do discernimento, agradeço a alvorada na vossa hora marcada.

À minha avó Nair e à minha tia-avó Marieta, agradeço as orações.

Aos meus pais, Rosali e Geraldo, agradeço os esforços.

Às minhas afilhadas, Angelina e Valentina, agradeço as alegrias.

Ao Fábio, agradeço o amor e o cuidado.

À doutora Rita Basílio de Simões, a quem só por hoje não tenho nada a pedir e que aqui representa todas e todos que me ajudaram a subir mais um degrau nas escolas e faculdades da vida, agradeço as valiosas orientações.

Aos meus familiares, agradeço os bons momentos.

Aos companheiros de percurso, Bibiana e Eduardo, agradeço a parceria.

Aos meus amigos, agradeço o apoio.

Ao Arlindo Cardoso e demais profissionais da UC, da limpeza aos serviços académicos, agradeço o zelo.

Ao coordenador João Figueira, agradeço a solicitude.

À professora Maria João Silveirinha, agradeço a acolhida.

À Blue, ao Rajito e ao Babylon, agradeço as distrações.

Ao Stuart Hall, homem negro que fez história na terra do colonizador, agradeço a herança teórica e o legado inspirador.

A você que me está a ler, agradeço a atenção.

E, à vida, agradeço a oportunidade.

RESUMO

(Novos) atores no Parlamento: a representação de Ventura, Katar Moreira e Cotrim de Figueiredo na produção informativa

Entendendo os *Media* como um dispositivo social cuja essência é representar, ou seja, gerar sentido por meio da linguagem, este trabalho busca perceber as representações mediáticas de diferentes atores com diferentes condições de possibilidade de performance política. Aqui, olhamos criticamente para o “trabalho das representações” que se deu a partir da entrada de três novos deputados de três novos partidos no Parlamento português em 2019, por ocasião da formação da XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa: André Ventura, eleito pelo partido Chega; João Cotrim de Figueiredo, eleito partido Iniciativa Liberal; e Joacine Katar Moreira, eleita pelo partido Livre. Para estabelecer este olhar crítico fez-se necessária uma sensibilidade interseccional pós-colonial para o entendimento dessas representações, por ser Joacine Katar Moreira uma mulher negra nascida em Guiné-Bissau (ex-colónia portuguesa há menos de 50 anos). O *corpus* que possibilitou este estudo foi formado por 355 unidades de análise recolhidas dos *sites* dos jornais portugueses com maiores acessos em outubro de 2019 quando iniciou-se a XIV Legislatura: o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Público*. O discurso mediático sobre essas novas personalidades políticas eleitas constitui-se como principal interesse desta investigação, na qual empregamos como metodologia a Análise de Conteúdo para a obtenção dos padrões dessas representações e a Análise Crítica do Discurso para ir além do conteúdo manifesto nos textos e perceber valores atribuídos e socializados.

Palavras-chave: representação mediática; discurso mediático; cobertura política; política portuguesa; pós-colonialismo

ABSTRACT

(New) actors in Parliament: the representation of Ventura, Katar Moreira and Cotrim de Figueiredo in the informative production

Understanding the Media as a social device whose essence is to represent, that is, to generate meaning through language, this research seeks to understand the media representations of different actors with different conditions for the possibility of political performance. Here, we look critically at the “work of the representations” that took place from the entry of three new deputies from three new parties in the Portuguese Parliament in 2019, on the occasion of the formation of the XIV Legislature of the Third Portuguese Republic: André Ventura, elected by Chega party; João Cotrim de Figueiredo, elected by Iniciativa Liberal party; and Joacine Katar Moreira, elected by Livre party. Because Joacine Katar Moreira is a black woman born in Guinea-Bissau (former Portuguese colony until less than 50 years ago) a post-colonial intersectional sensitivity was necessary to understand these representations with a critical view. The *corpus* that made this research possible was formed by 355 units of analysis collected from the websites of Portuguese newspapers with the greatest access in October 2019 when the XIV Legislature began: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* and *Público*. The media discourse on these new elected political personalities is the main interest of this investigation, in which we use Content Analysis as a methodology to obtain the patterns of these representations and the Critical Discourse Analysis to go beyond the content manifest in the texts and understand assigned and socialized values.

Keywords: media representation; media discourse; political coverage; Portuguese politics; postcolonialism

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACD	Análise Crítica do Discurso
AV	André Ventura
CM	Jornal Correio da Manhã
DN	Jornal Diário de Notícias
JCF	João Cotrim de Figueiredo
JKM	Joacine Katar Moreira
OCS	Órgão de Comunicação Social
PB	Jornal PÚBLICO

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1: Os <i>Media</i> e o “trabalho das representações”	4
1.1 Das representações mediáticas	9
1.2 Das teorias das representações	11
1.3 Do discurso jornalístico como representação mediática	16
Capítulo 2: O “trabalho das representações” na cobertura de atores políticos	21
2.1 Três concepções de representação para o estudo da cobertura política.....	23
2.2. Representações ‘genderizadas’ de um campo político masculinizado.....	26
2.3 A colonização partidária dos <i>media</i> e suas implicações discursivas	31
Capítulo 3: Um olhar pós-colonial sobre o “trabalho das representações”	35
3.1 O gênero como primeira baliza das representações políticas e mediáticas	36
3.2 Representações mediáticas em democracias colonizadas	39
3.3 Linguagem e discurso mediático e a necessidade de uma crítica interseccional ...	43
Capítulo 4: Estratégia metodológica	46
4.1. Dos objetivos, questões e hipóteses de pesquisa	46
4.2. Da delimitação do objeto.....	47
4.1.1 <i>Os (novos) atores políticos em análise</i>	48
4.1.2 <i>Constituição do corpus</i>	49
4.3 Dos métodos de análise	51
4.3.1 <i>Análise de Conteúdo (AC)</i>	51
4.3.2. <i>Análise Crítica do Discurso (ACD)</i>	53
Capítulo 5: Análise da representação de atores políticos	57
5.1 Descobertas a partir das variáveis da AC	57
5.2 Análise crítica das representações mediáticas	70
5.2.1. <i>Autonomia</i>	71
5.2.2. <i>Estereótipo</i>	74
5.2.3. <i>Exposição</i>	77
5.2.4. <i>Linguagem</i>	82
Conclusão	86
Bibliografia	90
ANEXOS	99

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico n.º 01 – Distribuição do <i>corpus</i> por OCS	57
Gráfico n.º 02 – Autoria das unidades de análise do <i>corpus</i>	58
Gráfico n.º 03 – Secção de publicação das unidades de análise do <i>corpus</i>	60
Gráfico n.º 04 – Frequência da presença de AV na produção informativa.....	63
Gráfico n.º 05 – Frequência da presença de JKM na produção informativa.....	63
Gráfico n.º 06 – Frequência da presença de JCF na produção informativa	63
Gráfico n.º 07 – Proeminência de ator político em titulação	65
Gráfico n.º 08 – Proeminência de ator político em imagem principal	65
Gráfico n.º 09 – Distribuição da cobertura mediática sobre AV.....	67
Gráfico n.º 10 – Distribuição da cobertura mediática sobre JKM	69
Gráfico n.º 11 – Distribuição da cobertura mediática sobre JCF	69

Introdução

Em 2019, por meio de eleições legislativas regulares formou-se a XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa. Esta formação, que se espera atuar entre 2019 e 2023, tem a maior diversidade partidária que já se conferiu na Assembleia da República, com os 230 assentos parlamentares distribuídos entre deputados de 10 partidos políticos¹. Três desses 10 partidos são estreantes no Parlamento: o Chega, o Iniciativa Liberal e o Livre. Sendo esta a primeira vez que três novos partidos conquistam simultaneamente assento parlamentar com um único deputado, cada².

Esses três novos deputados dos três partidos estreantes também pela primeira vez ocupam este importante cargo político legislativo nacional. Tratam-se de André Claro Amaral Ventura (AV), eleito pelo partido nacional-conservador Chega; Joacine Elysées Katar Tavares Moreira (JKM) eleita pelo partido ecossocialista Livre (embora tenha passado ao estatuto de Não Inscrita com pouco mais de três meses de mandato); e João Fernando Cotrim de Figueiredo (JCF) eleito pelo partido liberalista Iniciativa Liberal. Os três parlamentares têm pouco em comum, talvez apenas o fato de serem deputados únicos representantes de partido os una.

A deputada JKM faz parte ainda de outros três marcos históricos desta legislatura: primeiro, a eleição de 86 mulheres ao parlamento nacional, o maior número já observado e que representa 38% dos assentos parlamentares³; segundo, por três dessas 86 mulheres serem negras e de origem guineense, ex-colónia portuguesa até 1974. Este número simultâneo de luso-africanas eleitas também é o maior já registado; terceiro, por ser JKM a primeira mulher negra luso-africana a vencer uma eleição encabeçando uma de lista de candidaturas. Mesmo tendo ficado a representar o partido pelo qual foi eleita apenas até o fim de janeiro de 2020, quando lhe foi retirada a confiança política por parte do Livre, estando a parlamentar a responder, desde então, como Deputada Não Inscrita.

Nestes marcos brevemente narrados, encontramos a oportunidade de estudo das representações mediáticas de atores políticos tomando como foco deputados estreantes no parlamento e no cenário político nacional. Uma das principais inquietações motivadoras deste trabalho é o interesse em perceber como foram integrados e retratados esses novos atores políticos nos discursos mediáticos. De pronto, o que se pode afirmar sobre a cobertura mediática

¹ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/ResultadosEleitorais.aspx>

² Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/ResultadosEleitoraisAnteriores.aspx>

³ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/nunca-houve-tantas-mulheres-parlamento-1889003>

focada nos três é que AV foi o que esteve associado às polémicas, JKM à improdutividade e JCF estritamente associado às atividades político-parlamentares.

Partindo das perceções de Stuart Hall acerca das representações por meio do seu alinhamento a Michel Foucault, pautamos este estudo no discurso, cuja conceituação equiparou à própria representação, sendo entendido como a produção de sentido por meio da linguagem. Dispusemo-nos, então, a analisar discursos mediáticos de jornais portugueses de referência durante o primeiro semestre da 14ª legislatura, recolhendo toda a produção focada nos três deputados destacados e submetendo esta amostragem à análises de conteúdo e crítica do discurso.

Optamos pela compreensão dessas representações mediáticas de representantes políticos por acreditarmos, assim como Hartley (2019) e Miguel (2014), que as representações políticas e mediáticas mantém uma relação de retroalimentação e que a forma como os *media* representarão este espectro político mais alargado e diverso impactará em pleitos futuros e na confiança dos eleitores nas mulheres e no outro político, principalmente, por estarem destacados nesta legislatura (Lazarsfeld et al., 1960; Martino, 2012).

Quando falamos em outro político, evocamos os trabalhos de diversas autoras que foram preponderantes à este debate aqui estabelecido (Albæk et al., 2019; Ribeiro, 2017; Siopera, 2010; Spivak, 2010), especialmente por entendermos que só uma sensibilidade às diferenças entre sexos e entre géneros não são suficientes para compreender as macroestruturas que regem as representações distópicas (Van Dijk, 1980), sejam na política ou nos *media*. Por isso, ancoramos esta investigação a uma perspetiva feminista interseccional pós-colonial por ainda percebermos um espectro colonial a rondar o imaginário português (Cunha, 2007).

Dedicar-se ao discurso, como orienta Foucault, é se comprometer não somente com o texto em si mas também com o contexto do qual ele resulta. E, por isso, iniciamos esta pesquisa entendendo que, a partir do que nos mostra a história, o discurso mediático português sobre o campo político está orientado de forma genderizada ou, mais especificamente, masculinizada, pois, nunca uma mulher ocupou o cargo de presidente, sendo o homem o padrão neste cargo; no Parlamento, homens sempre foram a maioria; e, na única e rápida vez em que uma mulher ocupou o lugar de primeira-ministra, os *media* trataram-na como primeiro-ministro (Martins, 2014). Portanto, é sobre um discurso masculinizado e colonial que nos debruçamos.

A observação da entrada de novos atores e novas forças políticas no discurso mediático torna-se ainda mais interessante do ponto de vista da necessidade de alteração do padrão de representações vigente. Os *media*, num curto espaço de tempo, precisaram perceber esses novos sujeitos para poder oferecer às audiências e aos leitores leituras sobre os deputados para que

também pudessem, os cidadãos, perceber e construir opiniões sobre estes parlamentares que, desde o primeiro momento da legislatura, estiveram bastante presente nos *media* de modo geral.

No primeiro capítulo tentamos estabelecer um conceito para as representações mediáticas (Esteves, 2016; Hall, 2016; Orgad, 2012), entender as teorias aplicadas sobre as representações por parte dos Estudos Culturais (Foucault, 1999; Hall, 2016) bem como centrar no jornalismo nossas teorizações a respeito das representações mediáticas. Inclusive, é para esta linguagem mediática que tentamos orientar este trabalho, cujo processo de análises incidirá sobre a produção informativa.

Tendo delimitado o jornalismo como foco, no segundo capítulo buscamos compreender representação mediática na produção informativa e sua relação com o campo político (Hartley, 2019), assim como buscamos estabelecer sobre quais imaginários as representações são estruturadas (Ritchie, 2013) e trazer teorias que joguem luz sobre as influências que os partidos políticos exercem sobre a atuação mediática e que comprometem as representações (Bajomi-Lázár, 2013).

Para o terceiro capítulo, reservamos as discussões sobre interseccionalidade e feminismo pós-colonial. Julgamos importante ancorar o debate à essas perspectivas pois percebemos as implicações que classe, raça e nacionalidade podem ter nas representações. Pautamos o género como principal mediador das representações e sobre este aspeto aplicamos essas outras camadas, mas sem fazer diferenciações sobre qual recorte é o mais importante (Kosut, 2012). Também discutimos a colonização das democracias pelo poder hegemónico e o quanto nossa língua, nosso repertório linguístico e os discursos que construímos a partir dele limitam o acesso das margens aos centros de poder (Butler, 1997).

A estratégia metodológica estruturada e descrita no quarto capítulo considera todos esses fatores mencionados acima e está composta por uma Análise de Conteúdo de 355 textos informativos extraídos dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *PÚBLICO* e uma Análise Crítica do Discurso de um *subcorpus* formado por 21 peças em que detetamos questões que, para nós, são representativas do modo dos *media* portugueses de representar esses atores políticos.

No quinto capítulo trazemos os resultados das análises e problematizamos as representações mediáticas sobre cada um dos deputados, bem como buscamos apresentar um diagnóstico que possa servir a pesquisas futuras e contribuir com a produção de representações mediáticas de sujeitos, sejam eles políticos ou não, que não os marginalize e estereotipe ou que colabore com a manutenção de um *status quo* que nega a existência e a agência do outro.

Capítulo 1: Os *Media* e o “trabalho das representações”

Na comunicação, entendemos por *media* quaisquer meios pelos quais mensagens possam ser transmitidas. Hartley (2019) ilustra isso afirmando que tanto uma parede quanto a internet são exemplos de *media*. Já quando nos referimos aos *Media*, assim em maiúsculo, de acordo com o mesmo autor, estamos evocando um imaginário consolidado no século XX entre o senso comum e que remete às indústrias de conteúdo que atuavam – e ainda atuam mesmo com a horizontalização fomentada por meio das possibilidades de participação trazidas pela internet – na intenção de alcançar largas e diversas audiências e leitores dentro da lógica da comunicação de massa (um-para-muitos).

Ainda de acordo com Hartley (2019), nos dias atuais, os *Media* seguem resistindo como essas fortes indústrias de atuação verticalizada. Mas, desde meados de 1990, com a convergência entre *media* de conteúdo, telecomunicações e computação interativa, o cenário vem se transformando. No caso específico do jornalismo, a principal atividade mantenedora dos *media* informativos e sobre a qual dedicaremos aqui mais esforços e atenção, o autor acredita que seus profissionais “estão se transformando em editores (manipuladores de informações existentes), em vez de coletores” (p. 201). Ou seja, estamos a passar pelo período de transição do um-para-muitos para o muitos-para-muitos, que Castells (2007) conceitua como a emergência de uma “autocomunicação de massa”, estando o jornalismo, neste processo, a se consolidar como um curador de informações (Luhmann, 2009).

Mas quais seriam as implicações sociais dessas mudanças no campo mediático? Os *media* atuam na consciência coletiva por meio de representações mediáticas, um tipo de representação, processo descrito por Esteves como (2016) a sintetização da forma como os indivíduos veem o mundo em redor, sua relação com esse espaço e a si mesmos como pessoas. Essas representações são definidas pelo autor como “investimento de sentido” que operam no mundo em geral, em cada sociedade e em cada um dos indivíduos. E é por meio desses investimentos de sentido na consciência coletiva que se delimita a própria realidade, cuja estabilidade depende do número de diferentes sentidos investidos.

Ou seja, se entendermos os *media* como exemplo desses investidores, o quanto mais horizontalizado está o campo de emissão, mais amplas serão as disputas de influência na arena na qual se constitui a percepção cotidiana da realidade, “a mais profundamente enraizada na nossa experiência, exercendo certa supremacia sobre todas as demais” (Esteves, 2016, p. 69). Essa realidade cotidiana que se constitui como um saber comum exerce influência em todos os

espaços da vida social, e isso se dá, também de acordo com Esteves (2016), por meio da linguagem, o *medium* por excelência de construção da realidade cotidiana.

Mas, mesmo com essas mudanças a acontecer, ainda sob a lógica das contribuições de Esteves (2016), é impossível afirmar que todos os canais mediáticos têm o mesmo peso social. Aqueles que se beneficiam do fator tradição (Esteves, 2016), de altos investimentos financeiros e tecnológicos para abrangência em larga escala (Hartley, 2019) e estão integrados à conglomerados empresariais, os *media mainstream*, são exemplos de investidores de sentido cuja força impacta socialmente acima da média de outros canais mediáticos, como os alternativos.

Mesmo dentro do entendimento de que a internet ampliou o leque de produtores e que os *media mainstream* estão perdendo força, autores como Miguel (2014) acreditam que estes continuam a ocupar a posição de principais provedores de informação mesmo na internet, usando-se de portais alimentados pela sinergia oferecida pelas estruturas de produção de notícias para os meios convencionais, sendo esses conteúdos, com frequência, a principal ou única fonte de outros emissores dentro da mesma rede. O autor afirma ainda que esses *media mainstream* seguem como os principais investidores de sentido na agenda comum do público, que também denomina de “ambiente de informação compartilhada”.

Para Miguel (2014), frente à essa resistência dos monopólios da informação mesmo na era da internet, grupos alternativos seguem em posições secundárias de “comentaristas que reagem a essa agenda, de ativistas que tentam influenciá-la a partir das margens e/ou de comunidades de gueto que mantêm uma faixa própria, paralela, com pouco ou nenhum diálogo com o público mais amplo” (p. 145).

A partir dessas reflexões iniciais, então, podemos perceber a ainda destacada importância e influência dos *media mainstream* na própria pauta mediática, bem como na pauta pública. Sendo estes os principais investidores de sentido do campo mediático operando nas consciências coletivas por meio das representações mediáticas. Percebendo essas representações mediáticas como um trabalho de validações e invalidações, os *media* vêm sendo considerados cada vez mais estratégicos para diferentes grupos tornarem publicamente reconhecidas as suas pautas e leituras sociais na arena de disputas simbólicas que é a sociedade, particularmente pelo papel que é desempenhado por esses dispositivos sociais enquanto mediadores da vida cotidiana (Simões, 2011). Também em conjunto com uma contínua consolidação de uma era em que a tecnologia das comunicações é um *medium* ideológico cada vez mais difundido e potente (Lull, 1995), ao longo do tempo cresce o interesse sobre esses

dispositivos de reconhecimento apontados por Simões (2011) por terem conquistado culturalmente um lugar de autoridade como geradores de sentido.

Couldry (2000) colabora com este debate ao chamar atenção para o fato de que a influência dos *media mainstream* não está fundada apenas em sua alta transmissibilidade, mas no alinhamento deste potencial a uma crença social na autoridade do discurso dos *media* em inúmeros contextos locais. Podendo estar a ser alimentada, esta crença, por aquilo que defende a teoria da Espiral do Silêncio, que está fundamentada na premissa de que se nós acreditamos, os outros acreditarão da mesma maneira; bem como o contrário, se muitos acreditam, também devo acreditar (Pena, 2013).

Tuchman (2000) afirma que, em seu percurso de fortalecimento social, os *media* tomaram da Igreja, em determinado momento, o papel de provedores dos meios de compreensão social dos indivíduos: “os americanos aprendem lições básicas sobre a vida social a partir dos *media* de massa, assim como há centenas de anos camponeses analfabetos estudavam as esculturas ao redor da abside ou dos vitrais das catedrais” (p. 151). Equivalente às pistas que a Igreja oferecia no passado para que as pessoas pudessem compreender a realidade a partir da lógica bíblica, os *media* passaram a ser uma referência para o senso comum enquanto interpretes da atual organização sociopolítica, só que a partir de uma ideia de isenção, como uma espécie de mediação pura. Esta associação que a autora faz com a Igreja é uma boa alegoria para reforçarmos a reflexão acerca da força do discurso mediático *mainstream*. Quando falamos em Igreja, usando aqui a Igreja Católica como exemplo já que é a mais influente na história do ocidente, falamos na verdade de várias igrejas, vários religiosos e várias vertentes pelas quais a instituição é composta. Mas, nem todas essas igrejas, religiosos e vertentes têm o mesmo poder discursivo dentro da instituição e fora dela. A tradição de determinadas ordens e devoções e a popularização de determinados templos e indivíduos por parte, inclusive, dos próprios *media* – como no caso dos padres cantores no Brasil, para usar um exemplo contemporâneo – põem alguns num lugar de mais relevância que outros e, mesmo que não falem em nome da instituição Igreja – lugar reservado ao Papa – o que é proferido por estas figuras pode ter grande impacto na fé dos cristãos católicos em determinado contexto. Assim são os *media mainstream*, cujo discurso se destaca por alcançarem espaços que outros não alcançam, por estarem integrados dentro de sólidas estruturas empresariais e por conseguirem por meio de sua influência informações inacessíveis a outros.

Essa questão do acesso à informação também é um importante ponto. A alimentação do “ambiente de informação compartilhada” (Miguel, 2014) depende dos *media* especialmente pela incapacidade de um cidadão comum aceder certo conteúdo ou pela incapacidade de uma

instituição como um ministério de governo se comunicar com cada um dos cidadãos interessados em determinado assunto. Entre os *Media*, os *mainstream* se sobressaem por conseguirem, sob a lógica da comunicação de massa, serem mais rápidos e mais eficientes na partilha de informações, mesmo que de forma genérica.

Aqui chamamos atenção também para as agências de notícias que estão a alimentar quem alimenta esse ambiente de informação compartilhada, representando um tipo de poder discursivo transversal dentro da engrenagem mediática que também passa por disputas internas de poder. De acordo com Franklin *et al.* (2005), essas agências têm influenciado a redefinição do próprio conceito de notícia no mundo ocidental, por operarem na satisfação das demandas de diversos meios de comunicação diários de varejo. Para contemplar diferentes convicções políticas, por exemplo, alimentam a ideia de objetividade e imparcialidade no jornalismo. As agências de notícias são vistas como ocultas mas poderosas, constituindo-se como a principal fonte de informação de estações comerciais projetadas para depender especialmente desse tipo de abastecimento, sendo as agências uma espécie de “universalizadoras das notícias” (Franklin *et al.*, 2005).

A respeito da lógica da comunicação de massa mencionada no início do capítulo, McQuail (2010) a descreve como sendo estruturada pela capacidade de levar rapidamente a mesma informação a diferentes pessoas em diferentes espaços, pelo fascínio universal que mantém, pelo estímulo dado a esperanças e medos em igual medida, pela presumível relação com as fontes de poder na sociedade e pelo grande impacto e influência. A partir das assimilações de Tuchman (2000) e junto à concepção de comunicação de massa e à questão das agências, faz-se importante desenvolver também uma reflexão a respeito de hegemonia no contexto mediático para que se esclareça ainda mais nossa percepção sobre a capacidade de influência dos *media mainstream* socialmente.

À medida que um OCS amplia a distribuição de seu conteúdo em escala massiva, este ascende dentro de uma hierarquia mediática a um lugar de liderança, o que impacta diretamente no seu poder de influência em várias esferas. Hegemonia, de acordo com Hall (*apud* Lull, 1995, p. 33), se refere a “dominância e subordinação no campo das relações estruturadas pelo poder”. Os *media mainstream* além de dominarem o campo mediático no que tange aos públicos, subordinam a própria pauta mediática (sobre o que se fala nos próprios *media*) bem como, conseqüentemente, a opinião pública, sendo a fonte de informação dos cidadãos e também de outros órgãos de comunicação.

A ideia de hegemonia apresentada sob a interpretação de Stuart Hall leva-nos a problematizar também a posição dos *media* dentro do sistema capitalista, o motor das reflexões

que levaram Gramsci à desenvolver o conceito. Os conglomerados mediáticos ou *media* integrantes de grandes grupos empresariais tendem a ter mais impacto social também devido ao seu poder econômico. Logo, qualquer que seja a análise de impactos mediáticos, deve sempre estar sensível às possíveis pistas que remetam aos interesses econômicos que orientam essas práticas discursivas.

A partir também da interpretação da teoria gramsciana a respeito da hegemonia numa perspectiva ideológica, Boggs (*apud* Lull, 1995) caracteriza os *media* de massa como ferramentas usadas pelas classes dominantes no intuito de "perpetuar seu poder, riqueza e estatuto [popularizando] sua própria filosofia, cultura e moralidade" (p. 33). Isto também nos traz uma compreensão dos *media* enquanto integrantes de uma estrutura hegemônica, cumprindo o papel que os cabe que é de investimento de sentido por meio de discursos de reforço a um *status quo*. Reforço este que é dado por dispositivos socialmente percebidos como imparciais e que representam a todos, sem um ativismo aparente em torno de questões como raça, classe ou gênero, por exemplo (Hartley, 2019).

Soares (2009) constata, inclusive, que na "comunicação mediática praticada hoje, é raríssimo encontrar expressões das próprias ideologias, comuns em livros e em jornais partidários: elas se manifestam de forma tácita, como vestígios ou traços implícitos em narrativas do jornalismo" (p. 18). Sendo esta sutileza apontada pelo autor o álibi mediático que justifica sua neutralidade. É sob este, entre outros argumentos, que OCS generalistas chegam a tão diferentes públicos, passando à frente de debates sobre minorias políticas e desigualdades em nome de uma mitológica objetividade jornalística.

Hartley (2019) acredita que essa postura mediática tem ainda mais eficácia devido a uma subordinação política e econômica por parte dos cidadãos, um campo fértil para a geração de consciência individual e coletiva a partir dos investimentos de sentido que partem de sistemas interessados no controle e manipulação sociais. O autor afirma ainda que a hegemonia naturaliza o que é historicamente uma ideologia de classe (e não somente) tornando-a senso comum. E o resultado é que o poder pode ser exercido não como força, mas como autoridade, sendo os aspetos culturais da vida cada vez mais despolitizados. Como tomamos aqui a atividade jornalística como foco de discussão, o jornalista, portanto, é o suposto profissional sem partido ou ideologia culturalmente apto a lidar com a informação e dar a notícia sem colocar nela nenhuma carga de subjetividade, quando, na verdade, até que a notícia seja publicada, uma série de camadas subjetivas são adicionadas sobre ela por cada um dos *gatekeepers* pelos quais ela passa.

Alinhados às essas contribuições de Hartley (2019), bem como às de Esteves (2016), acreditamos que os *media* estão focados no investimento de sentido por meio das representações para alcançar as consciências, coletivas e individuais. O que amplifica ainda mais a necessidade do entendimento e reconhecimento da importância do “trabalho das representações” é que estas representações não ficam determinadas a um tempo e espaço específicos – não se esvaindo de acordo com a factualidade da informação –, pelo contrário, ficam na mente humana e exercem influências, servindo de orientação e fazendo parte do caráter moral dos indivíduos (Esteves, 2016).

1.1 Das representações mediáticas

Stuart Hall (2016), no texto “*the work of representation*”, de onde tiramos a referência para o termo “o trabalho das representações”, define representação como sendo um dos processos-chave do circuito cultural por conectar o sentido e a linguagem à cultura. O autor atribui à representação o papel essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre os membros de uma sociedade, consistindo, assim, as representações, em produções de sentido por meio da linguagem.

O autor descreveu representações, ainda, como “a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (Hall, 2016, p. 34), sendo o resultado de um alinhamento ideológico entre a coisa (ou o sujeito), seu conceito (ou percepção social) e seu signo (ou estereótipo a que está associado) que estabilizam sentidos dentre vários grupos. Como já referido, o quanto menos sentidos investidos em um único item, mais estabilidade é suposta.

A partir desse entendimento, quais as especificidades das representações mediáticas propriamente? Orgad (2012) explica que representação é um processo de reapresentação no qual os membros de uma cultura usam sistemas de signos para produzir significado, sendo esse processo em si a essência e o fator de mais valor da representação mediática. Ou seja, mesmo reconhecidos os efeitos do trabalho das representações por parte dos *Media* que se constituem em tão poderosa instituição, o diferencial dessas representações é o representar em si, assumindo que há uma natureza mediática e esta consiste em produzir significado, o que reforça a legitimidade desses discursos.

Portanto, se segundo Esteves (2016), a linguagem é o *medium* por excelência de construção cotidiana da realidade, podemos inferir junto aos contributos de Stuart Hall e Shani Orgad que é por meio desse *medium* por excelência que atuam os *Media*, bem como outras instituições sociais em disputa de poder, em suas representações. Retomando as discussões

promovidas no início deste capítulo, os canais mediáticos usam-se, então, da linguagem para poder estruturar suas mensagens, cujas representações integradas vão se projetar nas consciências. Esse processo vai influenciar a leitura social dos indivíduos ao mesmo tempo em que essas representações se naturalizam socialmente, ganhando estatuto de conhecimentos necessários por meio dos quais se compreendem as sociedades. O poder de influência dos *media* está, portanto, no representar, o que os reforça como esse ponto de interesse pontuado por Simões (2011), que se desenvolve cada vez mais tecnologicamente e como território de busca por legitimação.

Para Soares (2009), o diferencial oferecido pelos *media* contemporâneos, especialmente, em seu trabalho de representação está nas suas “capabilidades expressivas que, por meio das imagens e da palavra, conferem realismo, drama e intensidade afetiva às representações” (p. 18), além disso, a notícia, como exemplo de produto mediático, constitui-se numa realidade histórica, uma forma de cultura inventada por uma classe específica em um determinado ponto da história (Carey, 2008). Soares (2009) corrobora a nossa crença de que o ato de problematizar as representações deve, necessariamente, partir do reconhecimento de seu “caráter produzido”. Essa assimilação, combinada aos pensamentos de Hall (2016) e Esteves (2016), gera mesmo um entendimento das representações mediáticas como a produção de uma determinada percepção do real na intenção de gerar certa estabilidade social por meio da massificação de uma determinada leitura enviesada e com intuito de beneficiar algum grupo social na arena de disputas de poder.

Fica-se, portanto, entendido que é a linguagem o transporte do sentido que é produzido (a representação) e que os *media* são essencialmente produtores de sentido, logo, um campo de disputas de interesse por legitimação. Já a representação fica estabelecida como uma estrutura linguística a ser sintetizada por um núcleo – que na perspectiva individual seria a mente humana – na intenção de gerar respostas a dado estímulo.

Hall (2016) trabalhou a partir do conceito de “sistema de representações” por defender que cada representação é o cruzamento de várias camadas de conceitos, filtros, vivências presentes em “mapas conceituais” e outros repertórios integrados de forma complexa. As representações, numa perspectiva mais complexa, seriam equações compostas por inúmeros processos que acontecem simultaneamente de forma premeditada ou já naturalizada.

Esses mapas conceituais mencionados seriam arcabouços alimentados pelos discursos mediáticos entre outros nos quais estão registados repertórios para percepção do lugar do sujeito em sociedade e das convenções sociais, por exemplo. Hall (2016) defende que esses mapas conceituais devem ser minimamente similares em um mesmo grupo cultural pois “só assim os

sentidos serão efetivamente intercambiados entre os sujeitos” (p. 38). Os *media mainstream*, de acordo com essa afirmação, com sua incidência em escala industrial, seriam primordiais nesse esforço de homogeneização dos mapas conceituais dos indivíduos, seja para o benefício do Estado, do Capital ou de ambos.

Martino (2012) estabelece, baseado no pensamento de Harold Lasswell, que os *media* têm um papel de articulação social das partes com o todo, na vigilância sobre o meio e na transmissão de herança social. Herança essa que pode ser oriunda de um processo de alienação por meio das alterações de consciências de classe, por exemplo, um dos interesses diretos do poder hegemônico dentro da ordem capitalista.

A organização social está fundada em significados produzidos e alterados ao longo do tempo. Para isto, discursos alinhados são necessários para sustentar arranjos sociais diversos. À medida em que os indivíduos tomam outra consciência por meio de uma nova perspectiva ideológica e essa nova consciência ganha força – seja por meio de poder militar, simbólico ou religioso, por exemplo, ou pela adesão a discursos de terceiros como parte de um descomprometimento sociopolítico ou pela validação de um líder – mudanças vão sendo introduzidas ao contexto.

1.2 Das teorias das representações

Hall (2016) não foi responsável apenas por fixar a conceituação a respeito das representações nos estudos culturais, mas também por enquadrá-las em categorias de análise, destacando três abordagens sobre o tema: a reflexiva (ou mimética), a intencional e a construtivista (que se divide em várias subcategorias sendo as mais proeminentes a semiótica, baseada no pensamento de Ferdinand de Saussure; e a discursiva, baseada nas contribuições teóricas de Michel Foucault). Hall (2016) descreveu estes três enfoques como diferentes tentativas em responder de onde vêm os significados e como podemos dizer o significado ‘verdadeiro’ de uma palavra ou imagem.

Pelo enfoque reflexivo acredita-se no objeto como gerador de seu próprio significado (a coisa sendo ativa em seu processo de representação), sendo a linguagem um refletor ou canal pelo qual esse significado é comunicado. Nesta abordagem, haveria um significado de raiz da coisa, já que seu sentido parte dela para o mundo.

A abordagem intencional configura-se como oposto disso, tirando do objeto qualquer autonomia de geração de sentido e atribuindo a cada autor e/ou interlocutor a imposição de um significado à coisa (a coisa sendo passiva em seu processo de representação). Ambas são válidas

por fazerem sentido até determinado ponto, mas como reflete Hall (2016), não se pode haver uma única fonte individualizada de significação na linguagem, uma vez que isso implicaria em comunicações por meio de linguagens inteiramente privadas. O autor justifica que “a essência da linguagem, entretanto, é a comunicação, e essa, por sua vez, depende de convenções linguísticas e códigos compartilhados” (p. 48). Sendo esse, talvez, um dos principais motivos pelos quais é à abordagem construtivista a qual o autor dedica mais tempo, também sendo esta a mais proeminente neste campo de pesquisa.

A construtivista reconhece a linguagem como elemento público e social (mediadora da realidade). A teoria parte do pressuposto de que “nem as coisas nelas mesmas nem os usuários individuais podem fixar os significados na linguagem. As coisas não *significam*: nós *construímos* sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos” (Hall, 2016, p. 48). Na perspectiva construtivista, a percepção do mundo material (onde coisas e pessoas existem) e do universo simbólico (no qual representação, sentido e linguagem operam) devem ser bastante claras, não podendo-se confundi-los, apesar de o mundo real passar por uma colonização constante pelo simbólico e os sentidos empregados por ele serem muitas vezes tomados como reais. Uma atenção especial ao “nós” é preponderante para o pleno entendimento dessa abordagem que está fundada na coletividade como construtora e mantenedora do sentido. Entendendo a linguagem como um arcabouço de possibilidades e por meio da qual se discursa sobre a realidade, é na produção dos sentidos que o construtivismo põe seu foco.

Saussure, principal representante da vertente semiótica no construtivismo, colaborou com um entendimento próprio de signo que, segundo ele, está dividido em significante (um estímulo em forma de imagem, palavra ou outros) e significado (a ideia que temos da coisa e como a concebemos a partir do estímulo), sendo ambos “necessários para produzir sentido, mas é a relação entre eles, fixada pelo nosso código cultural e linguístico, que sustenta a representação” (Hall, 2016, p. 57). Ou seja, a problemática da representação pela semiótica está na relação estabelecida por meio da linguagem entre o significante e seu significado, que consiste na interpretação do signo, que não é fixa, mas historicamente mutável. Com isso, entendemos que é no campo dos significados que operam as representações mediáticas, pois, sendo o significante a coisa em si, os *media* vão trabalhar sobre o imaginário, que detém as respostas à esse estímulo. Hall (2016) acreditava, sob a orientação semiótica, que tanto o escritor como o leitor tinham igual importância na produção do sentido, o que pode ter sido reforçado como a internet e a cultura dos ‘*prosumers*’, borrando-se assim os limites tanto das responsabilidades sobre o sentido quando de quem cumpre qual papel.

Uma importante colaboração de Saussure a respeito do entendimento dos signos é a de que eles não tem um sentido fixo e que a aplicação de sentido a cada signo se dá tomando como referência outros signos, ou seja, é por meio da diferenciação (referenciação) que se criam sentidos distintos. Assim, pode-se compreender a vertente semiótica como sendo fundada em estímulos e reações (significante/significado) e partindo de um exercício interpretativo contínuo, já que não há um lugar estabelecido e irrefutável a cada signo, sendo essa uma vertente ligada à forma.

Saussure dedicou muito esforço à sua teoria mas limitou-se ao estudo do significante e do significado em si, desprezando de certa forma a relação entre eles, o que veio a ser trabalho de linguistas posteriores como Charles Sanders Peirce e Roland Barthes, sendo este último o que trouxe os importantes conceitos de denotação (sentido literal) e conotação (sentido figurado). Independente disso, a Saussure continua atribuído o feito de trazer as possibilidades da linguagem ao centro da discussão, especialmente por tê-la compreendido não como uma unidade mas como a união entre duas partes: a *langue* (a regra, a estrutura, a orientação) e a *parole* (a interpretação, a possibilidade, o ato) que foram preponderantes para uma nova percepção sobre a linguagem bem como com qual instância desta devemos trabalhar numa determinada ocasião.

Já a vertente discursiva concebe as representações como produção de conhecimento, orientadas pelos contextos sociais e arranjos de poder. Sob a influência de Michel Foucault, o que preocupa nesta perspectiva é “a produção de conhecimento (em vez de apenas sentido) pelo que ele chamou de discurso (em vez de apenas linguagem)” (Hall, 2016, p. 78). Importante destacar desde já que, de acordo com as interpretações de Stuart Hall, representação e discurso se equiparam, sendo a representação a produção de sentido pela linguagem e discurso aquilo que tem a ver com a produção de sentido pela linguagem (Hall, 2016, p. 36).

Portanto, fica o discurso fixado como um sistema de representações que considera o enunciado e todo o contexto em torno dele. Portanto, o conceito de sistema de representações é o mais oportuno para empreitar uma análise que parta da perspectiva construtivista sob a vertente discursiva. Essa vertente abarca de forma preponderante o contexto histórico e o que ele pode implicar. Foucault (1980) foi categórico ao estabelecer as bases de seu trabalho na crença e na crítica de que

a história que nos carrega e nos determina tem forma de guerra mais do que de linguagem: relações de poder, não relações de sentido. [...] Nem a dialética, como lógica das contradições, nem a semiótica, como estrutura da comunicação, podem dar conta da inteligibilidade intrínseca dos conflitos (p. 114).

O apelo ao trabalho de Foucault faz mudar da linguagem para o discurso o ponto central do estudo das representações, derrubando as barreiras que isolavam somente a linguagem ou o sentido como objeto e desconsideravam todo o contexto em volta da sua aplicação. A alteração de linguagem para discurso traz também como ponto importante o reconhecimento das estruturas de poder, sendo estas uma estruturante preponderante e estratégica dos significados. O foco no discurso também nos vai trazer a concepção de uma organização da linguagem de forma ideológica, ao invés de arbitrária. Ou seja, a escolha das palavras a serem usadas, os sujeitos expostos ou omitidos e as imagens de uma notícia, por exemplo, não frutos do acaso, mas escolhas editoriais (ou ideológicas).

Ainda nesta questão das estruturas de poder, Foucault faz uma importante crítica ao marxismo. O autor rejeita a análise social pautada apenas nos conflitos de classe ou numa sociedade organizada em classes claramente separadas e aponta o marxismo como uma teoria que busca o lugar de leitura histórica verdadeira, não acreditando que haja uma verdade absoluta. Foucault abre, com essa crítica, o desafio ao campo social de reestruturar análises sociais que contemplem mais elementos estruturantes da sociedade, podendo-se aqui citar as questões de gênero, por exemplo, cujos estudos foram muito influenciados pela obra do autor.

Voltando às estruturas de poder, Foucault (2013) acredita que estas estão intimamente ligadas ao saber e que a “verdade” nada mais é que um conhecimento disseminado como estratégia e demonstração de força associada e equiparada ao próprio poder. Dito isto, o autor convida-nos a reconhecer que

o poder produz saber (e não apenas porque o favorece ou aplicando-o por ser útil); que poder e saber se implicam mutuamente; que não há relação de poder sem constituição relativa de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua simultaneamente relações de poder (p. 15)

Uma das mais importantes teorizações foucaultianas neste tema foi sobre de onde vinha essa sede social pela verdade, quase que como um fetiche ou uma questão vital. Foucault (1999) questionava-se sobre “essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber” (p. 14), atribuindo isso a um “sistema de exclusão” que descreveu como “histórico, modificável e institucionalmente constrangedor” (p. 14).

O autor transformou toda a compreensão que se tinha até então sobre a organização do poder e como ele opera. Basicamente, até então ainda se tinha a concepção de poder como uma organização similar ao sistema feudal, ou seja, de uma sociedade de grupos cujos poderes eram

maiores do que todas as classes abaixo, e Foucault traz o entendimento de que todos somos – individual ou coletivamente – oprimidos e opressores e que o poder opera em rede, não mais a partir de um grupo delimitado e claramente identificável.

Para a manutenção desse sistema de poder que o qual o autor defende, é necessária a ação de vários sujeitos e grupos que não necessariamente partilham da mesma classe social, por exemplo. E é aqui onde incluímos mais um conceito foucaultiano destacado por Hall (2016) em sua teorização a respeito dessa vertente: as formações discursivas. Foucault vê o discurso como uma macroestrutura que opera como uma espécie de forma de conduta, uma forma de pensar que se manifesta em inúmeros espaços e mensagens, de forma escrita, falada ou ilustrada (Hall, 2016). Logo, o alinhamento do discurso de diferentes instâncias sociais ou sujeitos é chamado de formação discursiva, o que está em completa concordância com o pensamento foucaultiano de que o poder está diluído entre todas as camadas da sociedade, já que um mesmo discurso pode agrupar a fala de um político, o enunciado de uma notícia e a opinião de um cidadão, ganhando força em diversas esferas, bem como servindo a diferentes interesses em cada uma das instâncias.

Assim, entendemos que os discursos, bem como as representações, são essa produção de significado por meio da linguagem que ganha força à medida que um indivíduo ou um coletivo o reforça. O conjunto das relações que podem formar, em uma dada época, essas formações discursivas foi chamado de *episteme*, descrita como “o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização (Foucault, 2008, p. 214).

Numa tentativa de aplicabilidade à questão da “pós-verdade”, há interesses na partilha de certos conteúdos, mas há também quem partilhe não na intenção de colaborar com o intuito da fonte, mas de reafirmar seus próprios interesses. Além disso, há ainda as redes sociais que abrem espaço para partilhas em massa no interesse de manter um controle sobre a sociedade por meio da ação dos algoritmos. É uma teia complexa. Mas Foucault podemos perceber isso entendendo o poder como uma estrutura descentralizada e que não depende necessariamente de uma organização piramidal. Sobre as representações, Foucault deixa o desafio de análise de toda a formação discursiva na qual estão inseridos o texto ou a prática: “sua preocupação gira em torno do conhecimento provido pelas ciências humanas e sociais, que organiza a conduta, o entendimento, a prática e a crença, a regulação dos corpos assim como as populações inteiras” (Hall, 2016, p. 92).

Dito disto, analisar as representações mediáticas a partir de uma das vertentes da abordagem construtivista é dedicar-se à análise dos elementos da linguagem (pela semiótica) ou ao discurso e ao contexto em que ele se insere (pela discursiva).

1.3 Do discurso jornalístico como representação mediática

Obviamente que os *media* informativos são instituições que reforçam determinadas formações discursivas, cujas relações precisam ser analisadas caso a caso. À luz foucaultiana se consegue inferir que aquelas legitimações buscadas nos *media* descritas por Simões (2011) podem fazer parte dessa necessidade de fomento a uma determinada ideia que a partir do momento em que se inscreve no discurso mediático ganha ainda mais peso histórico (Carey, 2008) e alcança muitos outros indivíduos ou instituições que a podem subscrever. O alinhamento a uma formação discursiva pode, ainda, ser justificado pelos próprios *media* como uma construção discursiva arbitrária a partir do arcabouço linguístico, logo, pode estar entre as sutilezas do discurso por parte do qual há uma reivindicação de objetividade e isenção.

Mas, para compreender essas nuances discursivas, é importante compreender como operam os discursos/representações nas principais linguagens mediáticas. Para Soares (2009), as representações desempenham diferentes papéis em cada um dos três grandes gêneros da cultura mediática, que o autor dividiu em “ficção, persuasão (publicidade comercial, propaganda política) e informação (jornalismo), sendo este último o de mais delicada abordagem, pois

aceita-se com certa naturalidade a ideia de que um comercial de TV ou um filme de ficção contenha representações construídas e tendenciais, mas é difícil admitir essa inclinação quando se trata de uma reportagem, devido à suposição de um compromisso ético e profissional desse gênero em estabelecer uma relação referencial com a realidade. No entanto, o jornalismo é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado (p. 21).

Já que se tratará aqui do jornalismo como ponto de análise da atividade mediática faz-se importante destacar que, em consonância com Esteves (2015), rejeita-se a atuação jornalística como “a única atividade relevante a nível dos *media* [...] mesmo aceitando que esta linguagem continua ainda hoje a ser a forma de mediação por excelência da comunicação pública” (p. 279).

No campo jornalístico, as representações não remetem para fatos associados a sua própria realidade e pontuados em uma narrativa cronológica. Seguindo a lógica argumentativa de Foucault, uma notícia nunca está solta no espaço. Ela é escrita por alguém, editada por um terceiro, fala sobre algo a partir de um viés e está publicada em uma plataforma com orientações e tendências discursivas, o que quer dizer que não se pode apenas deslocar o texto de seu lugar e analisá-lo.

Além de se perceber o discurso jornalístico sob essa lógica foucaultiana, pela forma de sua construção e seu contexto, há um outro conceito, o de enquadramento (*framing*) que pode ser “empregado para analisar como informações pontualmente corretas e verificáveis podem ser selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, em reportagens complexas, de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação” (Soares, 2009, p. 21).

Essa temática do enquadramento é importante, pois já se percebeu que aquilo que produz-se a respeito de algo, alguém ou algum recorte temporal nada mais é que uma leitura daquilo. Como nos estamos a debruçar sobre as representações mediáticas no jornalismo, é importante desde já sabermos que as leituras sociais feitas por parte dos *media* são produzidas a partir de enquadramentos – uma etapa do processo de construção das representações mediáticas –, sendo estes não necessariamente as representações em si mas as intenções postas nelas para estruturar o discurso. O enquadramento se integra num modelo de análise em cinco níveis que Couldry (2019) desenvolveu para perceber como opera o poder dos *media*. Os cinco níveis são o próprio

enquadramento (de coisas, lugares e pessoas enquanto especiais); a ordem (de coisas, lugares e pessoas umas contra as outras); a nomeação (de coisas, lugares e pessoas enquanto reais); o espaço no mundo (ou seja, a ordem do espaço social por meio e ao redor dos *media*); e, por fim, a imaginação de um mundo que se resulta de outras operações de poder mediático (p. 411).

Esse modelo de análise proposto para um entendimento sobre o poder dos *media* também é oportuno quando estamos a nos orientar dentro da lógica discursiva pois reconhece por si só os *media* como uma estrutura de poder que também é estruturante de poderes.

Sobre a teoria de Goffman a respeito dos enquadramentos, Maniatopoulos *et al.* (2019) explicam que o autor “explorou primeiro o papel do enquadramento na comunicação como estruturas cognitivas que orientam a percepção pública e a representação da realidade social” (p. 2), definindo enquadramento como “esquemas de interpretação que permitem que os indivíduos

localizem, percebam, identifiquem e rotulem ocorrências dentro de seu espaço de vida e seu mundo em geral” (p. 2). Essas estruturas cognitivas têm relação com o que Hall (2016) descreve como “mapas conceituais” e colaboram com a percepção do indivíduo sobre o mundo material, gerando processos de reconhecimento e aproximação do recetor em contacto com os discursos caso estejam alinhados ou não com seu mapa conceitual.

Biroli (2011) associa o enquadramento ao que vai chamar de “narrativas cristalizadas”, o que abre um entendimento mais amplo dos enquadramentos como quadrantes de inclusão e exclusão nos discursos jornalísticos. Esse entendimento proposto pela autora também remete à importância que Foucault atribui ao discurso, ao acreditar que só existe aquilo que está inscrito nele e previsto por ele, sendo o próprio discurso o enquadramento da forma como se vai tratar algo (Hall, 2016).

Essas narrativas cristalizadas são os parâmetros do discurso. Quando não preveem algo em seu repertório tendem a reduzir a coisa ou aplicar sobre ela uma carga negativa na representação que constrói. A temática do enquadramento está intimamente ligada tanto aos estudos sobre estereótipos – neste caso, os construídos ou propagados especificamente pelos *media* – quanto às influências exercidas sobre os fluxos de agendamento:

a teoria do *agenda setting*, em suas diferentes versões, procurou dar conta justamente do fato de que os meios de comunicação podem não ser capazes de definir como os indivíduos pensam, determinando suas opiniões e preferências. Mas definem, em grande medida, os temas sobre os quais eles pensam. Nesse sentido, fica difícil estabelecer fronteiras entre o que é socialmente relevante para os cidadãos em um dado momento e o que a agenda dos *media* torna saliente (Biroli, 2011, p. 89).

No que concerne aos estereótipos, Biroli (2011) acredita que a “definição dos enquadramentos como esquemas simplificadores e como atalhos cognitivos permite aproximá-los das definições do conceito de estereótipo” (p. 89). Fazendo o paralelo entre os três conceitos, então, dentro do universo das representações o enquadramento representa os referenciais que determinam a padronização e reforço de estereótipos.

A crítica que aqui neste ponto se constrói frente à atividade de representação exercida pelo jornalismo se concentra naquilo que Biroli (2011) descreveu como “narrativas cristalizadas”. O que leva a perceber esse campo como limitado e pouco aberto a mudanças ou ao acompanhamento da evolução social, especialmente no que tange a uma mudança de tratamento oferecido às minorias sociais cujas vozes são pouco amplificadas ou simplesmente

abafadas. É devido a isso que, como percebe Soares (2009), “a pesquisa das representações na cultura mediática tem como focos mais recorrentes de investigação as representações da mulher, de minorias e de etnias, embora, em princípio, qualquer assunto possa ser objeto de estudo” (p. 20).

Acreditamos, ainda seguindo a linha de pensamento de Biroli (2011), que a produção jornalística se dá “dentro dos limites de convenções, como aquelas que estão na base dos rituais da objetividade definidos por Gaye Tuchman (1992) e a partir de recursos de sentido restritos e compartilhados, isto é, de um leque restrito de discursos de referência” (p. 90).

Além das questões de agendamento, mencionadas anteriormente, outra teoria também já mencionada pode ser importante neste debate sobre as representações mediáticas na atividade jornalística: a da Espiral do Silêncio. Advinda da psicologia, essa teoria prega que “os indivíduos buscam integração social através da observação da opinião dos outros e procuram se expressar dentro dos padrões da maioria para evitar isolamento” (Pena, 2013, p. 155). Ou seja, a Espiral do Silêncio afirma haver uma estrutura de constrangimento que opera especialmente no imaginário das pessoas que se deixam influenciar por aquilo que os outros poderiam dizer. De acordo com Pena (2013), “a opção pelo silêncio é causada pelo medo da solidão social, que se propaga em espiral e, algumas vezes, pode até esconder desejos de mudança presentes na maioria silenciosa” (p. 155). Essa teoria se conecta com as teorizações de Foucault (1999) a respeito dos sistemas de exclusão, que tanto constroem as pessoas como criam nelas um fetiche recalcado pela descoberta da verdade.

Alinhando esta concepção ao que diz Biroli (2011) a respeito da influência do jornalismo – entendido agora como um “auxiliar de temas” da pauta pública (Luhmann, 2009) – na opinião pública, essa agência social teria grande participação nessas ações de constrangimentos e abarreamentos da manifestação da diversidade de expressão pois, para além de ser a mais poderosa fonte de informação bem como ter influência direta no agendamento da pauta pública, ainda contribui com a manutenção de históricos apagamentos e estereótipos sociais.

Quanto às implicações práticas dessas teorias nas produções jornalísticas, a notícia, por exemplo, é um dos produtos criados por meio de uma série desses enquadramentos que começam a ser aplicados pelo jornalista, beneficiando uns fatos e visões em detrimento de outros. “A partir do momento em que alguns detalhes são acentuados e outros não, a notícia se torna o veículo de uma representação específica da realidade” (Martino, 2012, p. 21)

Com esta discussão inicial, entendemos representações, por parte dos *Media*, como uma atividade vital à esses meios de comunicação, que são construídas por meio de textos, imagens,

vídeos, clipes de áudio, gráficos e outros, sozinhos ou cruzados, na intenção de gerar um sentido.

Os *media*, a partir do pensamento de Hall (2016), seriam uma das instituições sociais que fornecem sentidos essenciais à compreensão da realidade mais próxima e mais afastada, tendo como interesse tornar cada vez mais homogêneos os mapas conceituais dos indivíduos. Os campos da linguagem, da comunicação e dos *media* têm se direcionado, de modo especial, às mensagens mediáticas e o que elas transportam, como as representações. Essas mensagens seriam aquilo que é exteriorizado e que pode ser compartilhado com e decodificado pelos sujeitos, gerando impacto social por meio do discurso construído ou fortalecido através de um arcabouço linguístico que os próprios *media* alimentam.

Capítulo 2: O “trabalho das representações” na cobertura de atores políticos

Tendo discutido representação mediática e como este processo se dá, tomando como parâmetro a atividade jornalística, podemos a partir daqui pensar especificamente sobre representações de atores políticos. Já tendo entendido o jornalismo como um território de mediação de disputas sociais por validação e construção de imagens públicas, a cobertura política dentro dessa linguagem mediática, que é o jornalismo, constitui-se num campo ideal para pensar a representação desses atores sociais.

Democracia, política e jornalismo, de acordo com Strömbäck e Shehata (2018), são como campos essenciais um ao outro, sendo o jornalismo nesse arranjo o que cumpre o papel de mediação entre atores políticos e cidadãos. Dessa forma, podemos entender o jornalismo como um mediador por excelência, como bem pontua Esteves (2015), que coleta, edita e tem o poder de fazer reverberar os discursos de atores políticos enquanto a plataforma privilegiada que é. Ainda segundo Strömbäck e Shehata (2018), nesse trabalho de mediação, o jornalismo vai sofrer especulação do campo político, bem como vai ter sua atuação condicionada pela forma como a democracia na qual está inserido é estruturada. Esse condicionamento, além de influenciar a atuação jornalística, influenciará as expectativas dos cidadãos sobre os seus *media*, sendo uma dupla pressão aos *media* informativos. Dentro deste cenário, ao jornalismo cabe a responsabilidade social de “ajudar os cidadãos a se informarem sobre a política e compreender as questões em jogo, verificar quem está no poder, prevenir a corrupção e o abuso de poder, responsabilizar os representantes e colaborar nas deliberações públicas” (Strömbäck & Shehata, 2018, p. 3).

Não há uma delimitação clara sobre o que é o jornalismo político dado que notícias publicadas em secções de sociedade, de desportos ou de economia, por exemplo, podem versar e ter impacto direto nos debates políticos, o que revela uma ambiguidade no entendimento do que constitui a própria política. Mas, no campo da investigação, entende-se por jornalismo político o que lida explicita e diretamente com instituições e atores políticos, como parlamentos, governos, representantes políticos ou candidatos a cargos (Strömbäck & Shehata, 2018).

Cook (2011) acredita que a atuação jornalística sobre o campo político opera numa espécie de alocação impositiva de valores em reforço às estruturas de poder. Para o autor, por parte dessa linguagem mediática há um reforço ao poder político de uns e a provisão de recursos a determinados atores para seguirem com suas agendas, caracterizando o papel político dos *media* como um amplificador do alcance dos que já são politicamente poderosos. Junto a isso, o jornalismo não seria apenas uma estruturante democrática que atua puramente na cobertura

do arranjo social, estando passível de sofrer influências ao mesmo tempo em que influencia as dinâmicas sobre as quais discursa:

o jornalismo pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa (Cook, 2011, p. 205)

O que Cook (2011) traz ao debate é a questão do lugar do jornalismo também como mediador de interesses na estrutura social que vai além da sua atividade inata, apontada por Orgad (2012), de representar. Há uma rede dentro da qual o jornalismo é influenciado por outros sistemas, como o político, que também sofre influência por parte do jornalismo. O jornalista é capaz de criar importâncias e legitimar autoridades, bem como fortifica-las ao escolher quem deve falar sobre o que e em quais circunstâncias. Cook (2011) propõe o entendimento de que a seletividade, por si só, não necessariamente constitui um viés, que só é assim entendido quando “dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e temáticas recebem maior cobertura e são apresentados mais favoravelmente que outros” (Cook, 2011, p. 207). E é especialmente sobre frequência de pautas e presença de atores que podemos perceber esses favorecimentos do jornalismo a determinados sujeitos e demandas políticas. Uma cobertura que insiste num tema está a atuar simbolicamente para fixar na audiência um determinado tema por meio de um determinado enquadramento. O quanto mais tempo (único ou em frequência) é dado a um ator político, mais aquela forma de representar ganhará força nos imaginários sociais.

Com as lutas por liberdade de imprensa bem como com a tendência horizontalizadora dos canais de emissão trazida pela internet, esperávamos pluralidade e liberdade para exercício da atividade mediática e que isso pudesse resultar numa pluralidade discursiva que descentralizasse esse poder dos *media mainstream* e suas representações. Se assim fosse, de acordo com Lago e Benetti (2010), “teríamos de admitir que as condições ideais de agendamento seriam aquelas, sem o determinismo ‘colonizador’ de um dos interlocutores sobre os demais” (pp. 96-97). Criando-se assim o que as autoras chamam de “esfera argumentativa” ou “verdadeira esfera pública” que se dá pela pluralidade de agendamentos, bem como de representações.

O jornalismo, assim como os *media* de modo geral, não é uma estrutura isenta nessa atividade de mediação que desempenha. Ao contrário disso, é uma plataforma discursiva com interesses e força próprios, como já falado, capazes de fazer pressão e direcionar a percepção

social a partir de si mesmo. Adcock (2010) reforça esse entendimento ao afirmar que os *media* estão “profundamente envolvidos [na política], não apenas como comunicadores intermediários centrais entre o governo e os governados ou como um espaço principal no qual os cidadãos se envolvem na política, mas também como participantes integrais na própria formação e interpretação do processo político” (p. 138). A autora explica ainda que, para entender o papel contundente da atuação jornalística dentro dessa relação entre *media* e política, é necessário ir além da compreensão das práticas institucionais e técnicas de produção do jornalismo bem como das dimensões mediáticas da política representativa.

Por isso, faz-se importante para a compreensão desse papel dedicarmo-nos especialmente àquilo que está inscrito ou ‘esquecido’ nos discursos, às ‘verdades’ e simbolismos incutidos nas representações da realidade política, à ação mediática de reivindicações em nosso nome “comum” e às relações que se estabelecem com grupos de interesse e publicidade; e por fim em questão pontos fundamentais e altamente contestados sobre o arranjo democrático e o potencial da representação mediática desempenhada pelo jornalismo (Adcock, 2010). Em suas proposições, a autora reconhece o jornalista como um articulador do arranjo mediático e chama atenção para seu *modus operandi* bem como instigamos a uma consciência de que a atividade jornalística conta com uma espécie de licença social para falar e fazer determinadas pressões em nome comum. E esse estatuto de representante dá ao jornalismo certos poderes que vão reforçar ainda mais o seu discurso, bem como seu impacto. A partir das considerações da autora sobre o lugar do jornalismo dentro dessa disputa discursiva, essa atividade passaria de fundamental para a democracia a, na verdade, uma das formadoras ativas da compreensão social do que é democracia e de como deve ser vigiada a atuação dos representantes políticos.

2.1 Três concepções de representação para o estudo da cobertura política

Hartley (2019) considera três concepções de representação relevantes para os estudos culturais, comunicacionais e mediáticos. Nos campos da linguagem, dos *media* e da comunicação, representação pode se referir à substituição de algo por signos. No caso do jornalismo, uma notícia que narra um fato é uma “reapresentação” (Orgad, 2012; Richardson & Wearing, 2014) da realidade, por meio dessa associação de signos, sejam eles palavras, imagens ou gráficos, por exemplo. No campo dos *media*, de modo mais amplo, representação pode ser sinônimo de atuação ou performance, na qual atores desempenham papéis que geram conexão com o público de forma positiva ou negativa. E no campo político-democrático

ocidental, como terceira conceção, representação é o que faz o pequeno grupo escolhido pelo povo para representá-lo num parlamento, por exemplo.

O primeiro entendimento, exemplificado semioticamente, e o segundo, fundado numa perspectiva performativa, podem não necessariamente estar dissociados na prática, caso se possa entender a performance (atuação) de atores sociais não como atuação teatral mas como conduta, como a forma com a qual se apresentam e se movimentam nas esferas pública e política. Ou seja, a atividade jornalística seria essa “reapresentação” da performance de atores políticos no âmbito de suas ações enquanto figuras públicas.

A representação de alguém em uma construção discursiva traz em si uma carga que, intencionalmente ou não, vai gerar no recetor uma reação de aproximação ou distanciamento. Vale ressaltar também que uma notícia, uma construção discursiva sobre fatos, fala de atores sociais que, por sua vez, estão ativamente gerando um significado com sua atuação sobre o meio também. Esta atuação pode já, por si mesma, também gerar aproximação ou distanciamento. Ao representá-los, por meio de seus enquadramentos, os *media* aplicam leituras valorativas sobre estes sujeitos, que vão influenciar diretamente as reações da receção (Hartley, 2019). Com isso, poderíamos entender a ação mediática sobre o campo político como um discurso que se constrói a partir de discursos (podendo integrar ou não as já faladas formações discursivas foucaultianas de acordo com o alinhamento desses discursos mediáticos a discursos correntes em outras instâncias sociais) de atores políticos que atuam na arena pública na intenção de socializar esses seus discursos que estão regidos pela sua pauta pessoal, partidária e ideológica. Os *media* configuram-se aí, na verdade, como uma segunda camada acima destes atores e, ao fazerem a cobertura do movimento desses sujeitos, interferem na comunicação deles entre si e entre eles e seus representados e essa interferência pode dar diferentes rumos à sua atuação.

Waisbord (2020) exemplifica a participação política dos *media* informativos por meio de formações discursivas e representações de atores políticos com o “furioso antipetismo” no Brasil, que foi uma intensa campanha de desconstrução da imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Lula (o único capaz de ter derrotado Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, segundo pesquisas⁴) que alinhou os *media mainstream* brasileiros e a campanha do atual presidente Jair Bolsonaro, que recebeu tratamento mediático especial por conta dessa confluência ideológica e que cuja popularidade esteve bastante ligada à sua crítica extrema aos governos de Dilma Rousseff e Lula, ambos do PT.

⁴ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,sem-lula-bolsonaro-lidera-corrída-presidencial-com-20-diz-ibope,70002465828>

Na cobertura política, pelos aproveitamentos que são feitos da atividade jornalística, dois dos grandes géneros da cultura mediática apontados por Soares (2009), a persuasão (propaganda política) e a informação (jornalismo), podem em alguns casos estar separados por uma linha tênue ou esses géneros estarem a influenciar a forma de expressão um do outro. Ao reconhecer o jornalismo como sendo ainda a forma de “mediação por excelência da comunicação pública”, Esteves (2015) chamou nossa atenção para o fato de que o jornalismo enquanto linguagem mediática está se sobrepondo de forma cada vez mais complexa com outras linguagens mediáticas, especialmente a das relações públicas e a da propaganda.

No que tange à representação política – o terceiro entendimento de representação de Hartley –, os atores políticos passam por um processo eleitoral em que são escolhidos para representar os cidadãos e cidadãs. Um candidato eleito por um grupo mais progressista, quando chega ao parlamento, vai representar todos os cidadãos, não somente os seus eleitores. E os *media*, mais uma vez, em sua cobertura política, atuam diretamente nessa aproximação e distanciamento dos cidadãos, para com seus representantes, a partir da leitura e análises que os próprios *media* – e, muitas vezes, apenas eles – fazem. Esse trabalho de mediação política faz-se fundamental aos diversos setores da vida social. Daí que “as instituições e os indivíduos sejam forçados a aceder ao campo dos *media* para ver publicamente reconhecidos interesses particulares ou preocupações e objetivos coletivamente partilhados” (Simões, 2011, p. 25).

Miguel (2014) vem afirmar que o capital político é conquistado, especialmente, por meio do reconhecimento social e que isto é o que dá estatuto aos *media*, pois, ficam sendo os órgãos de comunicação social, os principais instrumentos de “difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local onde estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade” (2014, p. 153). Assim, reforçamos a compreensão das representações mediáticas como sendo as leituras da “verdade” que o jornalismo é responsável por transmitir à sua audiência e leitores, passando, com isso, a ser foco estratégico do interesse político:

a formação do capital político passa, cada vez mais, pela intermediação do jornalismo. É uma realidade que os agentes políticos já perceberam, intuitivamente, há bastante tempo, como demonstra o fato de as ações políticas serem, cada vez mais, pensadas como artifícios para a geração de notícias - e não o contrário, isto é, jornalistas correndo atrás de “fatos” que têm existência independente, como o consumidor de informação tende a acreditar (Miguel, 2014, pp. 143–144).

Sendo assim, os profissionais que atuam nos *media* informativos, como preconizamos também por meio dos contributos teóricos de Hartley (2019) no primeiro capítulo, se consolidam cada vez mais como editores de fatos criados e já disponibilizados em detrimento do enfraquecimento de sua atividade vital que é a apuração e coleta *in loco*, especialmente, dessas informações.

Os *media* inserem no debate público ideias, validam ou invalidam sujeitos e influenciam posicionamentos. Também atravessam desde o sistema educativo, sendo parte dele, passando pelo religioso como um dos artifícios de propagação de doutrinas, bem como colaboram direta e indiretamente com os arranjos políticos. Uns dos primeiros e mais emblemáticos investigadores a perceberem a influência dos *media* sobre a esfera política foram Lazarsfeld *et al.* (1960), que se dedicaram a entender quais fatores influenciavam os votos das pessoas. Segundo os autores, a comunicação de massa formal (jornais, revistas e rádio, à época) era uma das duas principais forças ativadoras da comunicação política. Durante muito tempo, o papel dos *media* no processo eleitoral foi fortemente explorado. Hoje, a principal preocupação das investigações que se dedicam à interseção entre as esferas política e mediática é entender como a segunda gera capital político para os atores da primeira, ou seja, como são representados mediaticamente os sujeitos políticos.

2.2. Representações ‘genderizadas’ de um campo político masculinizado

A cobertura política é vista como uma das partes “sagradas” do jornalismo que, por sua vez, é socialmente essencial. Mais uma vez, esse estatuto é mantido pela interação estabelecida com outras instituições democráticas, sendo, o jornalismo, o principal elo entre governantes e cidadãos (Albæk *et al.*, 2019). A produção informativa sobre o campo político incide não somente sobre atores políticos e processos de tomada de decisões, mas também sobre a implementação e a pertinência das políticas aplicadas nas diversas áreas da sociedade. Sendo assim, de acordo com Albæk *et al.* (2019), “uma vez que a definição de cobertura política inclui todos esses aspetos e níveis do processo político, é extremamente importante que os estudos de cobertura política definam que aspeto ou aspetos da cobertura política pretendem explorar” (p. 2).

Esta discussão teórica que aqui estabelecemos se dedica à cobertura noticiosa a respeito dos atores políticos em seu período de rotina: o mandato. Pois ainda se faz importante entender o papel dos *media* na mediação entre performance política (e não somente) dos atores políticos

e sociedade, bem como perceber se há fatores que possam desvalorizar a atuação de uns em detrimento da de outros.

De acordo com Albæk *et al.* (2019), a seleção de fontes, por exemplo, é um processo desempenhado pelos jornalistas por meio de normas profissionais de valoração relativa de sujeitos, os “valores-notícia”. Na prática, a percepção a que se chega é a de que “nas democracias ocidentais, fontes relativamente poderosas são predominantemente homens brancos e heterossexuais de classe média, enquanto mulheres, pessoas da classe trabalhadora e minorias (étnicas) são muito menos usadas como fontes de notícias” (2019, p. 2). Partindo dessa percepção de Albæk *et al.* (2019), antes de começar a tratar sobre a representação de atores políticos propriamente dita é importante ter como premissa que o campo político em si ainda é um campo dominado por homens.

Como reflexos de compromissos firmados pelos Estados na Conferência de Pequim de 1995 e, mais importante que isso, da luta histórica de mulheres organizadas ao redor do mundo pela igualdade, países como Brasil (LEI Nº 12.034 de 29 de setembro de 2009, 2009) e Portugal (Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político, 2006) contam com leis de fomento à participação feminina e que são importantes instrumentos para um futuro político paritário. Mesmo assim, segundo um levantamento feito pela União Interparlamentar em 2017, o percentual de mulheres ocupando cargos eletivos no Brasil é só de 10,7% na Câmara dos Deputados e de 14,8% no Senado; e, em Portugal, de 34,8% na Assembleia da República⁵ (Interparlamentaria, 2018).

Na realidade portuguesa, a Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político, mencionada acima, estabelece em 40% o percentual base da paridade de género referente às candidaturas à Assembleia da República, ao Parlamento Europeu e às autarquias locais, bem como a vogal das juntas de freguesia. Mas esta lei não foi a única ação legislativa pela inclusão de mulheres, especialmente. Esta, na verdade, é um dos marcos mais recentes entre um conjunto de iniciativas que, desde a redemocratização, tentam “desmasculinizar” os centros portugueses de decisão. Destaca-se aqui também como um importante marco o Parlamento Paritário, “um pseudoevento que teve lugar entre 31 de Janeiro e 1º de Fevereiro de 1994, na Assembleia da República, organizado com o objetivo de trazer para a agenda dos *media* a problemática da desigualdade de género no campo político” (Cabrera *et al.*, 2011, p. 76). Mas, mesmo com essas movimentações, ainda permanece uma sub-representação política

⁵ Esses dados se referem ao período em que se realizou a pesquisa no ano de 2018. Em 2019, o percentual de mulheres na Assembleia da República portuguesa subiu para 38% de acordo com dados do Parlamento disponíveis em https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados_ef.aspx

feminina num país em que mais de 50% da população é composta por indivíduos do sexo feminino⁶, aplicando-se o mesmo para o Brasil, também destacado como exemplo.

Percebe-se assim que, em dois países cuja maioria da população é composta por mulheres, há uma sub-representação nos espaços de decisão e, obviamente, isto vai implicar na presença feminina na cobertura política mediática. Conroy (2015) parte do princípio de que essa representatividade distópica é inicialmente reflexo de uma escassez de mulheres dispostas a se engajar na política e participar dos pleitos eleitorais, justificando que a “oferta limitada de candidatas está relacionada à socialização (a forma como as meninas são criadas, em comparação com os meninos) e à persistência de normas sociais que incentivam as mulheres a ficarem em casa a criar os filhos” (p. 1).

Levando isso em consideração, tomamos a questão de género indiscutivelmente como um dos mais estratégicos recortes identitários imprescindíveis a uma observação que pretende entender as representações mediáticas de atores políticos, pois, havendo essa lacuna representativa na política é necessário entender também seus impactos nos *media* e como os *media* se põem frente a essa desfasagem representativa. Muito embora, segundo Conroy (2015), os *media* sustentem “noções amplamente negativas do feminino, simultaneamente afirmando a relevância e a supremacia do masculino” (p. 14).

Essa pressão social e mediática descritas acabam tornando possível chegar a resultados como aos que Adcock (2010) chegou. Num estudo a respeito das representações políticas no Reino Unido sobre a figura feminina histórica que foi a de Margaret Thatcher, a autora declara que a ex-primeira-ministra britânica “constituiu um legado problemático para outras mulheres políticas” (Adcock, 2010, p. 144) por endossar a estrutura masculinizada de poder e os princípios patriarcais. Somando-se a esta discussão, autoras como Moreira *et al.* (2017) defendem que uma participação feminina mais forte também não é determinante para uma mudança de postura mediática, argumentando que os *media* informativos apoiam a mediação de género como se esta fosse uma pauta deles, o que aplica mais uma camada à esta discussão.

Além dessa realidade já falada que é a da masculinização dos espaços de tomada de decisão, o campo mediático também é um espaço ordenado sob uma ótica masculina. Historicamente, mulheres também têm lutado para transgredir o *media establishment* mas mesmo com o crescimento feminino na produção noticiosa, os proprietários, editores, comentaristas políticos e especialistas diversos – ou seja, os cargos estratégicos – seguem sendo homens em sua maioria (Ross *et al.*, 2013). Reunindo as percepções de Orgad (2012) e Moreira

⁶ Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/População+residente++média+anual+total+e+por+sexo-6>

et al. (2017) sobre os *media*, ficam estes entendidos como uma estrutura cuja essência é representar e que toma a questão do gênero – tendo a frequente presença e benefício do sujeito masculino como regra – como um de seus principais valores. A soma destas duas barreiras continua a prejudicar o engajamento das mulheres na participação social como um todo e resulta numa produção noticiosa que segue invisibilizando e estereotipando mulheres, tornando desnivelada em múltiplas camadas as representações das atrizes políticas. Dessa forma, a cobertura política fica sendo uma ação discursiva masculinizada sobre uma outra ação discursiva masculinizada.

Mas embora haja essa resistência pela equidade há consciência de que essa genderização da esfera política e das representações existe e é consciente ou inconscientemente mantida. “Alguns jornalistas reconhecem a ausência das mulheres na pauta de notícias em seus próprios escritos, especialmente como assuntos de notícias, mas pareciam relutantes em se ver como parte do próprio problema sobre o qual refletiam” (Ross *et al.*, 2013). De acordo com essas autoras, mulheres estão mais propensas em aparecer em coberturas eleitorais se o tema tiver foco nas candidatas do sexo feminino, como na notícia “Duas mulheres candidatas representam uma ‘viragem’ na política portuguesa” (Almeida, 2016). A publicação trata do fato de que, pela primeira vez, duas mulheres estavam a pleitear a presidência da República Portuguesa e não se centra nas propostas ou no diferencial dessas atrizes políticas frente aos demais, mas na surpresa que é uma participação feminina expressiva na política.

Para Caldas-Coulthard (2019), na representação de mulheres em cargos de poder, “discursos ‘genderizados’ são usados para comunicar ideias e práticas que enfatizam o gênero das mulheres profissionais em detrimento de outros aspetos de suas identidades, suas funções ou papéis sociais quando estas questões não são relevantes” (p. 32). Exemplo disso pode ser percebido no interesse jornalístico em falar sobre como deputadas fazem a gerência de seu mandato em conjunto à gestão de sua família, como pode ser percebido no subtítulo da notícia publicada pelo site da rádio TSF em 25 de outubro de 2019, o primeiro dia de trabalhos parlamentares da XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa: “[A deputada Joacine Katar Moreira] Levou a filha à escola, *como habitual*, mas o resto do dia prometia ser tudo menos comum” (Melo, 2019). Levar a filha à escola é o que a rádio quer dar a entender sobre o que é o comum na vida de uma deputada que também é mãe e, o que quer que lhe esperasse no Parlamento, o incomum à rotina de uma mulher na política.

Pensar essa interseção genderizada entre política e comunicação é bastante importante quando se pensa a respeito de equidade em democracias. As casas legislativas são os lugares onde estão os representantes do povo e os meios de comunicação deveriam ser o lugar onde o

povo se vê. O cruzamento problemático desses dois campos somado aos silenciamentos e apagamentos mantidos por eles resulta numa realidade material desigual que vai sendo mantida. E isso faz com que os cidadãos passem a crer numa subalternidade orgânica que resulta da alimentação de um imaginário de impossibilidade de ascensão social ou acesso (também promovidos pelo descomprometimento).

Resgatando as conceituações de Hartley (2019), já citadas anteriormente sobre a que se referem representações, as interpretações chave para os estudos mediáticos são tanto as que se referem aos *media* quanto a que se refere a política, corroborando a ideia de que ambos os campos estão intimamente ligados. Miguel (2014) acredita que tornar a representação política mais compatível com a realidade depende também das representações do mundo social, que o jornalismo faz diariamente.

Quando fala-se de representações de sujeitos, alguns autores relacionam isso à formação de estereótipos que, segundo Silveirinha (2008), tem três dimensões: cognitiva, social e política, “estando associada a ele [estereótipo] uma posição de poder e de defesa do *status quo*” (p. 106). O estudo das representações ou estereótipos mediáticos de sujeitos políticos se dedica a um fenómeno comum a dois campos, o dos *media* e o da política, que retroalimentam um ao outro. Para Lachover (2012), “os meios de comunicação são um dos principais fatores que atuam contra a entrada das mulheres na política” (p. 444). A representação mediática que age sobre a percepção da realidade por parte do senso comum e trata uma rotina política parlamentar como anormal na vida de uma mulher alimenta no imaginário das outras mulheres que aquele não é o melhor lugar para estar ou o seu lugar, de todo.

Resultados de outras investigações sobre representação mediática de atores políticos têm mostrado, por exemplo, que as mulheres tendem a figurar nos *media* informativos como um fenómeno novo e desviante relativamente às normas de género. Permanentemente julgadas perante o padrão normativo masculino (Simões e Amaral, 2019). De acordo com Lachover (2017),

estudos sobre a representação de mulheres políticas nos *media*, incluindo investigações recentes, costumam adotar a tese da mediação de género, que sustenta que características qualitativas e quantitativas de género podem ser encontradas na cobertura dessas mulheres. Em outras palavras, as mulheres na política são marginalizadas pelos *media*: recebem menos cobertura do que seus colegas homens e são retratadas de maneira estereotipada (p. 447).

As representações mediáticas podem ser importantes vetores de percepção sobre como os *media* são estratégicos dispositivos de sustento desse *status quo* referido por Silveirinha (2008). Num cruzamento de diversas teorias de pesquisadoras feministas a respeito da representação de mulheres nos *media*, Lachover (2012) resume que quanto à questão quantitativa há uma exclusão de mulheres na cobertura mediática, já ao que tange à questão qualitativa, reafirmando uma dos principais debates fortalecidos pelos contributos teóricos de Tuchman (2000), a autora considera que há uma verdadeira “aniquilação simbólica” da mulher nos *media* com estreita e estereotipada representação.

Levando isso em consideração, sob uma percepção de mediação enquanto uma instância “genderizada”, as mulheres políticas são submetidas e essas representações estereotipadas ou, simplesmente, a não-representações. Nas palavras da autora: “os *media* geralmente mostram que as mulheres demonstram qualidades e comportamentos inconsistentes com os esperados dos políticos” (Lachover, 2012, p. 444), perpetuando o que a autora vai chamar de “distância normativa” entre as possibilidades das mulheres e o mundo político.

Autoras como Ritchie (2013) vão um pouco mais longe e acreditam na ideia de que há uma representação mediática das mulheres enquanto monstros, e que isso já é parte de uma resposta às conquistas femininas em espaço e voz, sendo a arena política um dos campos mais estratégicos para fazer de mulheres eleitas esses bodes expiatórios a serem representados enquanto monstros que irão degradar as instituições e relativizar sua moral.

2.3 A colonização partidária dos *media* e suas implicações discursivas

Um último ponto importante a ser abordando ainda neste capítulo é a colonização partidária dos *media*, um conceito de Bajomi-Lázár (2013) que constitui-se num outro fator que irá influenciar as representações e que “explora quais benefícios, além de supressão de críticas e obtenção de cobertura favorável, os partidos podem ganhar com o controle dos *media*” (p. 72). O autor é um dos entusiastas de teorias que minimizam a autonomia e poder dos *media* em si e acreditam mais nos usos que são feitos dessas plataformas e das produções mediáticas, como por exemplo, os usos de reportagens para embasar opiniões ou projetos legislativos por parte de atores políticos. Dessa forma, o autor defende que a produção mediática é um resultado de um jogo de interesses pela conquista e dominância desse campo. Como se as publicações mediáticas diárias fossem uma espécie de placar das disputas simbólicas e ideológicas que se dão diariamente na sociedade por espaço no discurso mediático.

Bajomi-Lázár (2013) descreve que essa colonização partidária pode ser entendida como um conjunto de estratégias de dominância sobre os recursos mediáticos como tempo de antena, frequências, posições e dinheiro e canalização desses recursos para partidários leais a fim de recompensa-los por diversos serviços. Essas estratégias podem ter como alvo

todos os meios de comunicação - públicos e privados - mas seus alvos principais são as autoridades regulatórias e as emissoras de serviço público que os partidos podem supervisionar com mais facilidade do que os meios privados, já que os mecanismos de nomeação de seus conselhos reguladores são projetados de forma que se possibilite a delegação de apoiantes a essas instituições (p. 76).

A proposição de refletir sobre esse jogo de interesses nos *media* oferece uma nova linha de problematização das representações. Dependendo do partido ou espectro ideológico (esquerda, centro ou direita) ao qual o canal mediático está associado mínima ou intimamente, não somente as representações dos outros partidos mas também a de atores e de determinadas pautas serão categoricamente distorcidas ou simplesmente apagadas. Essa concepção não considera uma autonomia estratégica por parte da estrutura mediática, colocando-a como um dispositivo social que desempenha uma função quase mecânica de valoração de capitais políticos.

Essa reflexão trazida pelo autor e seu conceito de colonização partidária dos *media* oferece-nos uma outra percepção da ligação entre o campo político e os *media* e o quanto autores como Miguel (2014) e Hartley (2019) são assertivos na defesa da ideia que há uma interdependência entre dois campos e que eles se estruturam mutuamente, assim como também a própria concepção de democracia, como referiam Strömbäck e Shehata (2018).

Estruturas mediáticas colonizadas sob uma ordem mais liberal vão operar na aproximação dos públicos aos interesses desse campo ao mesmo tempo em que vão desconstruir especialmente a imagem, por meio das representações, de determinados políticos opositores – especialmente os representantes substantivos (Dovi, 2018) –, descredibilizando-os e criando a imagem do monstro proposta por Ritchie (2013). Apesar dessas discussões que conseguimos estabelecer a partir das proposições de Bajomi-Lázár, o autor explica que, em sua concepção, o principal interesse de colonização incide sobre os meios de comunicação públicos, apontando cinco motivos para justificar essa proposição:

em primeiro lugar, os meios de comunicação estatais colonizados são usados para alcançar todos os eleitores em potencial, enquanto os jornais dos partidos - sejam formal ou informalmente ligados aos partidos - são principalmente agentes

de comunicação intrapartidária. Em segundo lugar, os *media* estatais colonizados são transmitidos por meio de frequências de propriedade pública e são principalmente financiados com o dinheiro dos contribuintes, enquanto os jornais do partido normalmente não dependem de ativos do Estado e, portanto, não podem ser usados para extrair recursos públicos para fins partidários. Terceiro, os meios de comunicação estatais colonizados são controlados pelos partidos de uma maneira não transparente, enquanto os jornais partidários operam de forma transparente no sentido de que o público em geral está ciente de que são administrados ou estão associados a partidos e expressam opiniões partidárias. Quarto, ao contrário dos *media* estatais, não se espera que os jornais partidários sejam neutros nos debates políticos, nem que garantam a transparência e a responsabilidade dos partidos. E quinto, a colonização partidária dos *media* implica na submissão involuntária de editores e jornalistas à vontade do partido, enquanto a imprensa partidária se baseia em crenças e lealdades ideológicas e políticas compartilhadas, bem como na cooperação voluntária entre líderes partidários e jornalistas (p. 77).

O que o autor defende faz bastante sentido e pode ser conferido na prática por meio de seu estudo desenvolvido na Hungria como parte do projeto *Media and Democracy in Central and Eastern Europe* (2012). Quanto ao primeiro, terceiro e quarto motivos, esses argumentos do autor reforçam a importância desse imaginário de objetividade e isenção que alimentamos sobre os *media*. Um canal próprio de comunicação do ator político ou de seu partido com os eleitores e militantes não terá sua eficácia comparada ao discurso mediático que, segundo Hartley (2019), preza por uma imagem que se desvia de um engajamento a determinadas pautas e, por isso, conseguem alcançar um maior número de pessoas sem se apresentar como um representante do ator político ou seu partido.

Quando ao quinto motivo que fala sobre uma submissão involuntária de profissionais, num mercado de trabalho cada vez mais precário, muitos não se ligam a uma emissora por adesão a um alinhamento ideológico, propriamente. Quanto aos próprios *media* não estatais, estes também podem não estar desinteressados ou independentes do capital estatal já que há tanto investimento do Estado em publicidade⁷, o que subentende um certo pacto entre o comprador de publicidade e o canal em questão.

⁷ Disponível em: <https://observador.pt/2020/04/17/governo-vai-comprar-15-milhoes-de-euros-em-publicidade-institucional-antecipada-para-ajudar-setor-dos-media/>

Proposições como essas trazidas por Bajomi-Lázár (2013) reforçam ainda mais o argumento de Foucault que nega análises de discursos soltos no espaço. Especialmente no que tange à relação entre *media* e política é imprescindível o entendimento da lógica sob a qual ambos atuam de modo geral, bem como as influências capitais, dos governos, dos partidos, de figuras influentes e de cada um dos grupos empresariais aos quais o *medium* está subjugado. Que façam sentido ou não as proposições do autor numa dada realidade que não seja a que gerou essas conclusões, elas são significativas a partir do momento em que nos convidam a pensar sobre esses jogos de poder intercambiados entre a política e os *media* que, no caso dos usos das estações estatais, reforçam a ideia da objetividade pela forma sucinta como a influência é exercida.

Ficamos, então, a entender as representações mediáticas de atores políticos como, no caso do jornalismo, um discurso sobre os discursos desses atores sob uma dupla visão masculinizada. Constituindo-se, dessa forma, em representações distópicas que vão implicar na imagem de cada sujeito de forma positiva ou negativa para sua validação social. Partindo do pressuposto de que as representações mediáticas sobre atores políticos são genderizadas, é necessário ir mais a fundo e tentar perceber quais outros recortes influenciam na forma como essas representações são desempenhadas.

Capítulo 3: Um olhar pós-colonial sobre o “trabalho das representações”

Já entendemos os *media mainstream* como um dos mantenedores do *status quo* cuja atuação influencia e é influenciada por poderes diversos, como meios cuja atividade essencial é de representar e que uma de suas principais premissas no trabalho das representações é a ótica genderizada. Portanto, faz-se necessário entender mais sobre a interseção política e mediática na intenção de perceber quais outros recortes influenciam o acesso e a permanência na arena política e a cobertura mediática sobre o movimento de atores políticos dentro dessa arena.

Neste capítulo, os *media* serão analisados a partir de um olhar interseccional para que se compreenda, sob outras sensibilidades e de forma mais complexa, a estrutura em que estão inseridos e sua colaboração na manutenção destas estruturas. Esta análise será importante para delimitar sob quais perspectivas consideramos importante observar as representações mediáticas. Alguns trabalhos já destacados apontaram que o jornalismo, nosso foco de estudo a respeito do universo que é a representação mediática, opera sob “discursos cristalizados” (Biroli, 2011; Silveirinha, 2008) e se faz necessário entender, dentro do processo de representação, sob quais formas se dão essas cristalizações.

Para uma reflexão focada em atores, levamos em consideração perspectivas de género, raça e classe, por exemplo, já que, no campo social, há uma série de desigualdades pautadas por essas questões que vão dificultar o acesso aos *media* e à participação política (Albæk *et al.*, 2019). Pensando a realidade portuguesa, a correlação entre representação mediática e minorias políticas analisada por meio de uma abordagem feminista pós-colonial é quase intuitiva quando se quer problematizar a representação de atores políticos em um Estado historicamente colonizador. O jornal português mais antigo em atividade, o Diário de Notícias, fundado em 29 de dezembro de 1864⁸, já tinha cerca de 70 anos – uma presença já consolidada na sociedade portuguesa e com longa atuação centrada na produção discursiva sobre discursos de homens políticos – quando as três primeiras mulheres ocuparam, durante o Estado Novo (1934), assentos na Assembleia Nacional, sendo elas Domitila de Carvalho, Maria Cândida Bragança Parreira e Maria Guardiola⁹. Junto a isso, os primeiros estudos sobre as representações mediáticas jornalísticas em Portugal que consideraram as produções entre as décadas de 80 e 90 dão conta da representação de sujeitos racializados nos *media* (essencialmente africanos vindos de Cabo Verde, ex-colónia portuguesa) maioritariamente associados à criminalidade e com fraca presença na agenda política (Cunha, 2007), o que revela um racismo associado a um

⁸ Disponível em: <https://purl.pt/26833/3/#/23>

⁹ Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/18931/A+mulher+em+Portugal+volume+I.pdf>

nativismo fortalecido pelo imaginário colonial, ambos reforçados pelas representações mediáticas nas consciências coletivas.

Para refletir sobre os percursos de mulheres migrantes, por exemplo, dentro das sociedades pós-coloniais, uma análise feita apenas com base nos recortes de gênero pode não ser suficiente, fazendo-se importante ir além e levar em consideração outros fatores segregacionistas. A teoria feminista pós-colonial parte de uma visão interseccional pautada na identidade, “colocando igual ênfase no conjunto sobreposto de posições de sujeito afetadas pela colonização: gênero, classe, raça, nacionalidade [...] e outros marcadores de identidade, bem como rejeita debates sobre quais interesses devem vir primeiro, os da anticolonização ou os dos grupos feministas” (Kosut, 2012, p. 100).

Sob a ótica feminista pós-colonial, mulheres na ordem patriarcal são entendidas como ocupantes de lugares equiparados aos de súditos colonizados sob o imperialismo, sendo a linguagem e os esquemas de representação estratégicos artifícios de manutenção do poder do patriarcado e dos colonialismos contemporâneos. Dessa forma, o feminismo pós-colonial critica o arranjo discursivo da linguagem, bem como as representações, ressaltando “as maneiras pelas quais a colonização discursiva afeta adversamente as realidades materiais das mulheres” (Kosut, 2012, p. 100).

Já que entendemos as representações mediáticas de sujeitos políticos como uma estrutura genderizada, partimos das perspectivas apresentadas por diversos estudos acerca da representação das mulheres – com destaque às mulheres racializadas e migrantes – enquanto atrizes políticas, em contraponto ao que se entende como regra, que é o discurso masculinizado das estruturas políticas e mediáticas que tentam manter as mulheres a uma distância normativa do centros do poder e do conhecimento como descrito por Lachover (2012).

3.1 O gênero como primeira baliza das representações políticas e mediáticas

Ibroscheva e Storver (2012) destacam que mulheres ocupam lugares muito menos expressivos do que homens tanto nos espaços de poder quanto nas representações mediáticas e que, mesmo quando conquistam sucesso político, ao ingressar nos parlamentos, as mulheres não estão protegidas de linchamentos virtuais e discursivos e outras humilhações com base em seu gênero.

Os discursos noticiosos, por exemplo, operam de forma ativa na “perpetuação de uma concepção estereotipicamente masculina da política e dos políticos” (Rakow e Kranich, 1991; Peake, 1997 *apud* Ibroscheva e Stover, 2012, p. 36). Essas mesmas autoras destacam os

discursos mediáticos em torno da política como uma “novela masculina” com um repertório compatível com essa classificação¹⁰. E os usos indiscriminados de repertórios que remetem a uma vivência masculina dentro dos espaços políticos seguem como ordem.

Mas a questão não deve incidir apenas sobre o conteúdo em si. É importante considerar a tríade composta pelo produtor, o produto e sua audiência. A massiva e normativa presença masculina na produção de conteúdo criou uma uniformidade discursiva que tornou as vozes femininas estranhas. E, em casos mais extremos, inaceitáveis. Como apontam Croteau e Hoynes (2014): “um efeito qualitativo da presença masculina nos *media* noticiosos tem sido a promoção de valores profissionais e técnicas de coleta de notícias que se baseiam em uma tradição positivista centrada no homem” (p. 163). Esses valores e técnicas poderiam ser entendidos como sendo a principal motivação de um caráter distópico das representações quando não consideram as “condições de possibilidade” (Siapera, 2010) às quais cada sujeito está subjugado.

Colocar uma mulher como sujeito de uma notícia e como fonte principal ainda pode parecer incomum em determinadas ocasiões, como na cobertura política. Especialmente se esta variar na cor de pele, se apresentar como estrangeira e com discursos incompatíveis com o alinhamento de classe hegemônico. Para além das resistências na questão quantitativa que acabam por reverberar qualitativamente, como mencionam Croteau e Hoynes (2014), há os próprios moldes simbólicos da cobertura política que não preveem sujeitos fora do padrão. Muitos parlamentos já não são pensados de forma acessível para mulheres¹¹ e acrescentam-se a isso uma série de características de grupos sociais para as quais as casas legislativas não foram pensadas. E esse problema é transposto sobre os sujeitos, como se fossem eles o problema.

Em casos práticos, a cobertura de novos personagens na esfera política, por exemplo, muitas vezes acaba se focando em quem foge ao padrão. Logo, as mulheres, por exemplo, costumam ser retratadas como sujeitos não naturalizados naqueles espaços. Biroli (2010) acredita que mulheres políticas têm “visibilidade restrita”, sendo esta uma camada que antecipa a questão dos estereótipos. Por conta dos padrões construídos sobre o gênero masculino há possibilidades inalcançáveis: “a visibilidade possível, antes mesmo de ser negativa ou positiva para a trajetória individual das mulheres que ganham espaço na cobertura jornalística, está relacionada à divisão dos papéis sexuais e à dualidade entre público e privado” (p. 54). Não

¹⁰ Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/parlamento-nao-informou-joacine-de-acordo-de-cavalheiros-sobre-prazos-11558903.html>

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>

estariam então aptas as mulheres às pautas públicas e políticas? Herzog (2010), alinhado à Biroli, tem como argumento que “as mulheres são introduzidas na esfera pública incorporando a diferenciação binária entre as duas esferas [pública e privada] no domínio público” (p. 241). Com sua autonomia condicionada, a mulher, ainda candidata, já tem limitações evidentes:

a investigação feminista dos *media* mostra que, originalmente, os meios de comunicação subestimam e menosprezam as candidatas políticas e mulheres parlamentares, sub-representando-as comparativamente com os políticos homens, negando-lhes títulos honoríficos, identificando-as pelo primeiro nome, por relações familiares com sujeitos masculinos ou usando descrições de gênero pouco lisonjeiras (Simões e Amaral, 2019).

Essa questão do nome também é um ponto importante. Pois muitas vezes os *media* escolhem como irão se referir a cada deputado, por exemplo, e não há necessariamente uma relação com a forma como aquele sujeito se identifica. Estando as mulheres, muitas vezes, relegadas à frequente falta de sobrenome ou referidas por patentes de cunho masculino, como foi o caso da primeira e única primeira-ministra portuguesa, Maria de Lurdes Pintasilgo, nomeada “primeiro-ministro”¹² (Martins, 2014).

Para além das dificuldades encaradas a depender também de qual alinhamento ideológico-político uma mulher está posicionada, ainda há as camadas do sexismo, racismo e outras. Todas essas camadas são ainda reforçadas pelas representações que descredibilizam e deslegitimam as mulheres e sua autonomia, sendo esta desconstruída, especialmente, quando se fala de migrantes e oriundas de ex-colónias, no caso português.

Ao insistir na desconstrução da lógica do sistema patriarcal e imperialista na qual os *media* estão inseridos, é relevante também pensar além da estrutura binária de homem e mulher enquanto sexos e complexificar esse debate por meio do gênero. Duerst-Lahti e Kelly (*apud* Conroy, 2015) acreditam que a questão do poder está muito mais atrelada à questão de gênero que à de sexo em si: homens estariam mais facilmente associados à masculinidade e mulheres mais associadas à feminilidade, mas mulheres mais masculinas teriam mais vantagem em relação às mais femininas. Bem como homens efeminados teriam desvantagem em relação ao mais masculinizados.

A questão está na dualidade masculino-feminino enquanto baliza performativa sendo a tendência ao primeiro uma vantagem e ao segundo uma desvantagem. Obviamente, a

¹² Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/politica/entrevista-a-maria-de-lurdes-pintasilgo-no-inicio-do-mandato_v853551

performatividade do masculino já é uma pressão historicamente exercida sobre os homens, o que faz da entrada das mulheres em cenários dominados por essa expectativa não ser orgânica, tampouco igualitária, nem sob uma completa performance masculinizada (Conroy, 2015). Dessa forma, uma mulher performando a feminilidade em um espaço de poder masculinizado é duplamente desviante do padrão patriarcal.

Quanto à cobertura, é importante destacar que as mulheres começaram a participar ativamente da produção jornalística em Portugal, por exemplo, apenas há cerca de 50 anos (Lobo et al., 2017), estando o jornal mais antigo em atividade no país, o já mencionado *Diário de Notícias*, se aproximando dos seus 160 anos. Sendo esta ainda uma profissão, cujas diretrizes e conteúdos seguem dominados por homens, com uma média de 80% da produção noticiosa tendo ainda como sujeitos figuras masculinas (GMMP, 2015), a cobertura política passa por mais essa camada de masculinização como prática.

Pensar em representação de sujeitos subalternos é, na verdade, pensar antes em sub-representações ou não-representações. Portando, entende-se que o principal desafio não somente das mulheres aqui neste cenário é o de fazer pressão pela inclusão e normalização da feminilidade nos espaços de poder, não somente do sexo enquanto uma estatística numérica e uma categoria biológica que não necessariamente tem uma conexão com o gênero (ao contrário do que propõe a heteronormatividade).

3.2 Representações mediáticas em democracias colonizadas

Ainda dentro da perspectiva de gênero, críticas como as de Tuchman (2000) aparecem para alertar sobre o fato de que se por um lado as plataformas de comunicação de massa têm a possibilidade de atingir um elevado número de pessoas simultaneamente, por outro, transmitem valores que não são compatíveis com a realidade social de seu público, o que acaba por promover uma alienação das audiências. “Os estereótipos de papéis sexuais são representações definidas de aparência, interesses, habilidades, comportamentos e autopercepções ligadas ao sexo” (p. 152) que servem como uma espécie de baliza para que as pessoas se adaptem ao ideal de aparência, sentimento e comportamento enquanto homens ou mulheres para se integrarem socialmente de forma homogênea. E este é um dos pontos sob os quais incide a crítica feminista pós-colonial, que considera diversos aspetos dos indivíduos, não somente a questão sexual binária, indo contra essa alienação e contra às imposições padronizadoras de qualquer que seja a natureza.

Para alguns autores, o género é o principal componente estruturante das relações de poder, seja no campo material, seja no simbólico, o que não invalida o que está posto pelo feminismo pós-colonial, sendo o género a categoria articuladora, não a única (Brooks & Hébert, 2006; Richardson & Wearing, 2014). A partir do que aponta Hall (2014) sobre uma ideologia não ser um produto de consciências individuais mas superior a estas, entendemos também os *media* como partes fundamentais na instrumentalização e socialização de ideologias capazes de operar nessa construção e socialização de significados com base em alinhamentos ideológicos de manutenção do *status quo* que darão sentido lógico à vida dos indivíduos. Relembrando Hartley (2019), os *media* no arranjo hegemónico naturalizam ideologias de classe junto ao senso comum.

De acordo com Siapera (2010), “do ponto de vista analítico, para entender as representações mediadas da diferença cultural, precisamos conhecer seus antecedentes conceituais, suas ‘condições de possibilidade’ e esboçar suas implicações, com o objetivo de contribuir para a construção de representações menos problemáticas” (p. 112). Ou seja, é necessário aplicar estudos sobre as representações problematizando-as sob várias frentes para que se desenvolvam sensibilidades sobre essas condições de possibilidade e se percebam que o discurso sobre a performance do outro deve ter como referencial as condições de possibilidade do outro, não a de quem discursa.

Como seriam, então, consideradas essas “condições de possibilidade” a partir de perspectivas pós-coloniais, por exemplo? E sob qual (ou quais) ideologia opera a produção de sentido mediática? Hall (2014) afirma que os mesmos temas podem ter diferentes construções representativas sob diferentes ideologias. Logo, as disparidades, a intensidade com a qual se dá o escrutínio, bem como os vieses que são aplicados a pessoas em diferentes espectros de género ou etnia, por exemplo, são resultado da adoção de uma postura ideológica por parte dos *media* dentro da ordem social na qual estão inseridos, estando os estereótipos e limitações criados ligados a esse aspeto ideológico, não a uma organicidade branca e masculina, por exemplo. Se há uma frequente representação negativa de sujeitos racializados por parte dos *media*, isso impactará diretamente a forma como se darão os discursos a respeito de sujeitos racializados nos ambientes de poder e vice-versa. Se as mulheres são relegadas aos afazeres domésticos e às atividades de cuidados, logo, as representações delas em espaços de poder partem do desconforto e da anormalidade (Cook, 2011; Cunha, 2007; Hall, 2014).

Siapera (2010), influenciada por Spivak, acredita que haja um regime racista de representação, que predispõe não somente a raça, mas também as culturas no intuito de incorporar no debate público justificativas para determinadas políticas, como as migratórias e

antiterroristas. Esse esquema racista apontado seria conveniente para fazer uma evidente divisão entre brancos e não-brancos numa perspectiva de crédito social. Somado ao recorte de gênero, essa lógica relegaria mulheres racializadas a um lugar ainda mais subalterno que o dos homens racializados pois, como explica Spivak (2010), essas mulheres estariam sendo salvas de homens não-brancos por homens brancos, ao mesmo tempo em que não tem a noção necessária sobre a lógica do “primeiro mundo” para ser um sujeito autónomo nele:

especificamente, os aspetos do regime racista de representação que enfocam a violência, o crime, a irracionalidade e a barbárie justificam a exclusão política, social e cultural dos sujeitos racializados, porque os constroem como incompatíveis com os valores dos sujeitos dominantes não racializados. O outro lado da moeda é a construção de sujeitos racializados, principalmente mulheres, como vítimas trágicas. Esta é uma representação sentimentalizada que, por um lado, reforça a construção de sujeitos racializados como violentos e bárbaros e, por outro, retira agência¹³ e autonomia dos sujeitos racializados e genderizados. Esta articulação de discursos de gênero com o regime racista de representação, portanto, funciona para justificar a exclusão política, social e cultural de mulheres etno-culturalmente diferentes, porque elas não têm agência, autonomia e livre arbítrio e, portanto, são construídas como incapazes de se representar de forma autónoma e participar de processos políticos como cidadãos iguais (Spivak, 2010, p. 137).

Seguindo a linha de pensamento de Siapera (2010) e Spivak (2010), essas representações analisadas por um espectro interseccional sobre as mulheres racializadas frustra bruscamente as expectativas de autonomia dessas atrizes em participar efetivamente da sociedade ou estarem em determinados lugares, especialmente os de voz e poder. Um sujeito com origem em uma ex-colónia pode ocupar um lugar diferente de qualquer outro recorte minoritário no espaço sociopolítico português, por exemplo, relegando-se a um cariz heterogéneo e distante do que se entende por um cidadão qualquer naquela sociedade. Neste recorte racial, Hooks (2014) acredita que a representação feminina negra nos *media* é

¹³ Agência (*agency*) é um conceito que se refere à capacidade de agir ou provocar mudanças. A pessoa ou outro ser ou coisa que age ou causa mudanças é denominada agente. Na teoria da comunicação, agência é mais comumente associada a pessoas, em oposição a animais ou coisas. Para se comunicar, um agente deve ter capacidade, ou agência, para isso (Littlejohn & Foss, 2009, p. 27).

preponderante em “como a negritude e as pessoas negras são vistas e como outros grupos responderão a elas com base em sua relação com essas imagens construídas” (p. 5).

Já que se falou sobre a questão de gênero como a principal categoria de análise para entender a lógica política mediática é importante destacar aqui que mesmo em uma clara desvantagem com relação ao sujeito masculino, a origem social de uma mulher pode aprofundar ainda mais as representações distópicas a que é exposta. Somando-se a essas colaborações, Ribeiro (2017) vai compilar este entendimento da heterogeneidade da mulher racializada e etnicizada como o “Outro do Outro”, já que tomamos o gênero como o articulador desses recortes e a mulher, em si, já é o primeiro outro na lógica binária de gênero.

Em sua crítica pós-colonial, Spivak (2010) afirma que a mulher, genericamente, é um sujeito subalterno que não tem autonomia para falar e que isso é corroborado pela total ausência de prioridades globais que reconheçam a autonomia feminina, sendo, a mulher negra, especificamente, um sujeito relegado à heterogeneidade, ou seja, aquela que não conseguirá se inserir socialmente como qualquer um pois tem sua imagem – construída em grande parte por meio de suas representações por parte dos *media* – atrelada a estereótipos como mães, matriarcas, *jezebels*, *welfare mothers* e *tragic mulattoes* (Brooks & Hébert, 2006, p. 299). Dessa forma, numa reflexão a respeito da produção noticiosa e da própria mulher enquanto notícia pode-se entender que “ser mulher é ver-se representada num conjunto ideológico de referenciais dominantes, onde o ideário de feminilidade articula as expectativas sociais” (Souza, 2014, p. 92), ideário de feminilidade este que muda de acordo com outros recortes identitários como classe, raça, sexualidade e outros.

Recorrendo novamente às definições de Hartley (2019) sobre as concepções de representações que importam ao estudo dos *media*, recordamos aqui mais uma vez que o autor destaca que tanto a representação feita por políticos quanto as representações mediáticas desses atores políticos são significativas. Juntando isso ao que coloca Miguel (2014) e que discutimos no capítulo anterior sobre haver uma retroalimentação na relação entre representação política e representação mediática da política, é necessário que questionemos as coberturas estereotipadas e díspares como forma de contribuição dos estudos mediáticos para uma maior equidade nos parlamentos e nas diversas esferas sociais.

Além dessa percepção com base no gênero, tanto as representações mediáticas quanto os espaços dessas plataformas discursivas seguem fomentando uma divisão social de classe. Para Kellner e Share (2019), “a paisagem dos *media* continua a favorecer um modelo de sucesso econômico baseado em individualismo obstinado, separado de estruturas sociais maiores ou comunidades de subjugação, apoio mútuo, e luta” (p. 3). O que corrobora mais uma vez a

conceção de que os *media* operam dentro, obviamente, e em favor do arranjo capitalista e de um processo de alienação no intuito de privilegiar ainda mais classes já privilegiadas em detrimento das classes trabalhadoras e mais baixas.

Sempre é preciso perceber como esses órgãos estão verdadeiramente abertos e preparados para uma cobertura que possa falar sobre e com os mais diversos sujeitos. Junto a isso, mais uma vez, é importante perceber sob quais paradigmas as narrativas são construídas, se há a priorização ou preferência por determinadas figuras e espectros políticos e até que ponto a cobertura é realmente sobre a atuação política e não sobre determinados sujeitos e o que representam.

Biroli (2010) percebe os *media* enquanto plataformas de influencia social que dispõem de poderes não somente na manutenção daquilo que já está estabelecido, mas também na transformação, afirmando que os *media* podem ser pensados como “esfera que participa ativamente da reprodução ou da transformação de práticas e valores e instituições que configuram as formas atuais da representação e da participação política nas democracias e legitimam as formas assumidas pelas relações de género” (p. 46). A autora reforça, assim, a concepção de que os *media* são estratégicos nas mudanças de paradigmas e capazes de gerar pressão nas organizações hierárquicas e valores sociais, inserindo aqui, assim, mais um importante recorte para se pensar democracia a partir da representação mediática.

3.3 Linguagem e discurso mediáticos e a necessidade de uma crítica interseccional

Sobre problematização do discurso que teve como um de seus principais marcos o trabalho de Michel Foucault, Judith Butler (1997) convida-nos a refletir, antes de mais, a respeito de como os repertórios estão orientados semanticamente. É por meio do discurso que se fixam e difundem ideias, bem como é por meio dele que sujeitos vão sendo incorporados socialmente aos lugares considerados adequados à sua condição na ordem patriarcal e imperialista vigente. A discussão em torno dos termos “primeira-dama” e “denegrir” bem como da ausência de um termo que dê conta do estatuto do companheiro da mulher presidente ou primeira-ministra são exemplos do que Butler (1997) vai chamar de “dano linguístico”, uma espécie de efeito de uma lógica social pautada nos termos da linguagem, que vai culminar nas novelas masculinas mencionadas por Ibroscheva e Stover (2012). Assim sendo, percebemos a linguagem, como um arcabouço de possibilidades cujas orientações são determinadas dentro das dinâmicas sociais, o que quer dizer que, dentro de um sistema patriarcal, o ordenamento linguístico dos discursos estará orientado para o masculino como seu padrão.

A construção de um discurso, portanto, passa por esses pré-processos estruturais que Van Dijk (1980) nomeou de macroestruturas, que seriam “estruturas globais semânticas no discurso” (p. 27). Para Butler (1997), a forma como a linguagem está estruturada, ou seja, o repertório regular, atua como uma espécie sutil de macroestrutura coercitiva dentro da lógica social vigente: “se somos formados na linguagem, então esse poder formativo precede e condiciona qualquer decisão que possamos tomar sobre ele, insultando-nos desde o início, por assim dizer, por seu poder anterior. (p. 2).

Esse condicionamento prévio das possibilidades de arranjo do repertório reafirma o poder que a linguagem por si só têm sobre os paradigmas sociais e valores. Incutindo, dessa forma, no processo anterior ao discurso em si, premissas sobre as possibilidades dadas a cada indivíduo que são tomadas como rumos “naturais” ou “normais”, condicionando também até as possibilidades de se questionar essa própria lógica. Isto somado à ação mediática, que também tem sua autoridade discursiva fixada socialmente como apontou Couldry (2000), tem forte impacto na construção e manutenção de estereótipos que servem à lógica hegemônica.

Quanto à crítica de Tuchman (2000) sobre os *media* serem como parte da estrutura hegemônica ao afirmar que “os meios de comunicação social refletem valores sociais dominantes” (p. 151), acreditamos que isso também se dê por meio dos usos da linguagem na construção de discursos a partir de significados já estabelecidos ou a serem implementados. Essa crítica ganha ainda mais força se reconhecermos nos *media* seu poder de inserir e fixar valores, além de iniciar ou fortalecer processos de mudança estrutural mais complexos.

Sobre a integração dos *media* na ordem capitalista, Anderson (2006) traz um importante contributo. O autor defende que a união entre imprensa e capitalismo criou públicos monoglotas (de mapas conceituais cada vez mais homogêneos) de leituras em massa. Juntando isso à concepção de que os *Media* – enquanto estrutura que envolve parte daquilo que se originou a partir da evolução e desenvolvimento da imprensa – partilham leituras limitadas da realidade, entende-se que estes colaborariam para o reforço e manutenção de desigualdades em diversas instâncias. Os *media* seriam a instituição por meio da qual se criaria uma linguagem nacional, tendo historicamente beneficiado os modelos colonizadores diversos. Isto, apesar de, como aponta Shome (2016), dentro do mundo material haver uma resistência por parte de camadas sociais subalternas de autoafirmação frente ao discurso hegemônico colonizador e que não aceita determinadas narrativas como sendo suas, não se vendo no que seriam as representações nacionais ou culturais hegemônicas e *mainstream*.

Os *media* são parte importante da formação educacional e ideológica das pessoas – em países como o Brasil, a TV é o principal meio de comunicação/informação ainda¹⁴ com programas jornalísticos em crescimento e, em Portugal, a informação é o conteúdo mediático mais consumido¹⁵ – e, por isso, são uma privilegiada plataforma de validações e ampliações discursivas sobre as quais se faz necessária uma postura crítica. De acordo com Kellner e Share (2019), “a literacia crítica dos *media* nos conscientiza de como as imagens mediáticas constroem marcadores, hierarquias e relações de classe na sociedade americana [e não somente] contemporânea” (p. 3).

Os *media*, para Lago e Benetti (2010), são “uma preponderante *agência de socialização de valores*; portanto, uma agência privilegiada de produção de sentido” (p. 87). Entendendo os *Media* como esse “conjunto dos meios de comunicação de massa” (Lago & Benetti, 2010, p. 98) é importante essa percepção deles como produtores e socializadores de sentido – a partir de seus discursos – mas também como um campo onde disputam interesses diversos pela influência em sua pauta, na qual se investem capitais cujo retorno oferecido por esses *media* deveria ser mais fácil de se perceber. Esses fatores vão incidir diretamente nos moldes subjetivos da construção discursiva, bem como no arranjo das representações, que tanto podem estar orientadas numa perspectiva de classe – sob esse constrangimento de quem financia as estruturas mediáticas – como podem servir a uma lógica histórico-hegemónica de apagamentos de pautas e pessoas.

¹⁴ Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/38609/tv-segue-como-principal-meio-de-comunicacao-do-brasil-diz-pesquisa.html>

¹⁵ Disponível em:

https://www.erc.pt/documentos/Estudos/ConsumoAVemPT/ERC2016_AsNovasDinamicasConsumoAudioVisuais_web/assets/basic-html/page27.html

Capítulo 4: Estratégia metodológica

Partindo das discussões desenvolvidas ao longo dos últimos capítulos e motivados pelo fato de que, em 2019, três novos atores de três novos partidos foram eleitos ao parlamento português, tomamos como objeto desta investigação as representações mediáticas que foram construídas pelos principais *media mainstream* de informação em Portugal sobre esses atores.

Neste capítulo, descrevemos a estratégia metodológica usada para analisar a cobertura informativa sobre esses sujeitos e responder às questões de pesquisa aqui apresentadas.

4.1. Dos objetivos, questões e hipóteses de pesquisa

Este estudo afirma-se como feminista pós-colonial por estar ancorado a uma perspectiva interseccional que põe igual importância nos marcadores identitários de gênero, classe, raça e nacionalidade (Kosut, 2012). Essa perspectiva se faz necessária ao reconhecermos o Estado português como uma nação cujo imaginário alimentado durante a maior parte de sua história foi o da lógica colonial e de exploração de outros povos e territórios. Partido disso, queremos:

- Perceber os padrões de representação dos atores políticos em questão na atividade jornalística *mainstream*;
- Destacar as diferenças entre as representações de cada um dos atores políticos;
- Estabelecer sobre quais temas incide o interesse mediático informativo na representação de cada um dos atores;
- Identificar padrões discursivos usados pelos *media* na cobertura da movimentação dos atores políticos.

Para atender a esses objetivos postos, foram formuladas as seguintes questões norteadoras que irão conduzir esta investigação e gerar respostas a partir das análises de um *corpus* linguístico:

- Que padrões podem ser identificados nas representações mediáticas de cada um dos atores políticos?
- Há diferença com base no gênero, explícita ou sutil, entre a representação dos deputados?
- Qual ator político tem recebido mais atenção por parte dos *media* e sobre o que incide o interesse mediático?
- Há demandas mediáticas sobre a atuação dos deputados?

- A partir da análise das unidades discursivas informativas é possível falar em discurso mediático, de fato, (os *media* de forma alinhada sob uma só lógica ideológica discursiva) ou cada OCS reserva-se a defesa de (seus) determinados interesses?

A partir das reflexões resultantes das discussões propostas nos capítulos anteriores, partimos das hipóteses de que há uma explícita diferença entre as formas de representar homens e mulheres na política e entre os usos que são feitos de seus discursos nos discursos jornalísticos. Também acreditamos que outros marcadores identitários e políticos podem alterar ainda mais essa divisão sexual das representações mediáticas, mesmo que de forma sutil. A premissa maior é a de que haja um alinhamento ideológico entre cada uma das unidades discursivas jornalísticas em reforço ao *status quo* nacional, definido aqui como uma estrutura de poder baseada numa organização classista, genderizada e étnico-racial sob o ideal da separação em o Nós e o Outro e exclusão e deslegitimação desse Outro.

4.2. Da delimitação do objeto

Em 2019, com a formação da XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa por meio de eleições legislativas, conquistaram lugar no parlamento uma deputada e dois deputados que, para além de ocuparem este cargo pela primeira vez, são representantes únicos de partidos que, também pela primeira vez, conquistaram representação política por meio do voto. Aproveitamos a oportunidade para analisar as representações mediáticas desses novos sujeitos que passaram a integrar, como deputados, a esfera política e a cobertura mediática sobre a esfera política e seus atores.

A XIV Legislatura está composta por representantes de 10 partidos, sendo o Chega, autodenominado nacional, conservador, liberal e personalista¹⁶; o Iniciativa Liberal, um partido para juntar todos os liberais portugueses¹⁷; e o Livre, de lema liberdade, esquerda, Europa, ecologia¹⁸, os que estrearam com a eleição de um único deputado, cada. Entre as 14 legislaturas já formadas após a redemocratização portuguesa entre 1974 e 1976, esta é a quarta vez que partidos conquistam assento na Assembleia da República com um único deputado e a primeira com três partidos a alcançarem este feito em simultâneo¹⁹. Os três deputados únicos em questão

¹⁶ Disponível em: <https://partidochega.pt/manifesto/>

¹⁷ Disponível em: <https://iniciativoliberal.pt/ainiciativa/historia/>

¹⁸ Disponível em: <https://partidolivres.pt/declaracao-principios-161113>

¹⁹ Disponível em: <https://participacao.parlamento.pt/app-composicao/data/1983.php>

são André Claro Amaral Ventura (eleito pelo partido Chega), Joacine Elysées Katar Tavares Moreira (eleita pelo partido Livre) e João Fernando Cotrim de Figueiredo (eleito pelo partido Iniciativa Liberal).

4.1.1 Os (novos) atores políticos em análise

André Ventura, eleito com 36 anos, é professor universitário e comentador desportivo, casado e Doutor em Direito Público pela Universidade de Cork, na Irlanda. Teve seu percurso como militante político iniciado no Partido Social Democrata (PSD), pelo qual já chegou a ser eleito à Câmara Municipal de Loures, em 2017. Por divergências dentro do PSD, se desvinculou da sigla, renunciou ao mandato na autarquia e, em seguida, fundou o partido Chega em 9 de abril de 2019, a menos de seis meses das eleições legislativas nacionais nas quais foi eleito. O então deputado também presidia o partido Chega desde sua fundação até 4 de abril de 2020, quando se demitiu do cargo²⁰. Desde 2014, André Ventura é uma figura mediática por atuar como comentador desportivo no canal televisivo CMTV e como colunista do jornal *Correio da Manhã*²¹.

Joacine Katar Moreira, eleita com 37 anos, é investigadora e ativista feminista e antirracista, divorciada e Doutora em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)²². Seu percurso mais expressivo como ativista se deu pelo Instituto da Mulher Negra em Portugal (INMUNE), do qual é membro-fundadora. Antes de ser eleita em outubro de 2019 como deputada única pelo partido Livre, havia concorrido pelo mesmo partido às eleições legislativas nacionais em 2015 e às europeias, em maio de 2019, mas em ambas não obteve sucesso. Com a vitória nas legislativas nacionais de 2019, Joacine Katar Moreira tornou-se a primeira mulher negra luso-guineense a ganhar uma eleição como cabeça de lista de uma candidatura partidária em Portugal. Embora, com pouco mais de três meses de mandato, mais precisamente a 31 de janeiro de 2020, o partido Livre decidiu, após um conflito amplamente mediatizado, retirar a confiança política a Joacine Katar Moreira, passando a deputada, que não abdicou de seu mandato, a partir de então, ao estatuto de Não Inscrita²³. Além de ter feito história ao ser a primeira mulher negra e nascida em uma ex-colônia portuguesa a encabeçar uma lista de candidaturas e sair vitoriosa, a deputada também faz parte do grupo das 89

²⁰ Disponível em: <https://partidochega.pt/o-presidente/>

²¹ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6535>

²² Disponível em: <https://partidolivres.pt/primarias2019/legislativas-lisboa/joacine-katar-moreira>

²³ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6540>

mulheres eleitas, o maior número já registado em legislativas (correspondendo a 38% dos assentos parlamentares)²⁴.

João Cotrim de Figueiredo, eleito com 58 anos, é economista e empresário, divorciado e Mestre em Administração, Negócios e Marketing pela Universidade Nova de Lisboa. Em seu percurso profissional, na maior parte como gestor de empresas, chegou a ser diretor-geral da emissora televisiva TVI entre 2010 e 2011²⁵. Seu percurso político iniciou-se no partido Iniciativa Liberal, fundado em dezembro de 2017. Após sua eleição para a Assembleia da República, também foi eleito presidente do partido²⁶.

4.1.2 Constituição do corpus

Em concordância com Reppen (2010) sobre a essencialidade da formação de um *corpus* linguístico para a exploração de temas e questões relacionadas ao uso da linguagem, estabelecemos alguns critérios para a essa constituição capaz de viabilizar o encontro de respostas às perguntas de partida e identificar diretrizes e padrões sob os quais são construídas as representações desses atores políticos em questão.

Como o interesse desta investigação incide sobre os *media* informativos, este estudo contempla estritamente as publicações informativas *online* de três dos principais jornais generalistas cujos *sites* figuram entre os mais acedidos em Portugal em outubro de 2019 – período em que se inicia o intervalo temporal de recolha das unidades de análise – de acordo com o *ranking* Marktest²⁷. Estabelecemos como marco temporal para a recolha de materiais que estruturam o *corpus* o primeiro semestre da XIV Legislatura que compreende o período de 25 de outubro de 2019 a 24 de abril de 2020.

Entre os 10 *sites* mais acedidos em Portugal em outubro de 2019, quatro eram de importantes jornais portugueses que se encaixavam nas exigências da pesquisa: o *Correio da Manhã*, o *Público*, o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias*. Optou-se, então, por três deles: o *Correio da Manhã*, jornal mais popular de Portugal em circulação impressa e em acessos *online*, que é parte do grupo de comunicação Cofina Media e, segundo estatuto editorial, “acolhe o dever de informar. Defende o valor absoluto da notícia, como componente essencial da transparência democrática, e a necessária independência da atividade jornalística perante

²⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/nunca-houve-tantas-mulheres-parlamento-1889003>

²⁵ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6550>

²⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/08/politica/noticia/iniciativa-liberal-elege-joao-cotrim-figueiredo-96-votos-1896638>

²⁷ Disponível em: <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~2595.aspx>

todas as formas de poder, sejam elas políticas, económicas, religiosas ou outras”²⁸; o jornal *Público*, gerido pela Público Comunicação Social S/A e parte do grupo SONAE que, em seu estatuto editorial, se apresenta como um “projeto de informação em sintonia com as mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo e um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”²⁹; e, já que o *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias* fazem parte do mesmo grupo empresarial, a Global Media Group, acabou-se por optar apenas pelo segundo, já que é o jornal português mais antigo em atividade, e que se afirma como “um traço de união entre todos os portugueses, independentemente das suas opiniões políticas ou crenças religiosas, desempenhando um papel moderador dos conflitos que se manifestam na sociedade portuguesa”³⁰.

A constituição do *corpus* se deu por meio da recolha das respostas à pesquisa pelas palavras-chave “cotrim”, “katar” e “ventura” nos motores de busca dos próprios sites dos OCS. Para ser recolhida, cada possível unidade de análise deveria atender a três critérios:

- (1) ter sido publicada entre 25 de outubro de 2019 e 24 de abril de 2020 (período correspondente ao primeiro semestre da XIV Legislatura);
- (2) ter formato compatível com um texto jornalístico informativo (breve, notícia, artigo de fundo, reportagem ou entrevista);
- (3) ter o discurso centrado na ação ou comportamento de um dos novos deputados únicos representantes de partido, descartando-se textos que somente os mencionassem mas que não tivessem um ordenamento discursivo que os colocasse como centro da problemática tratada.

A partir dessa triagem, ficou constituído o *corpus* da pesquisa que está composto por 355 peças informativas (unidades de análise) que representam a atividade mediática jornalística na construção de discursos acerca dos novos deputados portugueses. Todos esses textos foram lidos e submetidos ao protocolo de codificação de Análise de Conteúdo, também desenvolvido exclusivamente para este fim. Posteriormente, parte deste *corpus* inicial (*subcorpus*) foi submetido à Análise Crítica do Discurso. O procedimento de ambas as análises está descrito a seguir.

²⁸ Disponível em: https://www.cmjornal.pt/mais-cm/lei-da-transparencia/detalhe/estatuto_editorial

²⁹ Disponível em: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

³⁰ Disponível em: <https://www.dn.pt/estatuto-editorial.html>

4.3 Dos métodos de análise

Como já mencionado, para responder às questões apresentadas, recorreu-se a dois tipos de procedimentos: o de Análise de Conteúdo (AC), com um protocolo desenvolvido exclusivamente para atender às especificidades dessa investigação; e o de Análise Crítica do Discurso (ACD), um método puramente qualitativo que parte de premissas norteadoras ligadas às hipóteses apresentadas.

4.3.1 Análise de Conteúdo (AC)

A AC conta com um instrumento de codificação (grelha) próprio elaborado para este fim (cujo protocolo de análise está disponível no ANEXO I). Este instrumental de codificação foi pensado para ser capaz de oferecer resultados que permitissem uma análise híbrida (quantitativa e qualitativa), aos moldes metodológicos do *Global Media Monitoring Project* (GMMP, 2015). A intenção era realizar um procedimento que pudesse apresentar um diagnóstico, a partir de algumas variáveis, do conteúdo das unidades discursivas informativas sobre os atores políticos que interessam a esta investigação.

Os resultados estatísticos da AC, a partir do compilado das codificações por meio de variáveis, como orienta Anderson (2012), permitiram apresentar informações sobre as macrocaracterísticas do conjunto de dados, bem como viabilizaram a tomada de decisões sobre como deveremos agir sobre as descobertas, especialmente no que diz respeito à etapa de ACD.

O uso da AC foi preponderante para a organizar e estabelecer propriedade sobre o *corpus*, bem como para viabilizar a identificação de padrões nas representações de André Ventura, Joacine Katar Moreira e João Cotrim de Figueiredo por parte dos OCS. A AC se dá, de acordo com Fonseca Jr. (2005), em três fases cronológicas:

- (1) **pré-análise:** consiste no planeamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise;
- (2) **Exploração do material:** refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação, em função de regras previamente formuladas. Se a pré-análise for bem-sucedida, esta fase não é nada mais do que a administração sistemática das decisões tomadas anteriormente;
- (3) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas (quando for o caso) permitem

estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. A partir desses dados o analista pode então propor inferências.

Partindo dessa organização proposta por Fonseca Jr. (2005), a **pré-análise** consistiu na delimitação de um *corpus* que pudesse atender aos objetivos da investigação e do qual pudessem ser extraídas conclusões sólidas (processo descrito anteriormente) e na elaboração do protocolo para codificação desse *corpus*, que considerou variáveis divididas em dois tipos, tomando como base a divisão usada pelo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS)³¹:

- **Variáveis alfanuméricas (*strings*) – cuja variação muda a cada item e não pode ser prevista ou cuja previsibilidade se dá em um amplo espectro como em variações de data e hora:** dados de publicação (data e hora), títulos, *links* de acesso direto à publicação original e espaço para comentários sobre a unidade de análise dedicado, especialmente, para serem destacadas questões dignas de atenção mas que não puderam ser compreendidas pelas variáveis estabelecidas;
- **Variáveis numéricas – cuja variação está prevista em códigos em que podem se encaixar cada uma das unidades de análise:** OCS de publicação, formato do texto informativo, dados de autoria, permissão de acesso, secção de publicação, sobre qual dos deputados recai o foco do discurso, proeminência do protagonista do discurso mediático em título de unidade, forma de nomeação do protagonista (se formal ou informal) e sobre qual área de atuação do ator político se dá o interesse mediático em cada unidade de análise.

A partir das variáveis numéricas, especialmente, pudemos perceber padrões temáticos sobre os quais recaem o interesse mediático, formas de nomeação dos deputados, qual OCS publicou sobre quem e a intensidade com a qual isso se deu, bem como a frequência do uso e exposição (proeminência), por meio de menção direta já em título, da imagem dos deputados, por exemplo.

Dos 355 textos analisados e codificados, o que possibilitou a geração do conjunto de códigos que constitui a base desta pesquisa, como orienta Anderson (2012), foram selecionados 21, divididos em quatro grupos temáticos que fazem parte da segunda e mais qualitativa etapa, a ACD. Para este reagrupamento, levamos em consideração “os elementos textuais observáveis, mas também os elementos sistematicamente mitigados ou invisíveis, que são tão ou mais

³¹ Disponível em: <https://www.spss-tutorials.com/spss-variable-types-and-formats/>

relevantes para as práticas discursivas” (Simões e Amaral, 2019, p. 8). A fase de **exploração do material** constitui-se como o trabalho de codificação em si e a do **tratamento dos resultados obtidos e interpretação** da AC está descrita no capítulo a seguir.

4.3.2. *Análise Crítica do Discurso (ACD)*

A Análise Crítica do Discurso (ACD) concentra-se na “relação entre linguagem, poder e ideologia. [Sendo as] ideologias as representações de aspetos do mundo que contribuem para o estabelecimento e manutenção de relações sociais de dominação, desigualdade e exploração, que a ACD considera problemáticas” (O’Halloran, 2015, p. 563). Para Van Dijk (2017), a ACD constitui-se numa investigação dissidente que requer uma tomada de posição dentro da investigação, tendo como fim compreender, expor e resistir a desigualdades diversas. Este tipo de análise foi em alguns momentos de seu desenvolvimento disciplinar uma espécie de reação aos paradigmas dominantes.

Por meio da ACD, pretende-se perceber como o “abuso de poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político” (Van Dijk, 2017, p. 19). Aqui, pretendemos usar destas possibilidades da ACD para o entendimento das representações mediáticas de novos atores políticos, com base numa perspectiva interseccional. O exercício crítico de análise de textos mediáticos, entre outras coisas, contribuirá para que leitores se tornem mais cientes sobre aquilo que consomem de forma regular e, potencialmente, os tipos de inferências ideologicamente influenciadas que podem estar a fazer (O’Halloran, 2015).

Se a AC permite um trabalho sobre padrões a partir daquilo que é manifesto em um conjunto de unidades de análise, a ACD se dedica a objetos específicos num processo que considera não somente o texto noticioso em si, mas toda a sua estrutura em redor. Van Dijk (2017) afirma que “a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias” (p. 63), logo, antes mesmo da escrita da notícia, já existe a premissa de que aquela unidade discursiva vai ter um impacto social. Os *media* são uma plataforma privilegiada por atuarem de forma constante e bastante orgânica por entre as relações cotidianas, inserindo essas informações em nossos repertórios pessoais e coletivos como integrantes, que são, de uma macroestrutura social (Van Dijk, 1980).

Como descreve Lazar (2005), a ACD vai permitir “uma perspectiva crítica sobre acordos sociais desiguais sustentados pelo uso da linguagem, com os objetivos de transformação social e emancipação” (p. 1), o que está em completo alinhamento com as teorias feministas e com as questões norteadoras desta investigação. A escolha do método de ACD é um comprometimento desta pesquisa com a percepção da ciência como um mecanismo de influência social por seu estatuto de especialista, bem como uma soma aos esforços de denúncia e redução das desigualdades sociais descritos por Van Dijk (2017), especialmente no campo da cobertura jornalística. A ACD se faz cada vez mais necessária à medida em que o sistema patriarcal imperialista se complexifica e torna suas narrativas desiguais cada vez mais sutis, ao invés de reduzi-las, de fato. Por meio da ACD vamos analisar arranjos linguísticos e estabelecer uma problematização sobre os textos noticiosos como mecanismos de poder/saber (Foucault, 1980).

Empregar uma sensibilidade crítica pós-colonial fez-se necessário tendo em vista que a deputada e os dois deputados não são alvos de diferentes leituras sociais apenas pela questão de gênero. Há todo um complexo arranjo de nativismo, classismo e racismo estruturais, e não só, operando nesta engrenagem também. Uma das questões ainda abertas e que instigam estudos como este é sobre qual a implicação das narrativas mediáticas na organização de poderes. Van Dijk (2017) explica que essa relação entre as esferas micro (discurso, linguagem) e macro (organização do poder) da ordem social é unificada e são elas interdependentes por meio das interações e experiências cotidianas. A forma como os *media* estruturam um discurso constante – que é o caso da produção mediática sobre deputados que passarão, via de regra, quatro anos a protagonizar esses conteúdos – vai implicar diretamente não só na pauta pública, mas nos sentidos de voto dos cidadãos (Lazarsfeld *et al.*, 1960), na forma dos cidadãos de perceberem determinados temas, bem como na receptividade da diversidade.

Sendo uma microestrutura, o discurso, ou melhor, as plataformas discursivas – considerando arranjos hierárquicos já que umas têm mais poder que outras – estão associadas ao poder, especialmente, por serem dispositivos de controle social. A análise a ser estabelecida aqui, por exemplo, contribuirá para a percepção sobre quem tem mais e melhor acesso a essas plataformas, quem tem mais autonomia dentro delas e quem se beneficia do trabalho desses dispositivos.

Desta forma, para uma ACD aplicada ao discurso jornalístico, constituem o *subcorpus* 21 unidades de análise, extraídas do *corpus* inicial composto por um total de 355 itens. Esta subseleção foi feita assinalando-se, durante o processo de codificação, unidades que apresentavam problemáticas não codificáveis e que mereciam análise aprofundada. Estes 21 itens foram organizados em quatro grupos temáticos que tratam das seguintes questões:

- **Autonomia:** levando-se em consideração que todas as notícias escolhidas para esta fase são sobre um dos deputados determinados como objeto de pesquisa, é importante considerar o nível de participação deles no discurso mediático. O deputado tem voz ativa (ativo) nas peças ou é apenas a figura de quem se fala (passivo)? Em situações identificadas como sujeito ativo, é importante tentar perceber, por meio das possibilidades oferecidas pelo próprio texto, se a fala é de uma declaração para o artigo ou para os jornalistas ou se ela foi destacada de outro contexto, não tendo o deputado, na verdade, nenhuma participação direta na composição daquele material. Também dar conta de apagamentos, secundarizações ou suavizações de protagonismos é importante para se perceber a importância de cada um deles no discurso mediático. Após entender questões como proeminência em títulos por meio de menções – possível na etapa de AC – faz-se importante tentar entender aqui à quais intenções estão associadas essas ações;
- **Estereotipagem:** os *media* são importantes agentes culturais capazes de reforçar ou colaborar com a quebra de estereótipos, por isso, se faz necessário destacar unidades de análise que reforçam ou quebram com estereótipos e entender qual dos deputados mais está associado a estereotipagens e sobre o que estas recaem, entendendo-se assim como as representações mediáticas estão a alimentar a participação e representação política;
- **Exposição:** no caso da cobertura política, faz-se importante perceber, especialmente num estudo que pode potencialmente comparar a cobertura realizada a diferentes atores, se há exposição sensacionalista, hipervalorização ou perseguição - também entendida como supervigilância, de acordo com a conceptualização de Ward (2017) – aplicadas a um ou mais atores. A percepção sobre a exposição serve como um termómetro da forma e da intensidade com a qual cada um dos sujeitos foi representado mediaticamente;
- **Linguagem:** também é importante ter em atenção o repertório utilizado na cobertura mediática, se ele, numa espécie de macroestrutura e antecipador de sentido, favorece ou desfavorece a integração do ator em questão tanto dentro do texto como dentro do espaço em que se insere: o espaço político.

Para este segundo e mais importante processo de análise, Van Dijk (2017) deixa-nos importantes questões a se ter como premissas na leitura e investigação acerca de cada uma das unidades de análise. O autor chama atenção para que se perceba sobre o que o texto fala, o que ele significa, o que “não” está dito no texto ou subentendido, quais as mensagens deixadas no

título e no subtítulo e se estas se confirmam no corpo do texto e quais termos estão mais associados a cada um dos atores.

À luz destas pistas, das temáticas de cada um dos grupos e dos dados oriundos das análises dos códigos, realizamos uma ACD que também está atenta às ausências de perspectivas e contextos por parte do discurso mediático, ao que pode ser parte da cobertura política e o que pode estar associado a uma demanda mediática sobre o campo político, bem como ao entendimento de que coberturas superficiais e sensacionalistas expõem sujeitos e colaboram negativamente para a percepção social de senso comum da realidade.

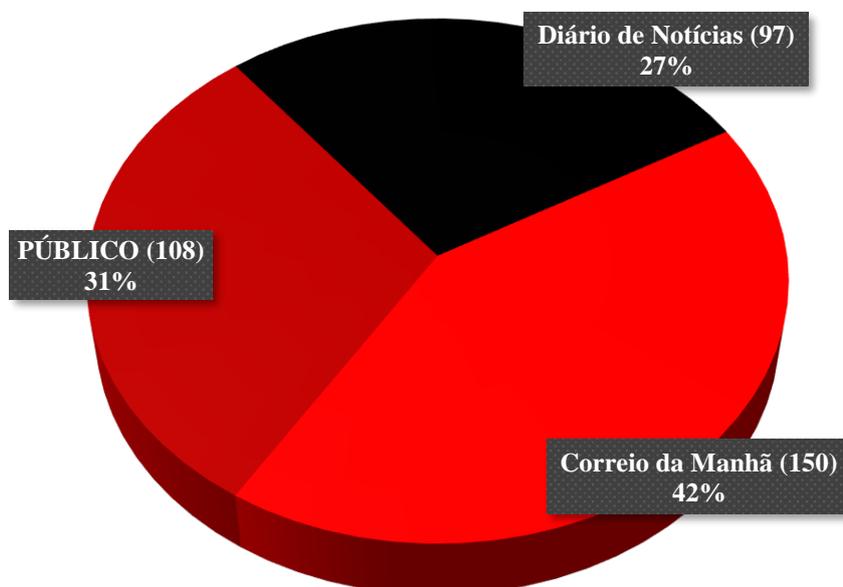
Capítulo 5: Análise da representação de atores políticos

Tendo estabelecido os percursos metodológicos no capítulo anterior e explicado cada uma das etapas dos processos escolhidos, apresentamos aqui os resultados obtidos a partir das análises das representações mediáticas dos deputados André Ventura (AV), Joacine Katar Moreira (JKM) e João Cotrim de Figueiredo (JCF):

5.1 Descobertas a partir das variáveis da AC

O *corpus* desta pesquisa é constituído por 355 peças informativas publicadas nos seis primeiros meses da XIV Legislatura da Terceira República Portuguesa (de 25 de outubro de 2019 a 24 de abril de 2020). Como atrás explicámos, para constituir este *corpus*, foram recolhidas todas as publicações dos OCS *Correio da Manhã* (CM), *Diário de Notícias* (DN) e *PÚBLICO* (PB) que tivessem o discurso centrado na atuação ou performance de um dos três novos deputados únicos representantes de partido: André Ventura (AV), Joacine Katar Moreira (JKM) ou João Cotrim de Figueiredo (JCF). O número de textos por cada OCS pode ser observado abaixo:

Gráfico n.º 01 – Distribuição do *corpus* por OCS

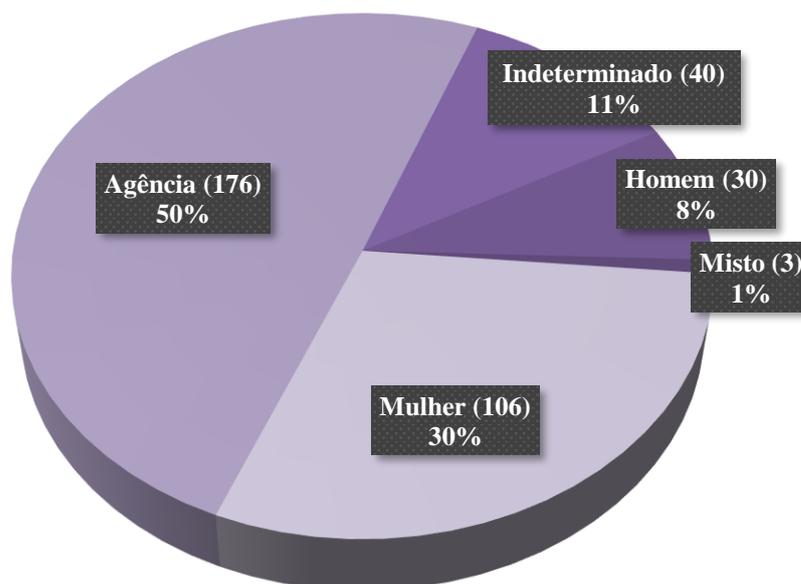


Fonte: *Elaboração própria.*

O recorte temporal estabelecido para a estruturação do *corpus* compreendeu 183 dias. Destes, foram registados textos informativos em 111 dias. Os tipos de textos informativos identificados correspondem a quatro formatos jornalísticos: breves (22), notícias (318), entrevistas (7) e reportagem (8), sendo, portanto, a notícia o tipo massivamente mais comum.

Quanto à autoria, as 355 unidades de análise foram distribuídas entre as cinco categorias seguintes:

Gráfico n.º 02 – Autoria das unidades de análise do *corpus*



Fonte: *Elaboração própria.*

A partir da observação do gráfico acima é possível perceber que nos artigos assinados com o nome de uma ou um repórter, as mulheres têm o maior destaque como produtoras deste conteúdo informativo aqui analisado, enquanto que os homens assinam um total que é inferior ao número de artigos de autor indeterminado. Como indeterminado, codificou-se qualquer produção sem assinatura ou que não tivesse precisão em sua autoria, como nos casos de assinatura com o nome do OCS de publicação ou siglas.

A outra fatia mais expressiva é a de textos de autoria da agência de notícias portuguesa Lusa, que, na verdade, é a fatia mais significativa do todo, a metade dele. Isto pode demonstrar que a maior parte desses artigos publicados não contou com um contacto direto do OCS com o ator político no qual se centra o discurso ou fato narrado, bem como também pode ser um sinal da precarização da atividade jornalística que conta com redações cada vez mais enxutas e o recurso, cada vez mais frequente, ao serviço de agência de notícias. Com isso, a agência Lusa,

no caso português, pode já estar a exercer uma hegemonia discursiva no campo informativo. Um exemplo que pode ser aqui citado é o da notícia *25 de Abril. Joacine considera "chocante" não poder intervir e critica esquerda*³², avançada primeiramente pelo DN, mas que é de autoria da agência Lusa e foi publicada pelos três OCS contemplados nesta investigação.

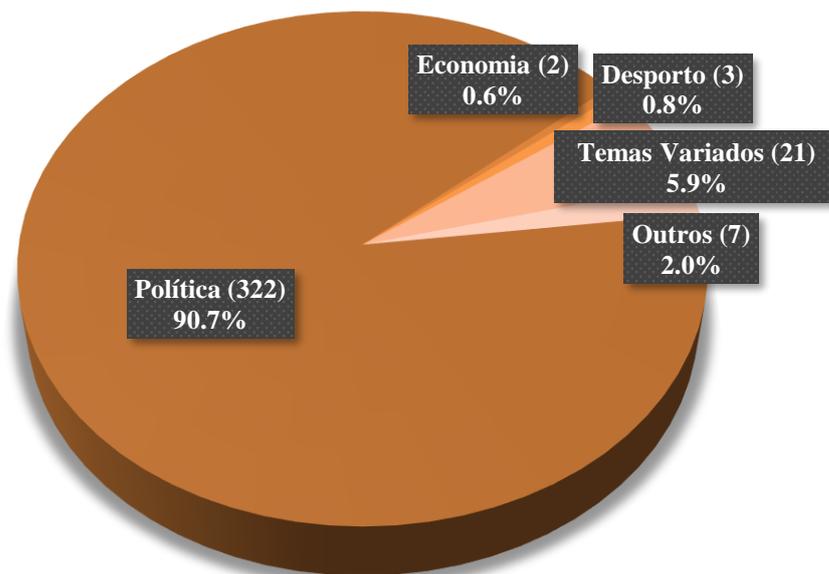
Ou seja, os três principais sites noticiosos do país publicaram uma informação que tinha um único ponto de vista, o da agência Lusa, o que corrobora as teoria apresentada por Franklin *et al.* (2005) sobre o estratégico papel das agências de notícias tanto na conceção do que é notícia como na universalização de perspetivas únicas. Portanto, aponta-se aqui esta agência como um dos principais agentes discursivos responsáveis pela construção das representações mediáticas desses atores políticos e não somente, e que cuja incidência é transversal aos mais importantes OCS portugueses. Outro fator preocupante sobre a incidência da agência é a construção de discursos focados estritamente no fato sem um suporte contextual e crítico consideráveis.

A perda da diversidade de discursos mediáticos cristaliza ainda mais a prática jornalística e coloniza a forma desses discursos, distanciando esse campo ainda mais do lugar de uma prática emancipatória e pluralista, bem como frustra as expectativas por diversidade no “trabalho das representações”. Teorizando a partir de Comunidades Imaginadas, de Benedict Anderson, Hofmann (2019) acredita que o “capitalismo impresso” transformou a informação em mercadoria e o cidadão em cliente da informação política. Neste caso, o cidadão é um cliente secundário, estando os principais OCS portugueses também no lugar de clientes da agência de notícias, que está a ganhar força como a principal detentora do discurso mediático factual e informativo em território português. Nesse formato, poderíamos associar o papel da agência Lusa em Portugal ao patamar que Anderson (2006), na altura de seu trabalho, pôs a imprensa. Nomeada por ele como “capitalismo impresso”, a imprensa (os *media*) estaria responsável na lógica capitalista por homogeneizar a linguagem nacional com uma espécie de relato oficial dos fatos, encaminhando os leitores a uma perceção mais ou menos unificada pela ausência de pluralismo de relatos e perceções jornalísticas a respeito da política portuguesa. Sendo assim, fazem-se cada vez mais necessárias as contranarrativas, que nunca deixaram de existir mesmo sendo constantemente pressionadas pelo poder hegemónico (Shome, 2016), em resposta ao perigo da “história única” (Adichie, 2018) à qual até os *media mainstream* sob a égide mercadológica da corrida e concorrência neoliberal estão a ceder.

³² Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/25-de-abril-joacine-considera-chocante-nao-poder-intervir-e-critica-esquerda-12104732.html>

Quanto às secções (editorias) em que foram publicadas, as unidades de análise puderam ser divididas em cinco grupos temáticos: Política (textos oriundos das secções de Política do CM e do PB ou de Poder do DN); Economia (textos oriundos das secções de Economia do CM e do PB ou de Dinheiro do DN); Desporto (textos oriundos das secções de Desporto do CM e do PB ou de Desportos do DN); Temas Variados (textos oriundos das secções CM ao Minuto - dedicada às notícias de última hora no CM; Portugal – dedicada às notícias do país, também do CM; e Edição do Dia – dedicada às notícias ou reportagens publicadas na edição do dia do DN; tendo sido agrupadas por não terem um alinhamento temático específico); e Outros (textos do CM oriundos de qualquer outra editoria não contemplada nos grupos anteriores). O gráfico abaixo mostra a distribuição de unidades de análise por secção:

Gráfico n.º 03 – Secção de publicação das unidades de análise do *corpus*



Fonte: *Elaboração própria.*

Como era de se esperar, a massiva quantidade de textos foi encontrada nas secções dedicadas à temática política. O segundo maior número foi encontrado nas editorias de Temas Variados, mas todos os 21 textos tratam também da temática política, sem qualquer problemática destacável quanto à questão da secção. Os sete textos codificados como Outros foram publicados precisamente nas editorias de TV Media (2) – editoria do CM dedicada a notícias sobre os bastidores de programações televisivas; Mais CM (2) – secção do CM dedicada a reportagens e artigos de fundo; Sociedade (2) – editoria do CM dedicada a temas

sociais; e Famosos (1) – editoria do CM dedicada a personalidades ou repercussões mediáticas. Nas secções de Economia foram encontrados dois textos e, nas secções de Desporto, três textos sobre AV, que é comentador desportivo.

Entre essas sete unidades de análise publicadas pelo CM nas “outras” editorias, as notícias de TV Media são referentes ao conflito entre JKM, seu chefe de gabinete Rafael Esteves Martins e um jornalista da TV SIC. Em Famosos, encontramos uma notícia que é uma repercussão do fato de JKM ter figurado na capa de uma revista guineense produzida em Portugal. Em Sociedade, encontramos duas notícias, uma sobre COVID-19 e outra sobre contratos de trabalho, focadas em pareceres parlamentares de JCF. Em Mais CM estão duas reportagens sobre JKM, uma que dá conta do histórico de deputados Não Inscritos no parlamento português, estatuto ao qual passou a deputada entre janeiro e fevereiro de 2020; e outra que fala sobre a família de JKM e sua percepção sobre a decisão da deputada pela candidatura e sobre o mandato. Esta, inclusive, é a única de todas as unidades de análise a tratar sobre a família de um dos deputados, sendo os pareceres dos avós e pais de JKM sobre o percurso e desempenho da deputada um interesse mediático, numa espécie de paternalismo que pode ser verificado em um dos trechos do artigo:

Quando Joacine nasceu, Elsa Katar Mady e Joaquim Moreira tinham 18 e 19 anos e mais jeito para dançar do que para cuidar de um casamento prematuro. Tanto que quando o casal se desmembrou, a avó Maria Leonor implorou para ficar com a neta [JKM], de quem só viria a separar-se quando a menina tinha oito anos, altura em que a enviou para estudar para Portugal (CORREIO DA MANHÃ, 16 de fevereiro de 2020)³³.

Este artigo em questão é posterior ao momento em que a deputada perde a confiança do partido Livre, sendo uma espécie de justificativa de certa inexperiência política de JKM por meio da descrição do passado difícil que enfrentou e das ressalvas dos avós na candidatura da neta. Como já mencionado, o interesse nas relações familiares e histórico de vida na cobertura noticiosa analisada recai apenas sobre JKM, corroborando claramente o argumento de Auer *et al.* (2019) e Siapera (2010) quando destacam que, no jornalismo, mulheres muçulmanas (neste caso, entenderemos como mulheres fora do padrão ocidental europeu ou fora do padrão das mulheres ou atores, de modo geral, que se espera ver compor o parlamento português) são retratadas como vítimas de sua cultura. O que veio a justificar a necessidade de uma

³³ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/joacine-negra-gaga-e-pobre-mas-sem-medo-de-ser-livre>

sensibilidade pós-colonial por percebermos que as desigualdades de representação não se pautavam apenas no gênero.

Das três notícias encontradas nas editoriais dedicadas ao desporto, todas têm como foco discursivo AV, cujos comentários televisivos enquanto comentador desportivo sobre “Portugal não ser um país racista” ao avaliar atitudes racistas contra um futebolista negro mereceram repercussão noticiosa.

Entre as unidades de análise que compõem este *corpus*, 27 são de textos de acesso restrito a assinantes dos OCS. A maior parte desses 27 textos restritos são de autoria do PB, dos quais um deles merece destaque. Foi amplamente noticiado em 20 de novembro de 2019 que AV levou faturas à tribuna parlamentar para denunciar que polícias comprariam com recursos próprios seus instrumentos de trabalho. O texto da agência Lusa³⁴ foi partilhado pelo CM e pelo DN numa espécie de narração do pronunciamento de AV. Já o PB enviou repórter ao Parlamento e teve uma postura mais crítica, naquele momento voltada aos outros parlamentares que não questionaram o deputado denunciante. Oito dias depois, o PB retoma o assunto, numa notícia restrita a assinantes³⁵, desmentindo AV por meio da análise das faturas que o próprio deputado enviou. Mesmo entendendo os custos do processo de produção jornalística, é importante destacar que gratuitamente circularam notícias por parte dos três OCS sobre AV ter chamado o primeiro-ministro português António Costa de “mentiroso” e acusado o governo de não oferecer o suporte necessário para que seus profissionais cumprissem suas funções. A notícia que desmente o deputado AV só sai oito dias depois, de forma restrita a assinantes e sem repercussão nos outros dois OCS. O que mostra uma falha jornalística no acompanhamento das denúncias feitas ou reverberadas bem como demonstra representações mediáticas de atores políticos focada no sensacionalismo e na ausência de contextos e de comprometimento com a apuração dos fatos que são noticiados. Em 19 de janeiro de 2020, a questão da compra de materiais pelos polícias voltou a ser pauta mediática por meio de publicação, por parte dos três OCS, de um texto da agência Lusa que tem como título “André Ventura pede demissão do MAI [Ministro da Administração Interna] após afirmações sobre compra de material pelos polícias”³⁶, não sendo levado em consideração pelo próprio PB o fato que chegou a desmentir.

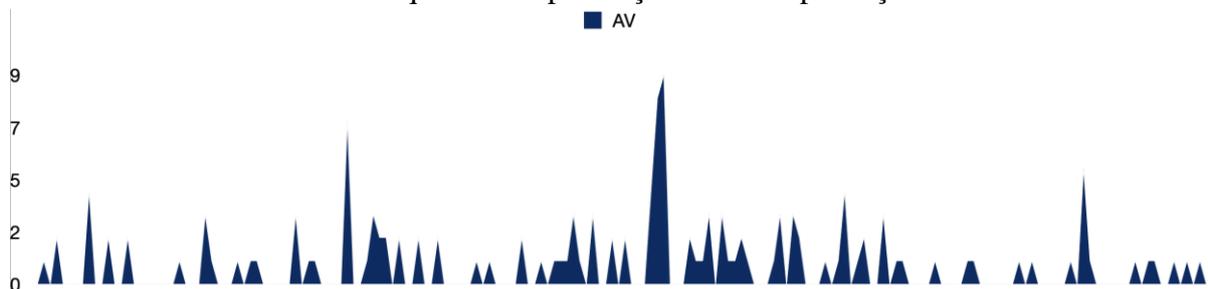
³⁴ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/cm-ao-minuto/detalhe/andre-ventura-acusa-antonio-costa-de-mentir-e-mostra-no-parlamento-faturas-de-material-comprado-por-policias>

³⁵ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/28/politica/noticia/nao-ha-coletes-antibala-faturas-ventura-mostrou-parlamento-1895463>

³⁶ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/andre-ventura-pede-demissao-do-mai-apos-afirmacoes-sobre-compra-de-material-pelos-policias>

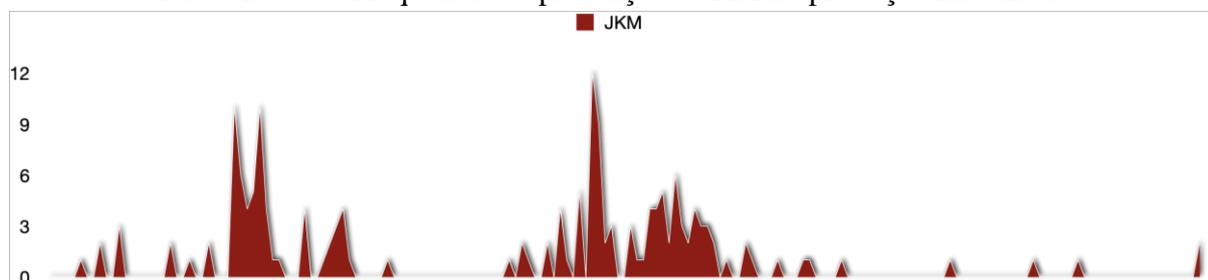
Dos 355 textos informativos, 141 têm discurso centrado em AV e sua atuação, 168 em JKM e 46 em JCF. Apesar de JKM ser o centro discursivo do maior número de unidades de análise, é AV que em mais dias aparece, tendo, entre os três, a presença mediática mais constante. As 141 unidades de análise que têm como foco AV estão distribuídas em 72 dias, enquanto que as 168 que têm JKM como foco estão concentradas em 58 dias. As 46 que põem JCF como tema do discurso estão distribuídas em 30 dias. A frequência da presença de cada um dos deputados na cobertura mediática pode ser observada comparativamente nos gráficos a seguir:

Gráfico n.º 04 – Frequência da presença de AV na produção informativa



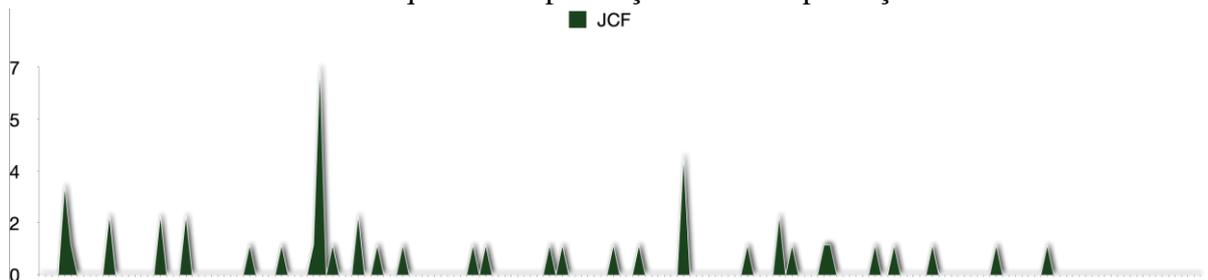
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico n.º 05 – Frequência da presença de JKM na produção informativa



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico n.º 06 – Frequência da presença de JCF na produção informativa



Fonte: Elaboração própria.

Os gráficos mostram o cruzamento do intervalo temporal de 183 dias desta investigação (horizontal) com o número de notícias diário sobre cada um dos deputados (vertical). Os intervalos em branco referem-se a dias ou períodos que não tiveram registos. Já os picos, se formam e podem ser uns maiores que os outros pelo volume de notícias a que se chegou num único período. Enquanto AV manteve-se frequentemente presente nos *media* informativos CM, DN e/ou PB, JKM teve presença por meio de intensos e pontuais momentos, de modo geral. Podemos notar também por meio da observação dos gráficos que o maior número de textos informativos sobre JKM num único dia foi de 12. Enquanto que para AV foi de 9 e para JCF foi de 7.

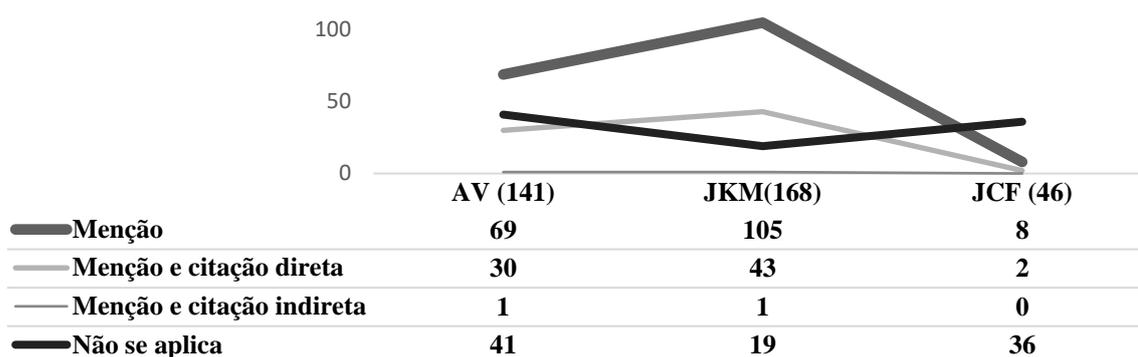
Os três dias mais intensos de cobertura mediática sobre JKM incidem todos sobre a extensa e mediatizada divergência entre a deputada e o partido pelo qual foi eleita, o Livre. Os principais picos de cobertura sobre AV, que manteve-se presente no discurso mediático de forma mais frequente, incidem sobre polémicas em que o deputado se envolveu ou promoveu, nomeadamente o diferendo com o presidente da Assembleia da República, o socialista Ferro Rodrigues; e o fato de o deputado ter sugerido por meio de *post* em suas redes sociais que a deputada JKM fosse “devolvida ao seu país de origem”³⁷.

Já JCF, teve seus três maiores picos centrados em primeiro numa iniciativa parlamentar, em segundo em sua eleição como presidente do seu partido Iniciativa Liberal e, em terceiro, em assuntos de rotina parlamentar, mais especificamente em um debate em plenário. Com isso, se pode perceber que JCF foi o que teve uma cobertura mais sóbria, enquanto que AV e JKM foram representados de forma mais intensa especialmente por conta de polémicas nas quais estiveram envolvidos e que foram mediaticamente supersaturadas: JKM pode ser resumida ao seu conflito com o partido Livre e AV às suas declarações, podendo estas terem sido proferidas no âmbito do parlamento ou das redes sociais – outra marca do jornalismo atual, especialmente o de agência, que é a de produzir unicamente sobre declarações dadas em redes sociais.

Em 158 unidades de análise, a deputada e/ou os deputados foram mencionados na titulação (menção nominal formal ou informal) e em 314 unidades de análise um deles figurou como ator central da imagem principal do artigo (primeira imagem que aparece no *link* da peça), o que entendemos como uma proeminência dada à figura do deputado no texto. Nos gráficos a seguir comparamos o número de unidades em que cada deputado é foco discursivo com as formas de proeminência que os foi dada:

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/AndreAmaralVentura/posts/175192707162621>

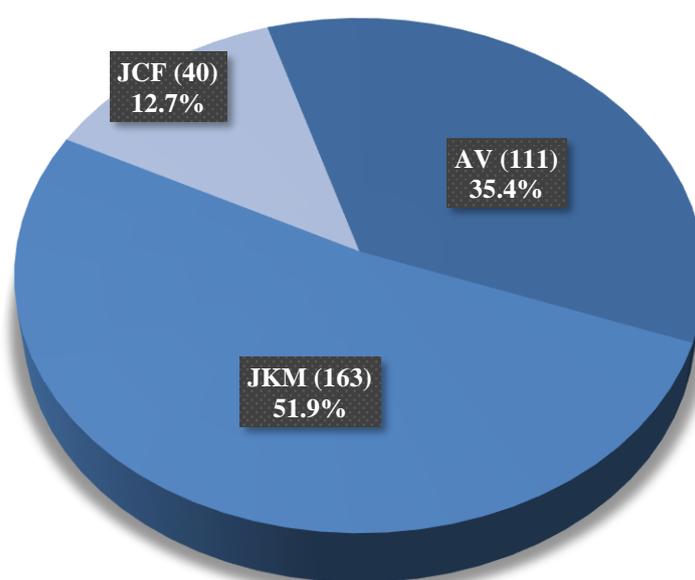
Gráfico n.º 07 – Proeminência de ator político em titulação



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à titulação, JKM foi a que mais recebeu proeminência, tendo na maioria das unidades que a tinham como foco discursivo menção em título ou menção e citação direta em título. AV também recebeu menções e citações simultâneas em titulação mas a maior parte dos itens que o tem como foco discursivo ou tem somente menção simples ou não tem menção a seu nome em título. Já JCF foi o que menos recebeu proeminência em titulação entre os artigos que o têm como foco, mais uma vez aparecendo de forma bastante discreta apenas por meio de menções ao seu nome, maioritariamente, quando foi destacado nas titulações. Esses dados fortalecem a percepção de que as representações mediáticas de JKM foram as mais intensas e com base na exposição indiscriminada do nome da deputada.

Gráfico n.º 08 – Proeminência de ator político em imagem principal



Fonte: Elaboração própria.

Quando às imagens principais das unidades de análise, a quantidade segue as proporções dos números de artigos que tem como foco um dos deputados, com atenção para os números de AV que, mesmo seguindo em segundo lugar, é o que tem maior diferença entre o número total de artigos (141) e o número de artigos nos quais aparece na imagem principal (111). Também aqui se segue a exploração de JKM, desta vez confirmada pelo uso de sua imagem. Nem a soma do número de unidades de análise em que os dois deputados são destacados na imagem principal é maior que o número de vezes em que a deputada é exposta.

Das 141 unidades de análise que têm AV como foco, 100 o mencionam nominalmente e/ou o citam direta ou indiretamente em título. Das 168 que têm JKM como foco, 149 a mencionam nominalmente e/ou citam direta ou indiretamente em título. Das 46 que têm JCF como foco, 10 o mencionam nominalmente e/ou citam diretamente em título. Todas as menções nominais aos deputados AV e JCF em titulação são formais (uso do apelido ou nome e apelido), não havendo nenhuma menção a um dos dois que se limite a chamá-los de André ou João, pelo contrário, o mais comum é vê-los mencionados unicamente por seus sobrenomes Ventura e Cotrim de Figueiredo. Já JKM tem menções formais em apenas 37% das vezes em que é mencionada nominalmente nas titulações. Ao contrário dos dois deputados, não há nenhuma menção apenas ao apelido Katar Moreira. Há casos de supressão do Katar, chamando-a apenas Joacine Moreira, e casos de erros na grafia como ‘Joacine Katar-Moreira’. Mas a mais expressiva forma dos OCS, de forma geral, de se referirem à deputada em seus títulos é apenas por Joacine, o que denota uma informalidade por parte dos *media* e uma negação do reconhecimento da autoridade da deputada em comparação ao formato empregado aos outros dois deputados do sexo masculino.

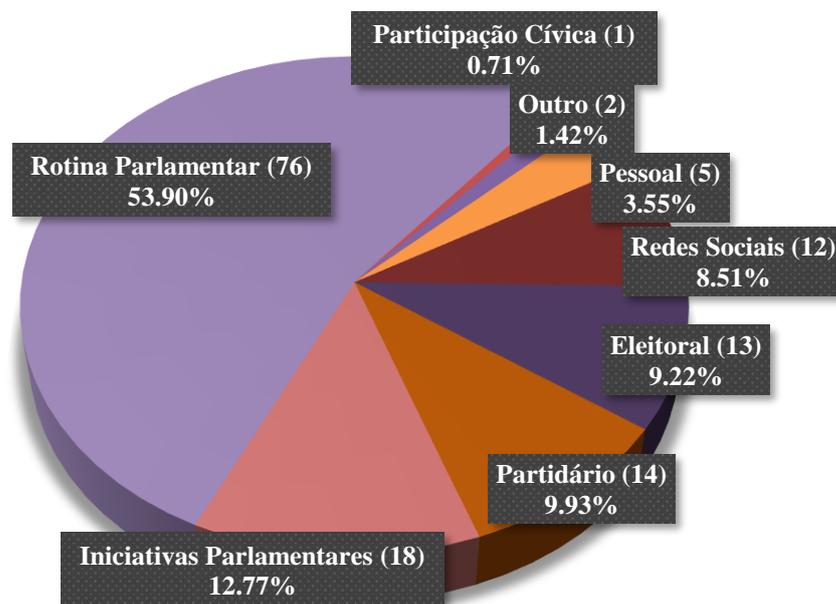
Isto corrobora a discussão sobre as diferenças do tratamento mediático oferecido a homens e a mulheres, que inferioriza e relativiza as mulheres, citando-as pelo seu primeiro nome, reforçando a ideia de política enquanto um espaço masculino por não oferecer a ambos um tratamento igual ou parecido (Simões e Amaral, 2019). Também vai ao encontro do que se discutiu sob a ótica de algumas autoras (Brooks e Hébert, 2006; Souza, 2014; Spivak, 2010) sobre o fato de a questão étnico-racial tornar ainda mais desiguais as representações das mulheres em relação os seus equivalentes masculinos, tendo mulheres racializadas ainda menos agência e menos possibilidades de um tratamento que pudesse ser equiparado ao dado aos homens em seu ‘*habitat*’, sendo elas esse Outro do Outro descrito por Ribeiro (2017).

Ainda por meio da AC pudemos perceber sobre que campo de atuação de cada deputado incidia o foco de cada unidade de análise. Para a codificação, criamos oito categorias: Partidário; Eleitoral; Iniciativas Parlamentares; Rotina Parlamentar; Participação cívica;

Pessoal; Redes Sociais; e Outros – esta última criada para codificar alguma peça que não se pudesse de forma alguma encaixar nas anteriores.

Das 141 unidades cujos discursos estiveram focados em AV, 14 têm foco partidário (atuação do deputado em âmbito partidário); 13 têm foco eleitoral (referente a sondagens eleitorais legislativas e anúncios do deputado sobre sua candidatura à presidência da república em 2021); 18 têm foco em iniciativas parlamentares (projetos do deputado); 76 têm foco na rotina parlamentar (discursos e discussões em sessões legislativas ou bastidores da atividade na Assembleia da República); 1 tem foco na participação cívica (presença em uma manifestação); 5 têm foco no âmbito pessoal (que no caso de AV são todas sobre a contradição entre seu discurso político e o que defendeu em sua tese de doutoramento); 12 têm foco em declarações ou polémicas promovidas por AV em seus perfis nas rede sociais; e 2 foram codificadas como “Outro”: uma com foco numa investigação contra AV aberta pelo Ministério Público (questões jurídicas) e outra na repercussão de um artigo em periódico espanhol sobre AV (repercussões mediáticas). A compilação desses dados pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico n.º 09 – Distribuição da cobertura mediática sobre AV



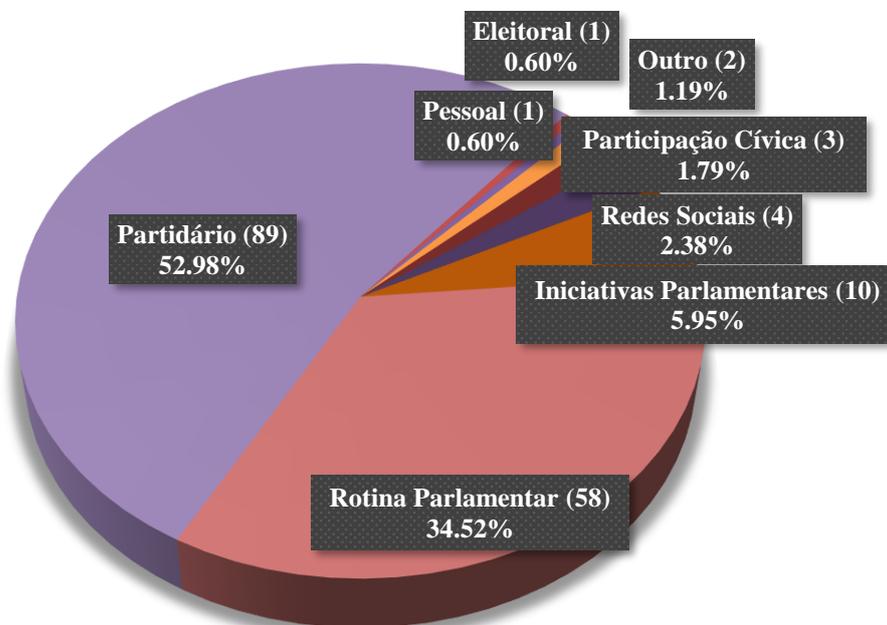
Fonte: *Elaboração própria.*

Por meio desta divisão proposta, entendemos que o principal interesse mediático sobre AV se dá em sua rotina parlamentar, seguido de suas iniciativas parlamentares e dos assuntos partidários. Mais de metade da produção informativa sobre AV está categorizada como rotina parlamentar, especialmente pela atenção que se deu às declarações do deputado e

hipervalorização de suas falas e opiniões sobre variados temas, podendo assim afirmarmos que o principal valor-notícia de AV está em suas declarações, mesmo quando não se verificam.

Das 168 unidades de análise cujos discursos são focados em JKM, 89 textos têm foco partidário (essencialmente referentes aos conflitos em que JKM esteve envolvida com o partido Livre); 1 texto tem foco eleitoral (referente a sondagens eleitorais legislativas); 10 textos têm foco em iniciativas parlamentares (projetos da deputada); 58 têm foco na rotina parlamentar (discursos e discussões em sessões legislativas, bastidores da atividade na Assembleia da República e polémica em que a deputada esteve envolvida no Palácio de São Bento junto a seu chefe de gabinete com jornalistas da emissora SIC); 3 têm foco na participação cívica (presença em manifestações); 1 tem foco pessoal (que no caso de JKM é uma reportagem do CM, já falada anteriormente, sobre sua relação familiar após decisão pela política); 4 têm foco em declarações ou discussões em que JKM se envolveu em seus perfis nas rede sociais; e 2 foram codificadas como “Outro”: uma é uma espécie de retrospectiva do DN sobre os principais fatos envolvendo JKM que compreenderia mais de uma categoria e outro é uma repercussão mediática do fato de JKM estampar a capa de uma revista guineense (repercussões mediáticas). Essa divisão também pode ser conferida por meio do gráfico:

Gráfico n.º 10 – Distribuição da cobertura mediática sobre JKM



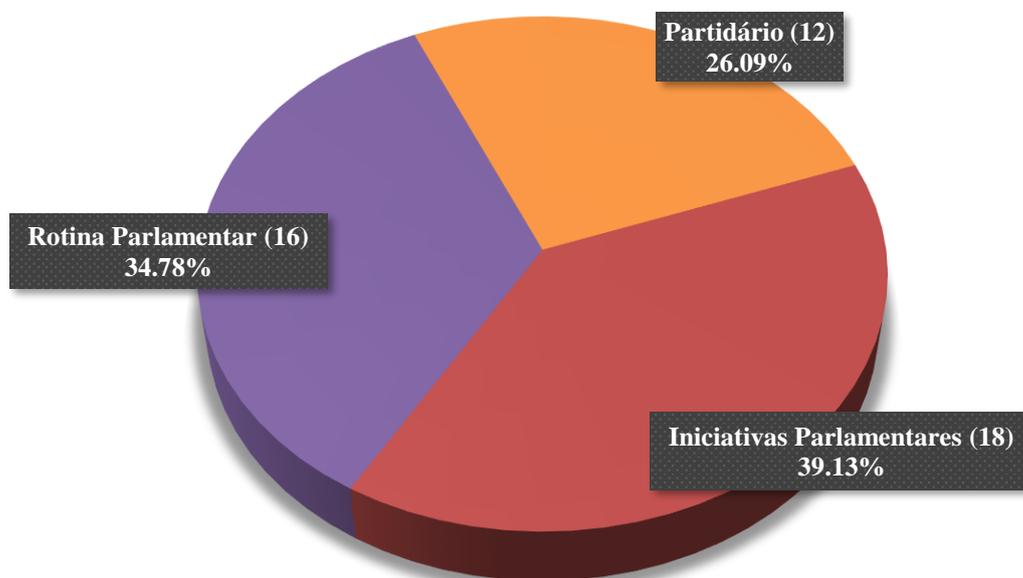
Fonte: Elaboração própria.

O principal interesse mediático sobre a deputada se deu nas polémicas em que esteve envolvida, mas com uma cobertura muito mais intensa que a das polémicas em que AV esteve

envolvido, por exemplo. Inclusive, há entre os dois esta característica em comum: a polémica como valor-notícia. Mas é necessário destacar que JKM sofreu um escrutínio mediático muito mais forte, fazendo com que seja possível perceber em vários momentos o uso de seu nome até mesmo como uma espécie de *clickbait*. Muitos fatos sobre JKM foram retrabalhados pelos OCS a partir de informações repetidas gerando este maior número de conteúdo informativo entre os três novos deputados únicos. As representações mediáticas sobre JKM estiveram bastante desconectadas de suas poucas iniciativas parlamentares, em comparação com os outros dois deputados, bem como bastante negativas, percebendo-se que os principais temas de interesse mediático (quase de 90%) foram o partidário e a rotina parlamentar com intenso foco na polémica, no conflito e no sensacionalismo a que imagem da deputada foi frequentemente associada.

Das 46 unidades de análise cujos discursos são centrados em JCF, 12 textos têm foco partidário (essencialmente referentes à eleição do deputado como presidente do seu partido); 18 textos têm foco em iniciativas parlamentares (projetos do deputado); e 16 têm foco na rotina parlamentar (discursos e discussões em sessões legislativas e bastidores da atividade na Assembleia da República), de acordo com o que pode ser conferido pelo gráfico:

Gráfico n.º 11 – Distribuição da cobertura mediática sobre JCF



Fonte: Elaboração própria.

Como já foi destacado, JCF foi representado de forma regular, como se espera da cobertura de um deputado: um tratamento formal, com atenção aos sentidos de voto, às iniciativas parlamentares e ações partidárias. JCF acaba sendo, de acordo com as representações mediáticas que aqui se analisam, o deputado, entre os três, cuja produção mediática sobre sua atuação foi a mais sóbria e considerável, não tendo passado por nenhuma polémica e tendo como seu principal valor-notícia, em relação às suas próprias unidades de análise, a proatividade parlamentar.

Acreditamos, com base na análise dos dados, que os temas da primeira notícia que foi registada sobre cada um dos deputados é bem significativo pra a compreensão da representação de cada um deles: a primeira notícia sobre AV está baseada numa nota enviada pelo partido CHEGA à agência Lusa sobre a ausência de AV na posse do governo como protesto. A representação mediática do deputado está muito marcada com protestos e textos cuja única fonte é o próprio deputado ou seu partido. A primeira notícia sobre a deputada JKM, em nosso *corpus*, só vai ser veiculada no nono dia de legislatura e trata sobre uma discussão da deputada nas redes sociais, e isto é bastante representativo da sub-representação mediática de JKM que esteve à espera de polémicas e usando-se escassamente de declarações orgânicas da deputada aos jornalistas. Um indício que corrobora teorias como a de Ritchie (2013), de que as mulheres seriam o monstro do mal na política, não somente dando a entender que esse não é um lugar para elas como relegando-as a um estatuto de desordeiras. Essa diferença no interesse mediático sobre cada um dos dois deputados ilustra o que afirma Caldas-Coulthard (2019) sobre homens e mulheres terem diferentes relações com os *media*, sendo os homens “representados como falando mais e muito mais do que mulheres” (p. 36). A primeira notícia publicada sobre JCF é de uma iniciativa parlamentar sua, o que está refletido numa representação mediática focada maioritariamente na produtividade legislativa do deputado.

A partir destas considerações e com base nos padrões identificados por meio da codificação e dos problemas registados durante as leituras, passamos à fase de ACD analisando 21 unidades discursivas.

5.2 Análise crítica das representações mediáticas

Aplicamos uma ACD sobre o discurso jornalístico. Trabalhámos com um *subcorpus* composto por 21 peças informativas, extraídas do *corpus* inicial formado por 355 itens. Este recorte foi feito durante o processo de codificação para AC, em que se sinalizamos as peças que mereciam uma análise aprofundada ou que eram representativas de problemas recorrentes

identificados. Estes 21 itens foram agrupados em quatro grupos que tratam das seguintes questões: Autonomia, Estereotipagem, Exposição e Linguagem. Referir-nos-emos a cada grupo nas secções seguintes.

5.2.1. Autonomia

Compõem este grupo temático cinco textos, sendo quatro do PB e um do CM. Foram agrupados por trazerem questões relacionadas à problemáticas de participação e autonomia (*agency*) dos deputados em textos que os tange.

A primeira notícia “Revisão do regimento da AR feita em grupo de trabalho sem Chega nem Livre” (PÚBLICO, 13 de Novembro de 2019)³⁸ logo no título apresenta sua problemática verificada. Como já pontuamos anteriormente na AC, AV e JKM tiveram suas imagens atreladas às polémicas com atenção especial para as sequenciadas apresentações de JKM como irresponsável ou não comprometida. A notícia fala sobre um processo de revisão do regimento da Assembleia da República a ser feita por um grupo de trabalho constituído e por JCF, que participa, especialmente, por ter sido o autor da primeira proposta de revisão ao regimento, fato que só vai ser destacado no segundo parágrafo do texto. Mas a notícia, ao invés de explicar os fatos, aponta a ausência do Chega (AV) e Livre (JKM) numa espécie de associação da presença de JCF como a ausência de ambos os outros partidos com deputado único. O fato do não destaque de JCF em detrimento do destaque às ausências dos outros dois demonstra um discurso jornalístico, neste caso do PB, centrado nas presenças e ausências de AV e JKM corroborando a percepção dos usos de imagem de ambos como valor-notícia. A discussão que traz a notícia são as limitações políticas dos novos deputados únicos e a ação de JCF em solicitar formalmente a relativização dos limites estabelecidos a esses deputados. No *lead*, os nomes dos deputados AV e JKM são mencionados como registo de ausência sem que haja nenhuma justificativa para tal. Mesmo tendo sido o autor do primeiro projeto a ser discutido na formada comissão, JCF sequer é citado na notícia. Criou-se uma espécie de percepção de grupo para os deputados únicos em que JKM e AV são a imagem mediática deste e JCF a ausência de JKM e AV.

A segunda notícia que destacamos aqui é “Joacine e direção do Livre trocam acusações. Fundador Rui Tavares critica deputada” (PÚBLICO, 23 de Novembro de 2019)³⁹ que versa sobre a abstenção de JKM em um voto de condenação de agressão israelita a Gaza proposto

³⁸ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/13/politica/noticia/revisao-regimento-ar-grupo-trabalho-chega-livre-1893594>

³⁹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/23/politica/noticia/joacine-direccao-livre-trocam-acusacoes-fundador-rui-tavares-critica-deputada-1894870>

pelo Partido Comunista Português (PCP), o que catalisou o início dos conflitos públicos e mediatizados entre JKM e o partido Livre. Esta notícia traz uma nota enviada por JKM à comunicação social ao mesmo tempo em que replica acusações oficiais do Partido, do seu fundador Rui Tavares e de um outro membro partidário. JKM passa por um escrutínio mediatizado por parte do partido e de dois homens nominalmente, o que consideramos desproporcional ao espaço que lhe foi dado. É válido destacar que a deputada a partir deste episódio passou por constantes julgamentos embasados em pronunciamentos oficiais do partido mas que eram reforçados por pareceres de Rui Tavares, a principal imagem a qual é associada o Livre mas que, na altura, tinha um cargo partidário que não estava hierarquicamente acima de JKM, não se verificando uma legitimidade pela busca da repreensão de Rui Tavares por parte dos *media*. O texto também usa em seu subtítulo termos como “Livre dá puxão de orelhas a deputada” que reforça uma representação de JKM como imatura ou como subserviente. Ao fim do texto, no último parágrafo, o PB ainda traz a seguinte informação “A deputada absteve-se também no voto ‘de saudação à construção da democracia em Portugal’, apresentado pelo PS, um texto apresentado a propósito do 25 de Novembro. [...] Nessa votação, Katar Moreira não participou uma vez que estava ausente do hemiciclo, justificou este sábado em comunicado”. Uma vez que consta presença da deputada nesta sessão plenária ordinária em questão⁴⁰ em que justifica com ausência do hemiciclo a abstenção, o jornal poderia ter trazido informações mais precisas sobre o motivo pelo qual a deputada tem presença mas disse estar ausente, mas preferiu reforçar a polémica em torno da questão de “abstenção”. A autonomia da deputada é posta em questão pelo espaço dado para as avaliações de Rui Tavares sobre ela, pela sua infantilização por parte do OCS e por não ter o órgão se comprometido em oferecer um melhor contexto sobre a problemática. Essa questão do recurso aos pareceres de Rui Tavares podem ilustrar a teoria de Lachover (2012) sobre a questão da distância normativa quando estabelecem o homem político como o censor e o referencial de JKM.

Também do PB, a terceira notícia que tem como título “Joacine garante que tensões não são por divergências programáticas” (PÚBLICO, 27 de Novembro de 2019)⁴¹ é a única durante toda a problemática entre JKM e o partido Livre em que um OCS procura a deputada para confronta-la sobre seu entendimento a respeito da questão, suas avaliações e seu posicionamento numa perspectiva direta fonte-repórter. O OCS traz comentários da deputada acerca de importantes pontos a ganhar os noticiários naquele momento bem como de colegas

⁴⁰ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/DetalleReuniaoPlenaria.aspx?BID=225026>

⁴¹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/27/politica/noticia/joacine-garante-tensoes-nao-sao-divergencias-programaticas-1895169>

partidários que têm pareceres positivos e negativos acerca de JKM, fazendo o que se espera do jornalismo que é a apuração e o contraponto, o que não se verifica na maioria das notícias que, como destacado anteriormente, valorizam mais as avaliações negativas sobre a deputada e os pronunciamentos de Rui Tavares, numa espécie de apresentação do dirigente como proprietário do partido. Essa postura discursiva de frequente subjugo de JKM à Rui Tavares vai dia após dia colonizando e cristalizando a autonomia e a realidade material e política da deputada (Kosut, 2012).

A quarta notícia, publicada pelo CM mas assinada pela agência Lusa, traz mais um exemplo de apagamento de JCF em detrimento, neste caso, apenas de AV. No título se lê “Iniciativa Liberal afirma que discurso de Marcelo não teve ‘verdadeiro foco’ ou qualquer efeito” (CORREIO DA MANHÃ, 1 de Janeiro de 2020)⁴². A notícia é, pelo que se percebe no discurso, construída a partir da solicitação de um pronunciamento de JCF sobre a mensagem de Ano Novo do presidente português Marcelo Rebelo de Sousa. O nome de JCF só é mencionado no subtítulo e a foto da peça é do presidente. Cinco minutos antes desta notícia, uma outra, sobre AV, foi publicada também pelo CM. Com o mesmo teor, de crítica à mensagem do presidente. Mas AV é mencionado e citado no título e figura na imagem principal do artigo, sendo que, no artigo sobre AV, é mencionado que aquela peça foi construída a partir de uma nota que o próprio deputado enviou à agência Lusa. Ou seja, aqui há um exemplo de um agendamento mediático quase orgânico sobre AV e um apagamento ou secundarização da imagem de JCF, às vezes em detrimento do nome do partido, noutras da ausência de AV e JKM. Se confirma, assim, o que diz Miguel (2014) a respeito de ações dos próprios políticos em pautar os *media*, sendo AV um desses exemplos de forma, até certo modo, frequente.

A última notícia deste bloco tem como título “Partidos não vão condenar racismo de Ventura no plenário para não prolongar polémica — basta-lhes as palavras de Ferro” (PÚBLICO, 30 de Janeiro de 2020)⁴³. Esta peça é uma das últimas publicadas a respeito da polémica que se deu em torno da proposição em “devolver” JKM ao seu “país de origem” por parte de AV. Durante as primeiras notícias chegou-se a partilhar um *post* de JKM em redes sociais no entendimento de que seria uma suporta resposta a AV. Durante a cobertura, líderes partidários tiveram voz, a ministra da Justiça teve voz, o próprio AV pôde ‘se explicar’, o presidente do Parlamento teve voz, mas não há uma única peça em que se ouça ou se destaque

⁴² Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/iniciativa-liberal-afirma-que-discurso-de-marcelo-nao-teve-verdadeiro-foco-ou-qualquer-efeito>

⁴³ Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/30/politica/noticia/partidos-nao-vao-condenar-racismo-ventura-plenario-nao-prolongar-polemica-bastalhes-palavras-ferro-1902270>

a tentativa em ouvir JKM, pelo contrário, JKM é mencionada em artigos em pontos em que se tenta quase justificar a fala de AV com a referência ao projeto da deputada de devolver patrimónios de ex-colónias ainda em território português. AV ganha todo o protagonismo neste caso, pelo bem ou pelo mal, condenado apenas moralmente de um lado e alimentando o nacionalismo de outro, reforçando o que Caldas-Couthard (2019) afirma sobre serem os homens os que falam mais e muitos mais que as mulheres nos *media*, mesmo em casos como estes em que a vítima, neste caso, do discurso de um semelhante, não pode ter sua própria narrativa sobre a questão.

A autonomia de cada um dos deputados pode ser percebida, então, como a tentativa de infantilização e silenciamento de JKM, de secundarização e apagamento de JCF e de superexploração da figura de AV e seu discurso. JKM, mesmo quando há um consenso sobre seu lugar de vítima – como no caso em que AV recomendou sua devolução ao seu “país de origem”, coisificando a deputada e não reconhecendo sua legitimidade enquanto portuguesa num claro ato de racismo e xenofobia –, precisa ser defendida por outros deputados, pelo presidente do Parlamento, pelo partido ou por Rui Tavares, mas dificilmente por ela mesma. O discurso de JKM em nosso *corpus* está censurado, filtrado e subutilizado, sendo a deputada, na maioria das vezes, de quem se fala, apenas. Enquanto AV é constantemente a figura que fala, sendo, em muitas delas, a única.

5.2.2. Estereótipo

Para este tópico destacamos quatro notícias que incidem sobre o reforço a estereótipos nas representações mediáticas.

A notícia “Jocaine Katar Moreira defende salário mínimo de 900 euros como ‘ato de amor’” (CORREIO DA MANHÃ, 13 de Novembro de 2019)⁴⁴ é de autoria da agência Lusa e foi partilhada primeiramente pelo CM e, em seguida, pelo DN. Ela traz uma romantização do discurso da mulher na política e uma sensacionalização dos fatos. O texto basicamente põe de um lado JKM com um discurso romântico e, do outro, o primeiro-ministro português António Costa como seu contraponto, alimentando com esse discurso uma representação da deputada como uma mulher política descolada da realidade, apesar de esta fala destacada ter sido um complemento à sua ideia principal descrita no corpo do texto: “Por outro lado, defendeu, um ordenado mínimo de 900 euros é uma ‘ferramenta de justiça social’ e também ‘um ato de amor’

⁴⁴ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/jocaine-katar-moreira-defende-salario-minimo-de-900-euros-como-ato-de-amor>

referindo-se ao valor defendido pelo partido no programa eleitoral que apresentou nas últimas legislativas. O primeiro-ministro, António Costa, discordou: ‘A atualização do salário nada tem a ver com amor. Tem a ver com uma questão de justiça e uma medida de política económica, não é amor’, respondeu”. Ao invés de problematizar a tentativa do primeiro-ministro de descredibilizar a proposição da deputada por justiça social, em algo parecido com uma tentativa de *mansplaining*, a agência, autora da peça, prefere alimentar a ideia de JKM enquanto alguém que não compreende a seriedade e racionalidade dos arranjos políticos e económicos, recorrendo ao estereótipo da mulher cujo melhor lugar que pode ocupar na política é nos espaços de cuidado e onde se fala de amor (Brooks & Hébert, 2006). Esse é um tipo de discurso que alimenta um imaginário sobre a mulher racializada e etnicizada como alguém incapaz de compreender a complexidade desses arranjos e comprometendo a credibilidade que os cidadãos possam ter nela, mais uma vez reforçando distâncias normativas (Lachover, 2012).

No que concerne a essa tendência a romantizar a atuação de JKM por meio de suas representações, o DN publicou o seguinte texto: “Das saias do assessor ao conflito com o Livre. O ‘folhetim’ Joacine terminou ou está para durar?” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 de Dezembro de 2019)⁴⁵. Na oportunidade, o jornal faz uma espécie de recapitulação dos episódios em que JKM esteve envolvida sozinha ou ao lado de seu chefe de gabinete. O uso do termo “folhetim” remete a uma novela ou romance publicado por capítulos em um periódico, ou seja, mesmo reconhecendo o quando JKM foi uma figura mediática, os *media* também se aproveitaram dessa tendência para supersaturar a imagem da deputada como alguém cuja polémica é sua principal motivação. O uso do termo em questão fala mais sobre a exacerbada cobertura mediática em torno dos erros e acerto de JKM do que da atuação da deputada em si, num discurso mediático que secundariza ou, simplesmente, esquece de fazer uma cobrança e acompanhamento da produtividade política da deputada, transformando a editoria política num espaço para “folhetins”, oferecendo aos leitores uma cobertura mais parecida à que é aplicada aos famosos do que a alguém cuja principal função deve ser o comprometimento com a legislação e governabilidade no país. O “folhetim” acusa a romantização das representações de JKM bem como o aproveitamento mediático distópico da diferença que esta atriz política representa.

No texto “Joacine: ‘Elegeram uma mulher negra que gagueja e deu jeito para a subvenção” (PÚBLICO, 18 de Janeiro de 2020)⁴⁶ em que se põe JKM em total evidência com menção, citação e presença na imagem principal, diz-se o seguinte ao final do segundo

⁴⁵ Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/o-folhetim-joacine-katar-moreira-em-13-episodios-11603662.html>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/18/politica/noticia/joacine-elegeram-mulher-negra-gagueja-deu-jeito-subvencao-1900823>

parágrafo sobre o discurso de JKM em âmbito partidário: “‘É ilegal, ilegal, não se faz isto a ninguém. Como é que é possível, isto? Mentira!’, gritou, quase já sem voz, rouca, mas sem gaguejar”. O “sem gaguejar” no âmbito de um discurso de defesa da deputada enfraquece seu argumento e põe em cheque sua gaguez já tão questionada em outras alturas, como observaram Simões e Amaral (2019) num estudo sobre as representações mediáticas de JKM ainda enquanto candidata. Os mesmos OCS que, ao início da legislatura foram ao encontro de JKM para saber sobre sua permanência no cargo por conta das apreciações contrárias à sua gaguez, três meses depois, ainda seguem medindo o grau de gaguez da deputada em suas falas. Jogar luz sobre a ausência da gaguez é tirar atenção sobre um importante momento, especialmente para os eleitores do Livre, em que ao leitor deveria ser oferecida uma complexa produção a respeito da problemática entre a deputada e seu partido cujo aproveitamento mediático esteve mais atento à produção de “folhetins” que de cobertura política. A não naturalização do gaguejar da deputada é a manutenção de uma percepção do espaço político como um espaço dedicado a um determinado padrão e a alimentação de teorias sobre uma gaguez opcional ou uma não gaguez da deputada. Não aceitando-se, dessa forma, que a gaguez é uma das “condições de possibilidade” (Siapera, 2010) de JKM e construindo um ideal estético para o espaço político.

Já o texto “‘Isto é mentira! Tenham vergonha!’: Joacine Katar Moreira reage a ataque do Livre” (CORREIO DA MANHÃ, 19 de Janeiro de 2020)⁴⁷, mesmo tendo sido produzido por uma repórter do CM, assim como foi com o PB, recorre-se ao mesmo destaque, o que demonstra uma vigilância sobre a gaguez da deputada que não se limita a um jornalista ou um OCS. Para além da mesma menção ao “quase sem gaguejar” de JKM enquanto discursava, o CM ainda recorre a artifícios discursivos como “gritou furiosa” o que acentua ainda mais o deslocamento do foco do discurso para o comportamento da deputada ao invés do teor de sua fala ou da questão em si. Neste texto, o CM recorre também às avaliações de Rui Tavares, identificado três vezes no mesmo texto como “antigo eurodeputado”, que, apesar de fundador do partido, mantém dentro da estrutura hierárquica do mesmo um papel semelhante ou até inferior ao de JKM. Não há aqui um intuito de deslegitimar a importância de Rui Tavares e seu marcador histórico dentro do partido, mas de reforçar a subjugação de JKM à esta figura e a busca de artifícios discursivos para que haja uma sobreposição de Rui Tavares a JKM, dificilmente uma companheira de partido, pelo contrário, uma colaboradora ou funcionária que deve servir aos padrões e normas estabelecidos pelo homem ou pelos homens do Livre.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/isto-e-mentira-tenham-vergonha-joacine-katar-moreira-reage-a-ataque-do-livre>

Sobre a problemática tangente à estereotipagem, acreditamos que JKM está frequentemente sendo representada pelos *media* ou como uma figura questionável ou como alguém cuja maturidade política é incompatível com a realidade portuguesa (Craig et al., 2014). O que vai motivar a redução da agência da deputada, relegando-a a uma representação como alguém cada vez mais vítima de si mesma. A inclusão dos discursos mediáticos sobre JKM que a inscrevem num folhetim e a confrontam com a inconsistência de sua própria gaguez demonstram a incapacidade mediática de integrar uma mulher política em destaque – mesmo que por maus motivos – no discurso da “novela masculina” que é a cobertura política, como colocam Ibroscheva e Stover (2012).

5.2.3. Exposição

Menos de um mês depois do início da XIV Legislatura, o DN fez um texto com o apanhado da produção de iniciativas legislativas até o momento: “No frenesim parlamentar, só um partido não tem iniciativas: o Livre” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de Novembro de 2019)⁴⁸. Mesmo reconhecendo no corpo do texto como “sendo certo que Joacine Moreira já anunciou pelo menos duas ideias”, o jornal conduz seu discurso mais uma vez para a inoperância de JKM, enquanto põe como última informação do texto que “O maior partido da AR, o PS, tem apenas duas iniciativas (sendo uma delas de revisão do regimento)”. Obviamente que esta é uma questão de escolha editorial e discursiva sobre qual fato merecerá o maior destaque e duas iniciativas são sempre mais que nenhuma mas, não seria o fato de o maior grupo parlamentar ter apenas duas iniciativas mesmo que sendo o partido do governo mais destacável que uma só deputada não ter nenhuma? Como já mencionado, há pouco menos de um mês de trabalho legislativo, com o iniciar das atividades, a deputada do Livre já passava por essa pressão. Em contraponto a este, o PB publicou um texto ao fim do primeiro mês como uma espécie de balanço da atuação dos novos partidos que, em alguns momentos são tratados como se fossem um grupo e tivessem algo mais em comum além da coincidência de serem representantes únicos. O artigo do PB traz em seu subtítulo a informação de que “O Chega apresentou 12 iniciativas legislativas, a Iniciativa Liberal quatro e o Livre duas. Nenhum dos três fez perguntas ou apresentou requerimentos ao Governo” (PÚBLICO, 30 de Novembro de 2019)⁴⁹. Neste texto é possível perceber um discurso muito mais focado no acompanhamento da performance

⁴⁸ Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/16-nov-2019/no-frenesim-parlamentar-so-um-partido-nao-tem-iniciativas-o-livre-11520631.html>

⁴⁹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/30/politica/noticia/propostas-chega-iniciativa-liberal-livre-1895338>

política, apesar de colocar os três deputados no mesmo patamar sem se considerar pormenores de suas experiências – AV, o que mais apresentou iniciativas é o único dos três a já ter cumprido parcialmente um mandato político, logo, tem mais experiência com o manejo político. Enquanto isso, JCF apresentou quatro e JKM, dois, números compatíveis entre os dois que ocupam o lugar de deputados únicos iniciantes. A escolha do DN pela publicação antes do fim do primeiro mês e com destaque a uma possível inoperância do Livre vai ao encontro das proposições foucaultianas sobre uma construção discursiva não ser o resultado de escolhas linguísticas arbitrárias, mas propositais (Hall, 2016).

JKM também mereceu do PB uma peça intitulada “A favor, contra ou abstenção. Como tem votado a deputada única do Livre” (PÚBLICO, 23 de Novembro de 2019)⁵⁰. O atraso da deputada e os conflitos nos quais se envolveu junto a seu partido formaram a justificativa para que JKM fosse a única entre todos os seus colegas deputados a protagonizar um texto desse tipo em que se analisa sua conduta parlamentar. O que é perfeitamente compreensível numa perspectiva de vigilância por parte dos *media* mas que perde parte do argumento a partir do momento em que se percebe que esse acompanhamento só se aplica a uma única deputada. Mais uma vez a questão do exaustivo escrutínio sobre quem não se espera uma compatibilidade com a política nacional. No texto, o próprio jornal apresenta a conduta de JKM como razoável, explorando o fato da abstenção à questão palestina que catalisou o conflito de JKM com o Livre. Este é mais um artigo que demonstra exposição desproporcional de JKM e uma supervigilância (Ward, 2017) da performance política da deputada.

No que tange ao acompanhamento da performance política de AV, há um comportamento diferente por parte dos *media*. AV usou-se num dado dia de seu tempo de tribuna para acusar o governo de não oferecer aos polícias o material necessário para a execução de seu trabalho, agitando, enquanto falava, uma série de faturas que comprovariam essa acusação. CM e DN partilharam textos da agência Lusa sobre o caso sem nenhuma problematização da fala de AV ou questionamento. Apenas reverberando as acusações. Já o PB tomou uma postura mais crítica, cobrando, já na titulação, uma postura dos outros deputados. Oito dias depois deste fato, o PB publica uma notícia com o seguinte *lead*: “As faturas que o deputado André Ventura, do Chega, exibiu há dias na Assembleia da República como prova de que o “primeiro-ministro mentiu” sobre os polícias comprarem coletes de proteção antibalística não incluem nenhum desses coletes” (PÚBLICO, 28 de Novembro de 2019)⁵¹. Oito dias depois

⁵⁰ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/23/politica/noticia/votado-deputada-unica-livre-1894826>

⁵¹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/11/28/politica/noticia/nao-ha-coletes-antibala-facturas-ventura-mostrou-parlamento-1895463>

o jornal têm acesso aos documentos de AV e desmente o deputado, mas com uma questão: o artigo só pode ser acessado por assinantes do OCS. Ou seja, o texto de acusação do deputado contra o governo recebeu ampla cobertura dos três principais jornais e quando o jornalismo cumpre seu papel crítico e investigativo, a notícia se restringe a um único OCS e com acesso condicionado. Há todo um debate em torno dos custos da produção jornalística e da informação enquanto mercadoria e muitas questões éticas atravessam esse debate. Mas o que não podemos deixar de questionar é a forma como as notícias gratuitas e pagas são escolhidas, especialmente sabendo que as notícias gratuitas terão naturalmente mais impacto, um importante recorte também sobre as escolhas discursivas nos *media*, podendo ser essa questão da gratuidade da informação uma delas. Isso também mostra o fato de que a exploração da imagem de AV está concentrada na polémica em si e não no que ela se trata, o que nos dá a entender que o *hard news* sobre AV é mais interessante em detrimento da minuciosidade que é dedicada à JKM. O PB, neste texto, traz dois fatos importantes para o entendimento da complexidade do caso em questão: a falta de preocupação do Parlamento com o caso e os esclarecimentos sobre os subsídios que os polícias recebem para a compra de materiais necessários ao trabalho. Mas, infelizmente, o texto é restrito apenas a assinantes. Enquanto a notícia sobre as acusações somam cerca de 35 mil partilhas registadas no site do PB, a que desmente o deputado marcam apenas um terço disto: 12 mil.

Um outro texto que também parte da exploração da imagem de JKM é o intitulado “Joacine recusa ‘paternalismo’ dos deputados em debate regimental numa comissão” (CORREIO DA MANHÃ, 4 de Dezembro de 2019)⁵², de autoria da agência Lusa e publicado não somente pelo CM, sendo um exemplo daqueles discursos produzidos pela agência que foram partilhados por diversos OCS. A questão é que o título dá a entender que JKM recusa o paternalismo de outros deputados para si, numa clara alusão ao foco dado à deputada por suas pautas identitárias. Mas no corpo do texto o leitor é confrontado com outro possível entendimento, o de que a deputada pede que não haja o tal “paternalismo” por parte dos deputados para os estrangeiros que a quem sugere audição para enriquecimento do debate a respeito da lei da nacionalidade: “Seria importante ouvir aqueles testemunhos, justificou Joacine Katar Moreira, para “realçar o contributo enriquecedor que as audições poderiam dar numa fase inicial” da discussão da alteração à lei, para além dos pareceres que chegam à comissão. E foi nesta fase do debate que assinalou esperar que não haja ‘paternalismo nas intervenções de cada um’”. A questão é que ao fim ficamos a nos questionar qual o real

⁵² Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/joacine-recusa-paternalismo-dos-deputados-em-debate-regimental-numa-comissao>

intuito do texto, sendo que ele é uma descrição de um debate parlamentar em âmbito de comissão e que cujas palavras da deputada, de acordo com o próprio artigo, foram bem aceitas e pertinentes na avaliação de outros deputados. A construção da titulação com recurso à ‘recusa’ do paternalismo pode constituir uma tentativa de alimentar um discurso nacionalista que analisa a deputada enquanto quem faz a distinção reversa entre o nós (neste caso, os estrangeiros) e o outro (que seriam os portugueses), na intenção de busca por exceções dessa população na política portuguesa. Este é mais um exemplo da exploração indiscriminada da imagem da deputada. O que também se confere em mais uma notícia de autoria da agência Lusa e publicada pelo CM: “Joacine falha último debate quinzenal do ano com primeiro-ministro devido à cimeira do clima” (CORREIO DA MANHÃ, 10 de Dezembro de 2019)⁵³. O principal questionamento aplicado à este discurso que denuncia uma ‘falha’ da deputada é o motivo de, mais uma vez, terem se usado do nome de JKM para personalizar um ato em que, também mais uma vez, não se refere apenas à JKM. De acordo com o site do Parlamento, não somente JKM mas todos os outros deputados da Comissão Parlamentar de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território⁵⁴ estiveram ausentes do debate com o primeiro-ministro por “ausência em missão parlamentar”. Este é mais um exemplo da tentativa por parte do discurso mediático em desgastar a imagem política de JKM aplicando à deputada verbos cuja denotação é negativa e alimentando nas consciências coletivas a percepção de JKM como incompatível com as obrigações do cargo que está a ocupar. O texto chega até a destacar a integração de JKM em uma missão parlamentar mas foca o discurso na pessoa da deputada: “Segundo fonte do gabinete da deputada única do partido da papoila, Joacine Moreira viajou na segunda-feira para a capital espanhola, integrada na comitiva da comissão parlamentar de Ambiente, e só vai regressar na noite de hoje a Portugal”. Também no site do parlamento, assim como o registro de presença da sessão em questão, consta uma registro fotográfico dos deputados todos reunidos no evento bem como a explicitação de ausência prevista entre um dia antes e um dia depois da publicação deste texto⁵⁵. Ou seja, mais uma peça cujo OCS ou a agência não se comprometem com o trabalho básico de apuração mas encontraram e utilizaram uma oportunidade de alimentação do discurso da insuficiência e da falha sobre JKM. Este exemplo ilustra que JKM pode ser na política portuguesa esse Outro do Outro que Ribeiro (2017) menciona, pois não era a única deputada, tampouco a única mulher ausente, e aqui mais uma vez se percebe o reforço

⁵³ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/joacine-falha-ultimo-debate-quinzenal-do-ano-com-primeiro-misnitro-devido-a-cimeira-do-clima>

⁵⁴ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/DetalheReuniaoPlenaria.aspx?BID=226226>

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDeslocacao.aspx?BID=114087>

às distâncias normativas (Lachover, 2012), bem como mais um caso de supervigilância (Ward, 2017) a partir de uma perspetiva que extrapola as barreiras do género.

A notícia “Lei da Nacionalidade gera conflito entre Joacine e Telmo Correia no parlamento” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 de Dezembro de 2019)⁵⁶ é um claro exemplo da centralização do discurso na pessoa de JKM em detrimento de um fato mais complexo. A maior parte do texto trata da discussão plenária sobre a Lei da Nacionalidade, para a qual JKM apresentou proposta de alteração. Mas o DN optou focar titulação e *lead* numa acusação feita por outro deputado a JKM. Ao afirmar que a Lei da Nacionalidade gerou conflito entre dois deputados sendo que de um lado está um homem branco cristão português e do outro uma mulher negra de origem luso-guineense sem dar uma titulação mais honesta e compatível com conflito que contou com o apoio de outros partidos da esquerda em defesa de JKM, é alimentar no senso comum a ideia do outro tratada por Ferin (2007) mas, mais especificamente por Ribeiro (2017), junto ao debate sobre o lugar de fala. Este caso reforça uma das sutis perceções anteriores sobre o caso da recusa ao paternalismo em que JKM pode estar a ser representada como alguém que busca por regalias e tratamentos diferenciados para si e para outros estrangeiros quando, na verdade, a própria representação mediática da deputada recusa a sua homogeneização junto aos outros deputados, relegando-a à heterogeneidade. Este exemplo torna também oportuno o entendimento de Simões e Amaral (2019) sobre as tentativas de desconstrução da legitimidade do ativismo de JKM relegando-o a um lugar de “limitado ou extemporâneo” bem como reforça as conclusões a que as autoras chegaram de que JKM em si tem um valor-notícia muitíssimo elevado, por isso a frequente exploração do nome e da imagem da deputada e do oportunismo sobre pequenos episódios participados por JKM que viram mote principal das notícias triviais como esta, que seria sobre um processo de votação legislativa. Um outro ponto que merece destaque é o já tratado no âmbito das AC mas que aqui se faz um exemplo bastante claro, que é sobre a questão da nomeação em que, numa mesma titulação JKM é apenas Joacine e Telmo Correia não é apenas Telmo. Reforçamos, inclusive, que, nas codificações não foi registado nenhum caso em que os dois deputados em questão nesta investigação, AV e JCF tenham sido mencionados apenas por seus primeiros nomes.

Mais uma exemplo da ausência de crítica por parte dos *media* e do uso indiscriminado da imagem de JKM como a mulher política que não se enquadra nos padrões expectáveis de política em Portugal está na notícia “Deputada do Livre não queria autorizar fotografia sua no

⁵⁶ Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/lei-da-nacionalidade-gera-conflito-entre-joacine-e-telmo-correia-no-parlamento-11607833.html>

site do Parlamento” (PÚBLICO, 07 de Janeiro de 2020)⁵⁷ que também não foi partilhada apenas pelo PB e que narrou a tentativa de JKM de impedir a publicação de uma fotografia em que, entre os presentes ela é a única que está de olhos fechados. Em todo o discurso da notícia há pouca intenção de compreender os motivos de JKM de tentar impedir a publicação, excetuando-se apenas o trecho: “Na imagem, a deputada está de olhos fechados, o que poderá ter levado a rejeitar a fotografia em causa”. Apesar de o gabinete da deputada não ter se disponibilizado a comentar o caso, segundo a última informação destacada, o OCS poderia ter se reportado à equipa de apoio da comissão que publicou a fotografia e questionado sobre a existência de outras imagens ou a possibilidade desta ser refeita, como não o fez, corroborou a atitude do Parlamento em fazer com que JKM não tenha autonomia sobre sua própria imagem mesmo quando está em desfavorecimento em relação aos demais.

Os debates aqui propostos acerca da questão dos usos da imagem e do nome dos deputados, especialmente de JKM, reforça o entendimento de que JCF teve uma cobertura sóbria ou secundarizada, sem exposições desproporcionais, AV teve uma cobertura que considera a ele mesmo um valor-notícia mas que se descompromete com premissas do próprio fazer jornalístico e, sobre JKM, sua representação esteve baseada em comunica-la como uma exceção ou como alguém que falha e que tenta atrapalhar os trabalhos, sempre descrevendo-a como o sujeito contraditório, deslocado e, como já dito, sem a maturidade necessária para ocupar o lugar que ocupa. Além disso, com esses exemplos também pudemos melhor perceber o que Strömbäck & Shehata (2018) querem dizer quando afirmam que a forma como a democracia está estruturada condiciona o jornalismo: percebemos que uma democracia fundada num imaginário colonial faz com que seus *media* a partir também desse imaginário a avaliem e releguem os sujeitos desviantes do padrão a representações negativas e deslocadas daquilo que os fatos realmente comunicam. Sobre essa questão, Adcock (2010) destaca o contrário, ou seja, a responsabilidade do jornalismo sobre a compreensão social do que é democracia, portanto, a forma como os *media* informativos vão representando o movimento dos atores vai moldando a percepção social de como se deve agir dentro do arranjo democrático.

5.2.4. Linguagem

Dialogamos nesta secção sobre questões linguísticas inscritas no discurso mediático ou reverberadas por ele. O primeiro exemplo já está no título da notícia: “AR não informou Joacine

⁵⁷ Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/07/politica/noticia/deputada-livre-nao-queria-autorizar-fotografia-site-parlamento-1899529>

de ‘acordo de cavalheiros’ sobre prazos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 de Novembro de 2019)⁵⁸ que, para nós, constitui um claro exemplo do que Butler (1997) vai tratar por “dano linguístico”, ou seja, aquilo que limita um sujeito já nas escolhas linguísticas dirigidas a ele. Põe-se de um lado uma mulher e do outro um acordo de “cavalheiros” que em sua instância linguística já põe a deputada num lugar de marginalidade mas que cujo argumento não se sustenta e, mesmo assim, não merece um olhar crítico por parte do OCS. A notícia construída sobre a fala de apenas uma fonte, o secretário da Mesa da Assembleia da República, cita-o da seguinte forma: “‘Há um acordo de cavalheiros [...]. Isto foi uma das regras que constam de um memorando aprovado na legislatura anterior [...]. Não é uma regra regimental, mas na altura todos os partidos concordaram e aceitaram respeitar’, disse à agência Lusa o deputado social-democrata Duarte Pacheco. O secretário da Mesa da Assembleia da República, com largos anos de experiência e muitas vezes porta-voz da conferência de líderes, defendeu que “o desconhecimento da lei não pode ser invocado para defesa”. O trecho destacado resume toda a problemática do texto e do caso em si. Primeiro a questão do termo machista usado em âmbito político para se referir a ação de uma mulher deputada. Segundo, que é uma regra registada em memorando, de carácter não regimental e aprovada por partidos da antiga legislatura, da qual JKM e seu partido não faziam parte, logo, deveriam ser consultados sobre a continuidade da validade do acordo selado pseudo-formalmente, assim como os outros parlamentares de partidos estreantes. Terceiro que, Duarte Pacheco, primeiro explica que não é uma regra regimental mas em seguida chama atenção sobre um “desconhecimento da lei”, o que nos leva a questionarmo-nos nesta oportunidade sobre a qual lei o deputado se refere. E, em quarto, o argumento discursivo do OCS de que “O secretário da Mesa da Assembleia da República, com largos anos de experiência e muitas vezes porta-voz da conferência de líderes” constitui-se como uma espécie de tentativa de fortalecer o discurso do secretário sobre a deputada como se, mais uma vez, e assim como no subjugo de JKM a Rui Tavares, a experiência de um fosse suficiente para reforçar uma inexperiência de outro e a incompatibilidade de JKM com o arranjo político português. O que se tentou fazer foi mais uma vez apresentar JKM como um problema quando, na verdade, os *media* deveriam ter tido mais criticidade na apuração e discussão da temática. A perda da oportunidade de discutir o próprio termo “acordo de cavalheiros”, quando já no Estado Novo Portugal tinha mulheres na Assembleia, é um claro sinal da política ainda percebida como um jogo de homens, o que é reforçado e naturalizado pelo discurso mediático.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/ar-nao-informou-joacine-de-acordo-de-cavalheiros-sobre-prazos-11558713.html>

O segundo exemplo é o do artigo “De ‘Isto é um golpe’ até ‘Não há conflito nenhum’: todas as perplexidades do caso Joacine/Livre” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09 de Dezembro de 2019)⁵⁹ em que o OCS assume elementos do discurso de Rui Tavares, fundador do partido Livre, em seu próprio discurso, alimentando o que poderia se encaixar como um exemplo de formação discursiva para Michel Foucault (2008). Isto pelo motivo de que a palavra perplexidade só é encontrada em todo o nosso *corpus* em citações de Rui Tavares e nesta peça quando o DN assume a perplexidade como a descrição do conflito entre JKM e seu partido. A questão é que ao propor esse discurso, Rui Tavares atribui ao caso o estatuto de excecionalidade/disfuncionalidade levando os problemas com JKM para fora da normalidade do partido, para fora do próprio partido. Ao alimentar esse discurso, o DN fortalece a concepção de que JKM é essa mulher desconexa sendo ela unicamente o problema, sem cobrar nenhum tipo de responsabilidade do partido e do próprio Rui Tavares. Este é um dos exemplos que nos leva ao entendimento de que a complexificação do conflito entre JKM e o partido foi uma pauta mediática, alimentada simbolicamente, de modo especial, pelo DN, que expressamente transformou o caso em um folhetim, se aproveitando do quanto o nome de JKM gerou interesse – fato já percebido por Simões e Amaral (2019) –, se eximindo de estabelecer criticidade sobre os conflitos políticos e cobrando constantemente, especialmente do partido, o silenciamento desse “monstro” da política portuguesa, um lugar já relegado às mulheres pelas representações mas que se intensifica à medida em que elas ascendem a e resistem em posições de poder na arena pública (Ritchie, 2013).

A notícia “Votos propostos e palavra ‘vergonha’ abrem guerra entre Ventura e Ferro Rodrigues” (PÚBLICO, 12 de Dezembro de 2019)⁶⁰ é um exemplo do quanto a política é retratada como uma “guerra” entre homens, mas também mais que isso. O uso do termo remete a uma tendência do discurso mediático em retratar o espaço político como um espaço em que homens guerreiros duelam entre si e cujo fim não está no melhor para a democracia mas em quem consegue destruir quem. Um outro fator interessante deste caso é o quanto “Ventura” e “Ferro Rodrigues” estão equiparados neste título. Ferro Rodrigues não é o presidente da Assembleia é apenas o Ferro Rodrigues em guerra com Ventura, facultando-se neste caso a

⁵⁹ Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/de-isto-e-um-golpe-ate-nao-ha-conflito-nenhum-todas-as-perplexidades-do-caso-joacinelivre-11596260.html>

⁶⁰ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/12/politica/noticia/votos-propostos-palavra-vergonha-abrem-guerra-ventura-ferro-rodrigues-1897178>

autoridade do presidente que, e especialmente, sobre JKM é bastante evidente, especialmente nos momentos em que o discurso mediático o põe como aquele que “salva”⁶¹ a deputada.

Por fim, um último exemplo que mereceu atenção e que corroborou a percepção de romantização no discurso mediático é o seguinte: “Em caso de ‘divórcio’, Livre ficará com o mesmo financiamento e Joacine perderá mais de metade” (PÚBLICO, 18 de Janeiro de 2020)⁶². Neste caso, usa-se no discurso sobre a política termos da esfera privada, não das relações públicas de partidos com seus deputados. Além disso, o recurso faz referência à mulher enquanto dependente dentro da relação, sendo ela a perder no caso da separação. Esse tipo de recurso vai gerar mais um dano linguístico ao tirar ainda mais da deputada sua vontade política e autonomia que estão além dos danos financeiros desta rutura.

Esses exemplos de disfunções linguísticas no discurso político nos concretizam teorias como a de Birolì (2011) sobre narrativas cristalizadas que vão ficar ainda mais expostas à medida que o Parlamento se diversifica e exige uma outra postura por parte dos *media*. Percebemos também claros exemplos de inconsistência na apuração ou propositais construções discursivas no intuito de prejudicar o ator político em questão. Logo, entendemos as representações mediáticas desses novos atores políticos como operando a partir e em favor de um juízo de valor que os próprios OCS já têm sobre cada um dos sujeitos em análise.

⁶¹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/09/politica/noticia/livre-joacine-chegaram-posicoes-comuns-decisao-so-tomada-segundafeira-1896666>

⁶² Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/18/politica/noticia/livre-ficaria-financiamento-joacine-perderia-metade-1900789>

Conclusão

Concluimos, portanto, que há uma dificuldade mediática em compreender o parlamento como um espaço político de convergências e divergências que se verifica na análise de uma cobertura que põe os deputados em “guerra” de um lado e em competição pela produtividade numa perspectiva quantitativa do outro.

Comprendemos AV como sendo representado enquanto o homem que se reporta diretamente ao presidente da República ou empreita embates de igual para igual com o presidente da Assembleia da República. Enquanto que JKM é colocada como o contraponto de AV e está subjugada a muitos homens, como seu próprio chefe de gabinete, o “fundador” de seu partido que dá “puxões de orelhas”, o presidente da Assembleia que é quem a “salva”, o primeiro-ministro que a dá explicações e outros.

Entre AV e os *media* há uma espécie de pacto pelo engajamento em que um gera números para o outro e um reconhece no outro sua importância na atual pauta política. E isso se intensifica pelo fato de que, como AV se apresenta enquanto esse político antissistema e altamente crítico ao governo e até mesmo aos partidos de oposição, não interessa como se fala dele, o importante é se manter presente na pauta mediática, pois nos casos negativos o deputado sempre pode usar-se do argumento da perseguição por ser o único a ter coragem de fazer as denúncias que faz, como a desmentida quase que intimamente pelo PB apenas aos seus assinantes.

Nossa percepção é a de que há uma estrutura armada para que AV possa performar indiscriminadamente, seja em suas redes sociais, seja na tribuna, seja nas incontáveis notas que enviou à agência Lusa e que se tornaram notícia partilhada pelos três OCS tendo apenas as palavras do deputado como citação.

Já JKM tem pouca ou quase nenhuma estrutura para se movimentar dentro dos espaços de poder cobertos pelos *media* portugueses numa espécie de *reality show*, pois sofre um severo escrutínio com alta intensidade ao menor movimento seu. A deputada é o “outro do outro” da política portuguesa. Destacamos aqui como importante percepção que sejam boas ou más políticas, as mulheres, especialmente as mais marginalizadas, seguem passando por negativas públicas, alimentadas pelos *media*, que vão se amplificando à medida que vão conquistando espaços mais relevantes nos ambientes de poder (Ritchie, 2013). A deputada passa por uma espécie de assédio mediático que explora exaustivamente seu primeiro nome, especialmente, e sua imagem, mas que se nega em muitos momentos a escuta-la ou, pelo menos, procura-la, sendo a deputada interessante especialmente em momentos como o que culminou

no conflito com a emissora de TV SIC. Percebemos uma atitude sutil por parte dos *media* em ver JKM como uma espécie de atração circense, que vai fazer circular a informação a que tiver vinculada, sem se preocuparem com as correntes de ódio às quais entregaram-na muitas vezes.

Nossa percepção mais generalista sobre a forma como JKM e AV foram representados pelos *media* se aproxima das importantes discussões propostas por Tiburi (2017) em sua obra *Ridículo político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. A autora, já no capítulo inicial faz uma diferenciação entre a ironia e o ridículo: “O ridículo não é uma substância, nem simplesmente uma coisa. Ele é um efeito da linguagem. E, como tal, é o contrário da ironia [...]. Mas se a ironia é fina e delicada, o ridículo é sempre escancarado e desajeitado” (p. 44). E é assim que percebemos a diferenciação de tratamento aplicada pelos *media* aos deputados, para se representar AV parte-se de uma postura irónica, para se representar JKM, parte-se de uma tentativa de ridicularização, já que, ainda de acordo com a autora, “não se pode esquecer também da produção de um ridículo para os outros como forma de marcar os que não são elite. O ridículo dos detentores dos meios fica sempre protegido” (p. 92). Ou seja, aqui demarcamos um entendimento de que no caso de JKM, independente da sua atuação política, os *media* portugueses seguem sendo os *media* da metrópole a representar uma mulher racializada ora entendida como uma ameaça ora como vítima de sua própria cultura, mas nunca como atriz política a ser homogeneizada quando ao lado de seus equivalentes no partido ou no Parlamento (Cunha, 2007; Siapera, 2010; Spivak, 2010).

Tiburi traz ainda outras colaborações para percebermos a camada de classe que transpassa as representações:

naturalizar o terreno estético é a maneira mais ingênua de mascarar a função política cotidiana, a função da distinção dos bens no contexto de sua produção e consumo. Toda economia é política e toda economia política é também estética. Por trás de toda estética está evidentemente a questão de classe, e a questão de classe sempre tem fundo econômico e político. Nesse contexto é que podemos falar da produção do ridículo que serve de mercadoria e é facilmente consumível sem que se perceba em que posição pública o usuário é colocado pelo seu uso” (Tiburi, 2017, p. 91).

Ou seja, alimentar o culto à forma é um dos caminhos mais fáceis de relegar alguém ao lugar do outro na política, sendo esse um dos motivos pelos quais tendemos à confiar nos

homens brancos de terno impecável, enquanto se trabalha por meio das representações para tornar ridículo esse diferente já relegado ao papel do outro.

Por mais que JKM e AV se aproximem no que tange à uma ampliação do espectro discursivo da política portuguesa e isso ameace outros partidos, instituições e outros sujeitos, AV segue sendo o “um de nós” cujas defesas do nacionalismo tornam-se palatáveis quando há um objetivo maior que é o de neutralizar o Outro. Em comparação com JCF e AV, JKM é uma deputada com uma iniciativa parlamentar bastante tímida⁶³. Mas mesmo com este argumento para desfavorecer a deputada, os *media* preferiram representa-la sob a inadequação à norma, tentando acentuar a cada publicação a “distância normativa” entre JKM e o esperado enquanto performance política no Parlamento português. Uma das percepções mais marcantes das análises foi a de que há uma liberdade mediática em tratar mulheres pelo seu primeiro nome, enquanto que homens, dentro dos limites desta investigação, só foram mencionados formalmente, pelo nome completo ou pelo apelido (com raras exceções, destacando aqui menções ao presidente da República portuguesa apenas pelo seu primeiro nome: Marcelo⁶⁴). Esta percepção vem a confirmar aquilo que denunciam autoras como Simões e Amaral (2019) sobre a negação às mulheres dos seus próprios nomes e títulos, por exemplo.

Quanto à JCF, como mencionamos durante as análises, este tem uma representação que poderíamos chamar de expectável para um ator político, que se divide entre sua atuação parlamentar e partidária e que não tem qualquer tipo de interesse na exposição de sua família ou na criação e/ou espetacularização de um personagem.

Uma menção que gostaríamos de fazer e que acreditamos ter contribuído para o condicionamento das performances dos novos deputados e suas representações foi uma tendência mediática, inclusive no início da XIV Legislatura, em representa-los como um grupo. Sendo AV o sujeito reativo, JKM a estranha no ninho e JCF ora como o proactivo entre os três, ora como o que representa a ausência dos outros dois. AV e JCF contam ainda com um privilégio oriundo da organização político-partidária portuguesa. Ambos foram presidentes dos seus respetivos partidos durante a maior parte do recorte temporal em que durou esta investigação. Logo, para além de desfrutarem da autonomia e padronização masculina das representações de atores políticos, ainda não estavam subjugados a nenhum superior, como JKM esteve ao “fundador” do partido pelo qual foi eleita. Os presidentes da República e da

⁶³ Disponível em:

https://www.parlamento.pt/Documents/2020/julho/Balanco_Atividade_Parlamentar_CS_XIV_1_1.pdf

⁶⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/12/politica/noticia/vergonha-ventura-queixase-marcelo-quer-desculpas-ferro-rodrigues-1897135>

Assembleia da República, inclusive, são representados como sendo equiparados ou bastante próximos a AV numa perspectiva hierárquica. Ao mesmo tempo em que JKM, como já dito, está subjugada a muitos homens.

A investigação sobre as representações mediáticas de atores políticos portugueses trouxe essas percepções aqui destacadas que, com certeza, são insuficientes para dar conta das representações mediáticas desses mesmos deputados daqui em algum tempo, bem como também podem ser insuficientes para servir de referência ao estudo das representações em outros âmbitos ou de outros atores. Dessa forma, sugerimos que estudos futuros, sob a sensibilidade interseccional das condições de possibilidade dos atores, possam seguir atentos à essas distopias que prejudicam os sujeitos, mas mais ainda a necessária diversidade política essencial para o desenvolvimento das democracias.

Bibliografia

- Adcock, C. (2010). The Politician, The Wife, The Citizen, and her Newspaper. *Feminist Media Studies*, 10(2), 135–159. <https://doi.org/10.1080/14680771003672254>
- Adichie, C. N. (2018). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Albæk, E., Hopmann, D., & Skovsgaard, M. (2019). Political Coverage. Em *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1–11). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0213>
- Almeida, S. J. (2016). Duas mulheres candidatas representam uma “viragem” na política portuguesa. *Público*. <https://www.publico.pt/2016/01/02/politica/noticia/duas-mulherescandidatas-representam-uma-viragem-na-politica-portuguesa-1718978>
- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities* (Revised Ed). Verso.
- Anderson, J. A. (2012). Media Research Methods: Understanding Metric and Interpretive Approaches. Em *Media Research Methods*. SAGE Publications, Ltd. <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/media-research-methods/book227462#contents>
- Auer, M., Sutcliffe, J., & Lee, M. (2019). Framing the ‘White Widow’: Using intersectionality to uncover complex representations of female terrorism in news media. *Media, War & Conflict*, 12(3), 281–298. <https://doi.org/10.1177/1750635218769931>
- Bajomi-Lázár, P. (2013). The Party Colonisation of the Media. *East European Politics and Societies: and Cultures*, 27(1), 69–89. <https://doi.org/10.1177/0888325412465085>
- Biroli, F. (2010). Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política1. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45–69. <https://doi.org/10.4000/rccs.1765>
- Biroli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 71–98. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>

- Brooks, D. E., & Hébert, L. P. (2006). Gender, race, and media representation. Em *The SAGE Handbook of Gender and Communication*. <https://doi.org/10.4135/9781412976053.n16>
- Butler, J. (1997). *Excitable Speech*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203948682>
- Cabrera, A., Martins, C., & Flores, T. M. (2011). Representações midiáticas das deputadas portuguesas: o “caso” do Parlamento Paritário. *Brazilian Journalism Research*, 7(2), 75–93. <https://doi.org/10.25200/BJR.v7n2.2011.339>
- Caldas-coulthard, C. R. (2019). Mulheres Públicas : Poder , Representações Semióticas e Gênero Public Women : Power , Semiotic Representations and Gender. *Discurso & Sociedad*, 13(1), 29–50.
[http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13\(1\)CaldasCoulthard](http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13(1)CaldasCoulthard)
- Carey, J. W. (2008). Communication as Culture, Revised Edition. Em *Communication as Culture, Revised Edition*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203928912>
- Castells, M. (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*.
- Conroy, M. (2015). Masculinity, Media, and the American Presidency. Em *Masculinity, Media, and the American Presidency*. Palgrave Macmillan US.
<https://doi.org/10.1007/978-1-137-45645-8>
- Cook, T. E. (2011). O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 203–247.
<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200009>
- Couldry, N. (2000). *The Place of Media Power*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203007624>
- Couldry, N. (2019). Do mito do centro mediado ao mito do big data: reflexões do papel da mídia na ordem social. *Comunicação Mídia e Consumo*, 16(47), 407.
<https://doi.org/10.18568/cmc.v16i47.2126>
- Craig, S., Croteau, D., & Hoynes, W. (2014). Men and the News Media: The Male Presence and its Effect. Em *Men, Masculinity, and the Media*.

<https://doi.org/10.4135/9781483326023.n11>

Cunha, I. F. (2007). Identidade e reconhecimento nos media. *Matrizes*, 187–208.
<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/31/47>

Dovi, S. (2018). Political Representation. Em *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018). Center for the Study of Language and Information (CSLI), Stanford University.
<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/political-representation/>

Esteves, J. P. (2015). Sobre a Opinião Pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. *Intexto*, 34(34), 276.
<https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.276-293>

Esteves, J. P. (2016). *Sociologia da Comunicação* (2ª Edição). Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonseca Jr., W. C. da. (2005). No Title. Em J. Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (1ª Edição, pp. 280–304). Atlas.

Foucault, M. (1980). Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings. Em *New York*. <https://doi.org/citeulike-article-id:798470>

Foucault, M. (1999). *A ordem do Discurso* (5ª Edição). Edições Loyola.

Foucault, M. (2008). *Arqueologia do Saber* (7ª Edição). Forense Universitária.

Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Edições 70.

Franklin, B., Hamer, M., Hanna, M., Kinsey, M., & Richardson, J. E. (2005). Key concepts in journalism studies. Em *Key Concepts in Journalism Studies*.
<https://doi.org/10.4135/9781446215821>

GMMP. (2015). Global Media Monitoring Project 2015. Em *Global Media Monitoring Project 2015*. <http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the->

news/Imported/reports_2015/global/GMMP 2015 Country Data Lists.xls

Hall, S. (2014). The Whites of Their Eyes: Racist Ideologies and the Media. Em *The Race and Media Reader*.

Hall, S. (2016). Cultura e representação. Em *Ed. PUC-Rio/Apicuri*. Ed. PUC-Rio : Apicuri.

Hartley, J. (2019). Communication, Cultural and Media Studies. Em *Communication, Cultural and Media Studies* (Fifth Edit, pp. 1–293). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781315225814-1>

Herzog, H. (2010). Gendering politics: Women in Israel. Em *Gendering Politics: Women in Israel*. <https://doi.org/10.5860/choice.37-3625>

Hofmann, J. (2019). Mediated democracy – Linking digital technology to political agency. *Internet Policy Review*, 8(2), 1–18. <https://doi.org/10.14763/2019.2.1416>

hooks, bell. (2014). Black Looks. Em *Black Looks*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781315743226>

Ibroscheva, E., & Stover, M. (2012). The Girls of Parliament: A Historical Analysis of the Press Coverage of Female Politicians in Bulgaria. Em *The Handbook of Gender, Sex, and Media*. <https://doi.org/10.1002/9781118114254.ch3>

Interparlamentaria, U. (2018). *Las mujeres en el parlamento en 2017*.
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiUhqqwsNDsAhUKJt8KHSvfAJQQFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww.ipu.org%2Ffile%2F4398%2Fdownload%3Ftoken%3DJCRQRubR&usg=AOvVaw1-cJB9fFg-CYGmmEb77XtA>

Kellner, D., & Share, J. (2019). Representation of Class. Em *The International Encyclopedia of Media Literacy* (Número July, pp. 1–6). Wiley.
<https://doi.org/10.1002/9781118978238.ieml0199>

Kosut, M. (2012). *Encyclopedia of Gender in Media* (M. Kosut (ed.)). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781452218540>

- Lachover, E. (2012). Just Being a Woman Isn't Enough Any More. *Feminist Media Studies*, 12(3), 442–458. <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.615639>
- Lachover, E. (2017). Signs of change in media representation of women in Israeli politics: Leading and peripheral women contenders. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, 18(4), 446–463. <https://doi.org/10.1177/1464884915610991>
- Lago, C., & Benetti, M. (2010). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (3ª Edição). Editora Vozes.
- Lazar, M. M. (2005). Politicizing gender in discourse: Feminist critical discourse analysis as political perspective and praxis. Em *Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, Power and Ideology in Discourse*. <https://doi.org/10.1057/9780230599901>
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Galdet, H. (1960). *The People's Choice* (Fifth Edit). Columbia University Press.
- Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político, Pub. L. No. 3/2006, 5896 (2006). <https://dre.pt/home/-/dre/540469/details/maximized>
- LEI Nº 12.034 de 29 de setembro de 2009, Pub. L. No. 12.034 (2009). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm
- Littlejohn, S., & Foss, K. (2009). Encyclopedia of Communication Theory. Em *Family Communication*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412959384>
- Lobo, P., Silveirinha, M. J., Torres da Silva, M., & Subtil, F. (2017). “In Journalism, We Are All Men”. *Journalism Studies*, 18(9), 1148–1166. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1111161>
- Luhmann, N. (2009). Opinião Pública. Em *Comunicação e sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. (2ª Edição, pp. 163–191). Livros Horizonte.
- Lull, J. (1995). Hegemony. Em G. Dines, J. M. Humez, B. Yousman, & L. B. Yousman (Eds.), *Gender, race and class in media: a critical reader* (pp. 33–36). Columbia University Press.

- Maniatopoulos, G., Hopkins, C., Joyce, T. J., & Brittain, K. (2019). Framing the failure of medical implants: Media representations of the ASR hip replacements in the UK. *Health Expectations*, 22(3), 518–527. <https://doi.org/10.1111/hex.12877>
- Martino, L. M. S. (2012). *Teoria da Comunicação: ideias, conceitos métodos*. Editora Vozes.
- Martins, C. (2014). Maria de lourdes pintasilgo: a “senhora primeiro-ministro” na cidade dos homens. *Revista Media & Jornalismo*, 25, 125–142.
- McQuail, D. (2010). McQuail’s Mass Communication Theory. Em *McQuail’s Mass Communication Theory* (6th Editio). <https://doi.org/10.4135/9781446262467>
- Melo, R. de. (2019). O primeiro dia de Joacine, a deputada que quer acabar com " a masculinidade " na AR. *Rádio Notícias TSF*. <https://www.tsf.pt/portugal/politica/camaras-e-holofotes-para-a-deputada-que-quer-por-fim-a-masculinidade-no-parlamento-11446340.html>
- Miguel, L. F. (2014). *Democracia e Representação: territórios em disputa* (1ª Edição). Editora Unesp.
- Moreira, S., Magalhães, S. I., & Nogueira, C. (2017). Contornar e contorcer(-se): contorcionismos na objetificação das mulheres em contexto político pelos media portugueses. *Gênero & Direito*, 6(1). <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2017v6n1.29268>
- O’Halloran, K. (2015). How to use corpus linguistics in the study of media discourse. Em *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics*. <https://doi.org/10.4324/9780203856949.ch40>
- Orgad, S. (2012). Media Representation and the Global Imagination: A Framework. *Media Representation and the Global Imagination*.
- Pena, F. (2013). *Teoria do Jornalismo* (3ª Edição). Editora Contexto.
- Reppen, R. (2010). Building a corpus: What are the key considerations? Em *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics*.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.

Richardson, N., & Wearing, S. (2014). Gender in the Media. Em *Gender in the Media*. Macmillan Education UK. <https://doi.org/10.1007/978-1-137-40060-4>

Ritchie, J. (2013). Creating a Monster. *Feminist Media Studies*, 13(1), 102–119. <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.647973>

Ross, K., Evans, E., Harrison, L., Shears, M., & Wadia, K. (2013). The Gender of News and News of Gender. *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), 3–20. <https://doi.org/10.1177/1940161212457814>

Shome, R. (2016). When postcolonial studies meets media studies. *Critical Studies in Media Communication*, 33(3), 245–263. <https://doi.org/10.1080/15295036.2016.1183801>

Siapera, E. (2010). Cultural Diversity and Global Media: The Mediation of Difference. Em *Cultural Diversity and Global Media: The Mediation of Difference*. <https://doi.org/10.1002/9781444319132>

Silveirinha, M. J. (2008). A Representação das Mulheres nos Media: dos Estereótipos e «Imagens de Mulher» ao «Feminino» no Circuito da Cultura. Em J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e Identidades Sociais - diferença e reconhecimento em sociedades complexas e culturais pluralistas* (1ª Edição, pp. 103–130). Livros Horizonte.

Simões, R. B. de, & Amaral, I. (2019). *Pós-feminismo, pós-racialismo e pós-colonialismo: a cobertura mediática da campanha de Joacine Katar Moreira*.

Simões, R. (2011). *Crime castigo e género nas sociedades mediatizadas - Políticas de injustiça no discurso dos media* (Número November 2011) [Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/17894>

Soares, M. C. (2009). Representações, jornalismo e a esfera pública democrática. Em *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática* (1ª Edição). Editora UNESP. <https://doi.org/10.7476/9788579830181>

Souza, J. (2014). A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de género

- define o sexo da notícia. *Media & Jornalismo*, 14(2), 91–103.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (1ª Edição). Editora UFMG.
- Strömbäck, J., & Shehata, A. (2018). Political Journalism. Em *Oxford Research Encyclopedia of Communication* (Número December 2019). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.859>
- Tiburi, M. (2017). *Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto*. Record.
- Tuchman, G. (2000). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. Em *Culture and Politics* (pp. 150–174). Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62965-7_9
- Van Dijk, T. A. (1980). *Macrostructures: An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, Notícias e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Húmus.
- Waisbord, S. (2020). Why Paulo Freire is a threat for right-wing populism: Lessons for communication of hope. *International Communication Gazette*, 82(5), 440–455.
<https://doi.org/10.1177/1748048520943694>
- Ward, O. (2017). Intersectionality and Press Coverage of Political Campaigns. *The International Journal of Press/Politics*, 22(1), 43–66.
<https://doi.org/10.1177/1940161216673195>

ANEXOS

ANEXO I

Protocolo de Análise de Conteúdo

1. **Nº:** atribuição de um número a cada unidade de análise de acordo com a ordenação cronológica de publicação;
2. **Data/Hora:** registo da data e da hora em que a unidade de análise foi publicada no formato AAAA/MM/DD às HH:MM;
3. **OCS:** codificação do OCS em que a unidade de análise foi publicada:
 - (1) **CM** – Correio da Manhã
 - (2) **DN** – Diário de Notícias
 - (3) **PB** – PÚBLICO
4. **Título:** registo do título da unidade de análise;
5. **Link:** registo do link de acesso à publicação da unidade de análise no *site* do respetivo OCS;
6. **Formato:** codificação do formato jornalístico da unidade de análise:
 - (1) **Breve** – texto de até três parágrafos
 - (2) **Notícia** – texto centrado no relato direto dos fatos cuja extensão exceda os 3 parágrafos
 - (3) **Entrevista** – texto estruturado em perguntas e respostas
 - (4) **Reportagem** – texto que fornece contextualização e análise e/ou que recai sobre a classificação de texto criativo
7. **Secção:** codificação do tema da secção em que a unidade de análise foi publicada:
 - (1) **Política** – para as secções de Política do CM e do PB e Poder do DN
 - (2) **Economia** – para as secções de Economia do CM e do PB e Dinheiro do DN
 - (3) **Desporto** – para as secções de Desporto do CM e do PB e Desportos do DN
 - (4) **Temas Variados** – para secções de *breaking News* (CM ao Minuto/CM), notícias do país (Portugal/CM) e publicadas em edição do dia (Edição do Dia/DN) e que não contam com um alinhamento temático preciso
 - (5) **Outros** – secções de reportagens (Mais CM), notícias sobre celebridades (Famosos), acontecimentos mediáticos (TV Media) e outros, não necessariamente factuais (Sociedade)
8. **Autoria:** codificação do autor da unidade de análise:
 - (1) **Mulher** – assinado por uma ou mais mulheres

- (2) **Homem** – assinado por um ou mais homens
 - (3) **Misto** – assinado por uma ou mais pessoas de género indefinido ou por duas ou mais pessoas de diferentes géneros
 - (4) **Agência** – assinados exclusivamente ou em conjunto com a agência Lusa
 - (5) **Indeterminado** – sem qualquer assinatura ou assinados com iniciais ou nome do próprio OCS
9. **Tipo de acesso:** codificação do tipo de acesso à unidade de análise:
- (1) **Livre** – Acesso livre
 - (2) **Restrito** – Acesso apenas para assinantes do OCS
10. **Ator político:** codificação do ator político no qual se centra o discurso da unidade:
- (1) **AV** – André Ventura - Partido CHEGA
 - (2) **JKM** – Joacine Katar Moreira - Partido LIVRE de 25/10 a 03/02 / Deputada Não Inscrita (NISC) a partir de 04/02
 - (3) **JCF** – João Cotrim de Figueiredo - Partido INICIATIVA LIBERAL
11. **Proeminência do ator político:** codificação de menção nominal e/ou citação da pessoa foco na titulação:
- (1) **Mencionado** – para menções nominais na titulação
 - (2) **Mencionado e citado diretamente** – para menções nominais e citações com aspas na titulação
 - (3) **Mencionado e citado indiretamente** – para menções nominais e atribuições sem aspas na titulação
 - (4) **Não se aplica**
12. **Identificação do ator político no título:** codificação da forma do nome da pessoa foco usada pelo OCS na titulação em caso de menção:
- (1) **Nominação Formal** – apenas o apelido ou nome completo
 - (2) **Nominação Informal** – apenas o primeiro nome
 - (3) **Não se aplica**
13. **Foco:** codificação do âmbito de relações sobre o qual incide a unidade de análise:
- (1) **Partidário** – peças sobre questões partidárias que envolvam a pessoa foco
 - (2) **Eleitoral** – peças sobre questões eleitorais, formação de alianças e anúncios de candidaturas
 - (3) **Iniciativas Parlamentares** – peças exclusivamente sobre ideias, iniciativas e projetos do ator político em questão
 - (4) **Rotina Parlamentar** – peças sobre a atuação da pessoa foco na Assembleia da República e ambientes de poder
 - (5) **Participação cívica** – peças sobre participações em manifestações, eventos e outros que não sejam partidários ou do exercício de poder
 - (6) **Pessoal** – peças sobre a pessoa foco que não sejam nem sobre suas relações partidárias, nem oriundo das atividades parlamentares ou sociais
 - (7) **Redes Sociais** – peças produzidas a partir de declarações do ator político em seu perfil nas redes sociais
 - (8) **Outros** – explicar nos comentários

14. Foto: codificação da presença do ator político na primeira imagem destacada da unidade de análise:

(1) **Sim**

(2) **Não**

15. Comentários: espaço para destacar aspetos importantes dos textos que não puderam ser contemplados na codificação mas que merecem atenção e para sinalizar notícias que merecem análise aprofundada (ACD).

ANEXO II

Subcorpus ACD

5.2.1 Autonomia

PARLAMENTO

Revisão do regimento da AR feita em grupo de trabalho sem Chega nem Livre

Processo legislativo vai ser feito pelos grupos parlamentares e pelo deputado da Iniciativa Liberal, que fez a primeira proposta de revisão do regimento da Assembleia da República

<https://www.publico.pt/2019/11/13/politica/noticia/revisao-regimento-ar-grupo-trabalho-chega-livre-1893594> - acesso em 19/11/2020

Maria Lopes - 13 de Novembro de 2019 às 14:39

A revisão do regimento da Assembleia da República vai ser feita por um grupo de trabalho constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, no qual irão participar deputados dos vários grupos parlamentares e o deputado João Cotrim de Figueiredo, da Iniciativa Liberal. De fora ficam os deputados André Ventura e Joacine Katar Moreira - e o PEV porque não faz parte da primeira comissão.

Cotrim Figueiredo tem direito a participar porque foi o autor do [primeiro projeto de revisão do regimento](#), que foi entregue há cerca de duas semanas. A constituição do grupo de trabalho foi decidida nesta quarta-feira de manhã na reunião da comissão. O presidente, o social-democrata Luís Marques Guedes, assinalou que o grupo de trabalho terá um “prazo razoável, necessariamente urgente” para o processo legislativo e que será definido na próxima semana.

Para o grupo começar a trabalhar só falta que cheguem à comissão as outras propostas já entregues na Mesa pelo PS e pelo Chega. O PSD também anunciou ontem que irá fazer uma proposta de novo texto.

A revisão do regimento foi suscitada pela Iniciativa Liberal depois de se ter percebido que os [três novos deputados únicos daquele partido, do Chega e do Livre não deveriam ter os mesmos direitos que foram concedidos ao deputado André Silva, do PAN](#), a título excepcional, durante os últimos quatro anos.

Formalmente, a conferência de líderes acabou por recusar que os novos partidos tivessem esse direito na passada sexta-feira. PS, BE, PCP e PEV concordaram com um relatório elaborado com o contributo de um deputado de cada grupo parlamentar e coordenado pelo bloquista José Manuel Pureza que não atribuía tempos de intervenção aos pequenos partidos, ao passo que Ferro Rodrigues, PSD, CDS e PAN defendiam a atribuição dos mesmos direitos de André Silva.

Perante a falta de consenso, Ferro Rodrigues remeteu o caso para a primeira comissão, que na terça-feira decidiu - desta vez por consenso e devido ao passo atrás dado pelos partidos de esquerda - que enquanto não se fizer a revisão do regimento, [os três deputados únicos irão beneficiar dos mesmos tempos que tinham sido dados ao PAN em 2015](#). O que lhes permite interpelar António Costa já no debate quinzenal desta quarta-feira à tarde.

PALESTINA

Joacine e direção do Livre trocam acusações. Fundador Rui Tavares critica deputada

Livre dá puxão de orelhas a deputada ao fim de 29 dias e lembra o seu património na defesa da Palestina

<https://www.publico.pt/2019/11/23/politica/noticia/joacine-direccao-livre-trocam-acusacoes-fundador-rui-tavares-critica-deputada-1894870> - acesso em 19/11/2020

Liliana Borges - 23 de Novembro de 2019 às 23:03

Abster-se ou não foi a questão. O voto de abstenção de Joacine Katar Moreira sobre a proposta do PCP de condenação da nova agressão israelita a Gaza [resultou num arrufo entre a direção do Livre](#) e a deputada eleita pelo partido. A tensão no partido fez-se sentir ao início da manhã, quando a direção do Livre tornou público um comunicado onde se demarcava do voto de Katar Moreira, sem que a voz da mesma constasse no documento.

Joacine Katar Moreira reagiu argumentando que a “abstenção não se deveu a uma falta de consciência ou descaso desta grave situação, mas [à dificuldade de comunicação](#)” com a atual [direção do Livre](#), da qual é parte integrante, para além de deputada única do partido. “Foram três dias de contacto infrutífero para saber dos posicionamentos da direção relativos ao sentido de voto das propostas que nos chegaram, onde esta constava”, afirma numa nota enviada ao PÚBLICO. Por não saber qual a posição da direção do Livre decidiu abster-se, justifica.

No mesmo comunicado, a deputada do Livre assume “total responsabilidade pelo voto” e esclarece que “apesar de a abstenção não constituir um voto a favor ou um voto contra” a mesma não representou aquela que tem sido desde sempre a sua posição pública sobre esta temática. “Votei contra a direção de mim mesma. Condeno totalmente as ofensivas israelitas sobre a Faixa de Gaza e toda a repressão que o povo palestino tem sofrido a nível de bloqueios económicos, prisões e perseguições e da implementação dos colonatos israelitas”, vinca.

Sobre o comunicado da direção emitido ao início deste sábado, Joacine Katar Moreira confessou-se surpreendida, revelando ter sabido da crítica pela comunicação social. Ora, justamente sobre a posição do partido, o Livre dizia em comunicado que “ao longo dos seis anos de existência foram várias as ocasiões” em que o partido pode dar “conta desta posição e da vontade do Livre em defender a causa palestina na Assembleia da República”. No documento, o Livre defende que “a União Europeia, à semelhança do que já foi feito por uma boa parte da comunidade internacional, reconheça finalmente o Estado da Palestina”. “Caso esse reconhecimento continue a ser protelado, achamos que Portugal deve avançar em nome próprio e reconhecer a Palestina como um Estado soberano.”

Fundador do Livre critica deputada

Rui Tavares, fundador do Livre e cabeça de lista por Lisboa em 2015, lembra que esta questão “é muito cara ao património” do Livre e que nessas eleições, em que Joacine também foi candidata, o reconhecimento do Estado da Palestina foi até apresentado como condição para dialogar com um futuro governo PS. Na RTP3, Tavares classificou este incidente com a agora deputada uma “singularidade”, acrescentando que “não colhe o argumento” de que não conseguiu falar com a direção antes da votação. “A direção do Livre é colegial e tem 15 pessoas”, lembrou Tavares.

De acordo com Pedro Nunes Rodrigues, membro do órgão de direção do Livre, o grupo de contacto questionou Joacine “por email, por chamada e por SMS” para falar sobre o seu sentido de voto na sexta-feira, não tendo “recebido resposta até ao momento de publicação do comunicado”.

A deputada absteve-se também no voto “de saudação à construção da democracia em Portugal”, apresentado pelo PS, um texto apresentado a propósito do 25 de Novembro. O voto de saudação do PS foi uma resposta à proposta do CDS de “saudação do 44.º aniversário do 25 de Novembro”. Nessa votação, Katar Moreira não participou uma vez que estava ausente do hemiciclo, justificou este sábado em comunicado.

Joacine garante que tensões não são por divergências programáticas

Depois de um fim-de-semana de troca de acusações, Joacine Katar Moreira afirma o seu alinhamento ao ideário do Livre. O respeito da deputada pelo programa do partido é sublinhado por outros dirigentes

<https://www.publico.pt/2019/11/27/politica/noticia/joacine-garante-tensoes-nao-sao-divergencias-programaticas-1895169> - acesso em 20/11/2020

São José Almeida - 27 de Novembro de 2019 às 06:09

“Estou no partido de livre e espontânea vontade. Se estou neste partido é porque me identifico com as ideias e princípios fundadores”, garante a deputada Joacine Katar Moreira ao PÚBLICO, negando que haja qualquer divergência programática entre si e outros membros da direção do Livre, depois da polémica e da troca de acusações mútuas, durante o fim-de-semana, por causa de a deputada se ter absterido no voto de condenação da “nova agressão israelita a Gaza”, [apresentado pelo PCP](#).

Aprofundando o seu posicionamento político ideológico em consonância com o Livre, Joacine afirma: “O carácter europeísta e ecologista são algo no qual me espelho e reconheço. Embora considere que a União Europeia (UE) precisa de uma reviravolta e de recuperar valores, enquadro as minhas críticas à UE estando na UE e não afastando-nos.”

A recusa de ser partidária de uma [ação política de inspiração identitária](#) não impede a deputada de defender que, “em algumas matérias, era necessário o Livre dar mais ênfase e ter um maior envolvimento com movimentos sociais feministas e antirracistas” e conclui: “É esse o meu contributo.” Mas frisa que isso não significa qualquer rutura. Sublinha, aliás, que foi eleita em primárias para ser candidata e que foi escolhida pelos militantes e simpatizantes: “Identifico-me com o partido e o partido identifica-se comigo, se [não teria sido eleita pelo partido para ser segunda candidata nas europeias e cabeça de lista nas legislativas](#).”

O modo com o Livre funciona é mesmo uma razão que Joacine apresenta para estar neste partido e não noutro. “Tem uma nova forma de fazer política” que passa por “uma organização totalmente democrática e colegial”. E nega qualquer possibilidade de a discussão pública sobre o voto do PCP ser uma forma instrumental de projetar uma sua candidatura em lista própria à direção do Livre no congresso de Janeiro. “Nunca manifestei essa intenção. Esse não é, de maneira nenhuma, o meu objetivo”, afirma, assumindo que pretende “estar completamente dedicada ao trabalho parlamentar”, frisando que participa em três comissões que “são importantes para o partido”: ambiente, assuntos europeus e assuntos constitucionais. E desvaloriza o que se passou, reconhecendo que “as polémicas existiam antes” da sua eleição e “vão continuar a legislatura inteira”.

Estas declarações surgem depois de um momento inicial em que Joacine acusou a direção do partido de falta de apoio. [“Fui eu que ganhei as eleições, sozinha, e a direção quer ensinar-me a ser política”](#), acabou por dizer.

“Não mudou”

O esvaziamento que Joacine faz de que haja uma crise de fundo no Livre é acompanhado por outros dirigentes. Mas não explicitamente por todos. O líder-fundador, Rui Tavares, que se recusou a fazer declarações para este trabalho, fez questão de, no domingo, à entrada da reunião do órgão de direção, a Assembleia, ter declarado que [“o que as pessoas querem ver é o Livre voltar a essa trilha”](#).

Por seu lado, o membro do Grupo de Contacto e número dois na lista de Lisboa às legislativas, Carlos Teixeira, garante ao PÚBLICO que “o Livre não mudou”. Investigador biólogo e vice-presidente da Liga de Proteção da Natureza entre 2005 e 2013, Carlos Teixeira defende que “o Livre não é nem pode ser visto através do reflexo único das palavras de um ou dois dos seus membros”. E lembra que assim como “quando Rui Tavares falava, dava destaque a algumas propostas do partido, mas não a todas, com a deputada Joacine acontece o mesmo”. E insiste em que “as suas declarações não resumem um programa que é muito abrangente”.

Um outro responsável do Livre, que pediu anonimato, concorda com [esta visão de que “a aposta na personalização é exterior, mas os discursos de Joacine são clássicos”](#), mesmo o discurso antirracista surge, garante, na perspetiva de que “esta geração afrodescendente quer a cidadania, que é uma clássica exigência republicana”. Sublinha assim que “não há identitarismo como ideologia” no Livre, “há pessoas com percurso próprio” e lembra que Joacine foi convidada para se candidatar às primárias por Rui Tavares em 2015 e fez o seu percurso no Livre, integrando o Grupo de Contacto.

Também Carlos Teixeira discorda que se possa identificar a existência de duas correntes dentro do partido e garante que “na perspetiva ecológica não há divergências”. Sublinha mesmo que “qualquer deputado que o Livre tenha agora ou no futuro está vinculado aos princípios que o obrigam a apresentar e defender medidas de carácter de defesa da ecologia”.

Momento de rutura

Já o ex-dirigente do Livre Ricardo Gaio Alves é perentório em assumir ao PÚBLICO que “esta polémica era previsível”, já que “o processo pelo qual Joacine chegou a cabeça de lista mostrou alinhamentos internos e facilidade em mudar e rumo”. Fundador do partido e

membro do Grupo de Contacto entre 2014 e 2016, Ricardo Gaio Alves integrou a Assembleia do partido entre 2016 e 2018. E desvinculou-se do Livre no dia das legislativas, 6 de Outubro, “por várias razões, entre elas o distanciamento ideológico”. E frisando que “há declarações da deputada Joacine que são polémicas ou pouco corteses, o que não ajuda a passar a mensagem”, assume: “Não me identifico com esta forma de fazer política.”

Para Ricardo Gaio Alves, “no início do Livre não havia um discurso tão centrado nas [questões de género e nas questões raciais](#)”, agora, o partido “deixou de falar de ecologia e das questões europeias”. Além disso, considera que “a fulanização não ajuda sequer as causas do feminismo e do antirracismo”.

O momento de viragem é identificado por Ricardo Gaio Alves com “a discussão sobre quotas étnicas” que “foi divisiva, criou crispação interna”. Nesse momento, garante “percebeu-se a dificuldade de Joacine em defender pontos de vista diferentes”. E reconhece que “o problema não é, até agora, as propostas do partido, mas o estilo e o discurso da deputada e a tendência de encarar as críticas como ataques pessoais”.

Propostas clássicas

Um responsável do Livre defende ao PÚBLICO que Joacine tem respeitado os valores do partido e explica que quer o projeto de resolução da transladação de Aristides de Sousa Mendes para o Panteão, quer o projeto de lei da nacionalidade, ainda não entregue na Assembleia, se inserem em temas clássicos da política europeia pós-1945 e no que é o programa do Livre e a sua carta de princípios, que o caracteriza como partido universalista, defensor da liberdade, da igualdade, da solidariedade, do socialismo democrático, da ecologia e do europeísmo.

“A [trasladação de Aristides de Sousa Mendes para o Panteão](#) não é uma proposta sobre um grupo étnico”, salienta o mesmo responsável, frisando que “os judeus não são um grupo étnico, têm, aliás, várias etnias, são uma religião na diáspora”. E sublinha que “Aristides de Sousa Mendes é alguém que salvou o próximo na Europa fascista”, por isso “pode ser simbolicamente ligado ao acolhimento dos refugiados na Europa de hoje”. Frisa ainda que “a Europa já soube acolher refugiados, por exemplo, nos anos cinquenta do século XX, a ACNUR

assumiu o acolhimento de milhares de refugiados da Hungria”. E conclui: “O país deve reconhecer-se nas suas referências, Aristides de Sousa Mendes é uma figura da história da Europa.”

Já [o projeto de lei da nacionalidade, segundo o mesmo responsável, defenderá o regresso ao jus soli](#) (direito de solo) que era a regra em Portugal antes do 25 de Abril. E sublinha que “ainda há pouco tempo os deputados permitiram a nacionalidade por ancestralidade aos judeus sefarditas, cuja ligação com Portugal tem 500 anos”, lembrando que tal medida “não causou celeuma e foi um pedido de desculpa pelo passado”.

A própria deputada assume que irá respeitar os princípios do Livre no seu trabalho parlamentar. “Iremos ter propostas sobre ecologia e de acordo com o programa eleitoral e com os princípios da [justiça social e justiça ambiental](#)”, garante Joacine, advertindo: “Não encaramos o Parlamento como uma competição administrativa”. Explica que há iniciativas que “estão a ser apresentadas por partidos, que já tinham experiência” parlamentar, e que irá “apoiar iniciativas de outros que estejam relacionados com o programa do partido”. Até porque, frisa que o Livre não vai “entupir a Assembleia com iniciativas similares para as estatísticas, mas fazer política real”.

A deputada lembra que na comissão de ambiente requereu audições sobre a construção do aeroporto no Montijo e sobre o processo de atribuição de licenças de prospeção de lítio, assim como questionou o Governo sobre o orçamento para o combate às alterações climáticas. E garante que “é através do trabalho nas comissões, em associação com os especialistas do partido, que sairão as propostas em diversas áreas”.

Agenda ecológica

Insistindo em que o Livre “nunca foi um partido de causas, mas um partido de políticas que tenta pensar a civilização de forma integrada”, de acordo com os princípios da esquerda europeísta e ecologista - ideário que leva este partido a estar a negociar a sua integração nos Verdes Europeus - Carlos Teixeira avança com várias linhas de ação política.

“O Livre é talvez o único partido que está a estudar seriamente como conciliar os direitos digitais e os direitos individuais”, aponta, lembrando que o partido tem propostas que vão desde

o ensino à defesa de “uma nova política fiscal e de combate à fuga de capitais e com nova tributação para as multinacionais”.

Quanto à agenda ecológica do Livre, Carlos Teixeira salienta que o partido propôs e “o Governo aceitou que a presidência portuguesa da UE aposte no Pacto Verde”, uma ideia que o Livre propõe desde 2014, para cuja implementação serão decisivas as presidências da Alemanha (segundo semestre de 2020), de Portugal (primeiro semestre de 2021) e da Eslovénia (segundo semestre de 2021). Reconhecendo que, na Assembleia da República, “[o Pacto Verde tem de ser apresentado através de vários projetos transetoriais](#)”, considera que “em termos de presidência portuguesa é uma oportunidade para Portugal”.

Desenvolvendo o que o Livre entende por Pacto Verde, explica que “a ideia vem de 2014 na sequência da necessidade de recuperar a economia europeia a partir do sul, dos países em crise”. A proposta quer “valorizar o investimento público que favoreça a transição energética, com proteção de emprego”. O que é possível atingir “através da proteção do território renovável”, nomeadamente “com políticas florestais e agrícolas”.

O Pacto Verde, ao nível da União Europeia, “pode significar investimentos de quinhentos mil milhões de euros nalguns anos”, que deve ser atingido “com redirecionamento de fundos e com o apoio do BCE”, afirma Carlos Teixeira, advertindo para que “fazer isto em Portugal é difícil, porque os recursos são escassos, mas pode ser feito o redirecionamento para a nova agricultura e a nova floresta”.

Acreditando em que o Governo de António Costa está sensível à questão, lembra que o executivo tomou “uma medida que está alinhada com as ideias que o Livre tinha proposto”. Na Serra do Açor e no Parque do Tejo Internacional, o Estado “vai pagar às pessoas pela manutenção do território e da paisagem, vai ter as pessoas a contribuir e a serem reconhecidas por isso”.

O Livre irá também “tentar desbloquear a diretiva quadro europeia sobre solos contaminados”, a qual fará com que “os Açores sejam indemnizados por causa dos solos contaminados pela Base das Lajes”. Assim como “defender a revisão da diretiva anti-discriminação, que permite evoluções nos direitos dos trabalhadores e está bloqueada há onze anos”, explica um outro responsável do partido.

140.

Iniciativa Liberal afirma que discurso de Marcelo não teve "verdadeiro foco" ou qualquer efeito

João Cotrim Figueiredo considerou que "esteve longe de ser um bom discurso"

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/iniciativa-liberal-afirma-que-discurso-de-marcelo-nao-teve-verdadeiro-foco-ou-qualquer-efeito> - acesso em 21/11/2020

Lusa - 1 de Janeiro de 2020 às 18:29

O líder da Iniciativa Liberal lamentou esta quarta-feira que o discurso de Ano Novo do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, não tenha tido "um verdadeiro foco", tendo sido "um discurso sobre tudo, com efeito sobre nada".

"Esteve longe de ser um bom discurso. Na tentativa de ser quase ecuménico, fazendo um esforço para falar de tudo e de todos, deixou a sensação de não ter um verdadeiro foco. Um discurso sobre tudo, com efeito sobre nada", considerou João Cotrim Figueiredo à agência Lusa.

Na opinião do líder da Iniciativa Liberal, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou que, neste último ano do primeiro mandato, vai continuar a ser complacente com a falta de ambição do governo PS, quando, pelo contrário, muitos pensaram que o chefe de Estado iria lançar as bases para a sua reeleição, evidenciando maior exigência em relação ao Governo.

"Sem uma palavra para os muitos portugueses que sentem o país amorfo e sem dinamismo. Sem uma palavra de esperança para os emigrantes que queiram voltar, nem para os muitos que consideram sair, porque aqui não encontram oportunidades. Esperava mais deste discurso do Presidente da República", criticou.

Numa mensagem de Ano Novo, a partir da ilha do Corvo, nos Açores, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que, em Portugal, "esperança quer dizer Governo forte, concretizador e

dialogante para corresponder à vontade popular que escolheu continuar o mesmo caminho, mas sem maioria absoluta".

A esperança também significa "oposição forte e alternativa ao Governo", disse.

O Presidente pediu que se concentrem esforços em várias prioridades, como a saúde, segurança, coesão e inclusão, conhecimento e investimento.

PARLAMENTO

Partidos não vão condenar racismo de Ventura no plenário para não prolongar polémica — basta-lhes as palavras de Ferro

Conferência de líderes decidiu encerrar o assunto e evitar que deputado do Chega tenha mais palco. Partidos condenam em uníssono as declarações racistas e xenófobas, mas Ventura recusa pedir desculpa e insiste que faria o mesmo comentário se se tratasse de uma pessoa de outra cor

<https://www.publico.pt/2020/01/30/politica/noticia/partidos-nao-vao-condenar-racismo-ventura-plenario-nao-prolongar-polemica-bastalhes-palavras-ferro-1902270> - acesso em 23/11/2020

Maria Lopes - 30 de Janeiro de 2020 às 13:32

Os partidos com assento parlamentar decidiram não apresentar nenhum voto de condenação formal no plenário da Assembleia da República pelas [palavras de teor racista do deputado André Ventura](#) em relação à deputada Joacine Katar Moreira para não prolongar a discussão do assunto pelo menos mais uma semana. Tentam, assim, retirar palco ao deputado do Chega (que recusa pedir desculpa) e evitar a escalada da polémica.

Preferiram associar-se à mensagem que Eduardo Ferro Rodrigues já tinha [deixado publicamente nesta quinta-feira](#) em que dizia que as “declarações xenófobas” de Ventura “merecem a mais veemente condenação” e defendia que “o ódio não pode ser arma na política e não o será na Assembleia”, que “é fiel aos valores da democracia e da tolerância”.

Bloco, PAN, PEV, PS e PCP falaram aos jornalistas com um discurso praticamente a uma só voz: de condenação e repúdio pelas palavras de André Ventura, que classificaram como racistas e xenófobas, e de apoio às palavras de Eduardo Ferro Rodrigues. PSD, CDS e Livre não prestaram declarações.

O deputado da Iniciativa Liberal, que não quis esclarecer se se associou à mensagem do presidente do Parlamento, congratulou-se por “não se prolongar a discussão”, afirmou condenar “inequivocamente todas as formas de discriminação, em particular o racismo”, e acrescentou que não concorda que “discursos mais acalorados sirvam para reduzir a liberdade de expressão”.

No entanto, da conferência de líderes também não saiu qualquer documento sobre o assunto. Depois de questionado pelo PÚBLICO sobre se a única reação do Parlamento à polémica seria uma decisão tomada numa reunião à porta fechada, o gabinete de Ferro Rodrigues decidiu publicar no site da Assembleia da República a curta declaração escrita enviada pelo presidente à agência Lusa.

O líder parlamentar do Bloco, que na quarta-feira [prometia levar à conferência de líderes um voto de condenação que já estava quase pronto](#) para tentar o apoio consensual dos restantes partidos e do presidente, contou ter levantado o assunto e que a larga maioria condenou as declarações e chegou à conclusão que se revia nas palavras de Ferro. Pedro Filipe Soares mostrou “repúdio e condenação” pelas palavras de racismo de Ventura e de “atropelo aos direitos mais básicos”, disse que o Bloco se revê na posição de Ferro, que é quem tem que zelar pelos direitos e pelo respeito dos deputados eleitos.

Como na conferência de líderes se chegou a um consenso “inequívoco” na condenação de André Ventura, isso bastou ao Bloco - como aos outros partidos - que se diz “satisfeito” com o “caso encerrado”. “É claro e inequívoco de que lado se está”, venceu, acrescentando que “a democracia é mais forte que qualquer deputado racista”.

André Silva, do PAN, apontou que o combate político nunca pode ser feito com base em posições e declarações “eticamente reprováveis e politicamente inaceitáveis”, devendo “imperar o respeito”. E o ecologista José Luís Ferreira venceu que o PEV não tolera qualquer

posição “de contexto xenófobo” - o partido já tinha avisado que não seria um voto de condenação no plenário que bastaria para mudar comportamentos e que poderia mesmo ter o sentido contrário.

O comunista João Oliveira defendeu ser preciso “contrariar as táticas de André Ventura e do Chega para promover o ódio e o racismo pela polémica”, condenando o “carácter abjeto” de declarações que devem ser deitadas no “caixote do lixo da história”. O socialista Pedro Delgado Alves elogiou Ferro Rodrigues por ter afirmado com “clareza” como “deve funcionar o debate político”. “Esperamos que fique claro o sinal de que o Parlamento deve ser um espaço livre de racismo e de xenofobia. As palavras do presidente colocam um ponto final num episódio infeliz da democracia, e com o qual é importante aprender.”

André Ventura, que esteve nos Passos Perdidos a ouvir a sucessiva chuva de críticas que os deputados iam deixando ao microfone, começou por lamentar que o Bloco tenha levantado a questão dos seus comentários numa reunião em que a agenda de trabalhos se limitava a agendamentos. Disse não se rever na posição de Ferro Rodrigues nem da conferência de líderes e considerou “lamentável” a existência de “dois pesos e duas medidas”, por ter havido quem tenha chamado “mentecaptos” a juízes ou por Ferro Rodrigues ter dito que tinha que o “travar” sem que nada lhes acontecesse, e agora o condenarem pela sua “linguagem irónica”. Pela qual, garantiu, não vai pedir desculpa. E ainda considerou que Ferro “não tem mais autoridade moral que qualquer outro deputado para fazer as declarações que fez”.

Recusando ter ultrapassado qualquer linha vermelha no relacionamento entre deputados, Ventura fez um aviso: “Vai haver um dia em que esta casa [o Parlamento] vai perceber que não representa quase nada lá fora”. Sobre a proposta de devolver às antigas províncias ultramarinas o património que existe em museus nacionais, Ventura considerou não fazer sentido obrigar os portugueses a pagar e avisou que se está a “abrir a ferida da guerra colonial”.

Vincou que as suas críticas “nunca serão pela cor da deputada Joacine; o que está em causa é a ideia de reescrever a história” e a ideia de que a deputada “parecer estar mais a defender os interesses de outros do que dos portugueses” - quando os deputados são eleitos para defenderem Portugal e não outros países como Angola, Cabo Verde ou Moçambique, disse Ventura, acrescentando que os impostos não devem servir para “indemnizar o colonialismo” e que as fronteiras “são para entrar e para sair”.

5.2.2. Estereótipo

Joacine Katar Moreira defende salário mínimo de 900 euros como "ato de amor"

Deputada do partido Livre sustenta que "política sem amor é comércio".

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/joacine-katar-moreira-defende-salario-minimo-de-900-euros-como-ato-de-amor> - acesso em 19/11/2020

Lusa - 13 de Novembro de 2019 às 18:10

A deputada do Livre, Joacine Katar Moreira, levou esta quarta-feira ao debate quinzenal com o primeiro-ministro, António Costa, a sua proposta de um salário mínimo de 900 euros, considerando que esse montante constitui um "ato de amor".

Na sua intervenção no primeiro debate quinzenal da legislatura, a deputada Joacine Katar Moreira, do partido Livre, afirmou que "não se pode falar de salário mínimo nacional sem se falar de amor", sustentando que "política sem amor é comércio", enquanto o primeiro-ministro considerou que o salário mínimo nada tem a ver com amor", mas com justiça social.

"Não podemos estar a achar que é útil e que é ótimo um ordenado mínimo para os outros, com o qual nós éramos incapazes de sobreviver. E eu sei exatamente o que é que é sobreviver com o ordenado mínimo nacional", afirmou a deputada.

Joacine Katar Moreira considerou que um salário que ronda os 600 euros é "um ordenado mínimo de absoluto desamor", acrescentando que um ordenado mínimo de 750 euros não pode ser "um objetivo último".

Por outro lado, defendeu, um ordenado mínimo de 900 euros é uma "ferramenta de justiça social" e também "um ato de amor ", referindo-se ao valor defendido pelo partido no programa eleitoral que apresentou nas últimas legislativas.

O primeiro-ministro, António Costa, discordou: "A atualização do salário nada tem a ver com amor. Tem a ver com uma questão de justiça e uma medida de política económica, não é amor", respondeu.

O chefe do executivo afirmou que o valor de 750 euros "não é um objetivo final", mas sim um objetivo "desta legislatura", acrescentando que "o objetivo do salário mínimo nacional tem que ser prosseguido tendo em vista o que são as condições económicas do país, das empresas", assim como a necessidade de "combater a pobreza no trabalho".

"Mas há uma coisa que tenho a certeza, é que daqui a quatro anos nós não atingimos o objetivo final, daqui a quatro anos estaremos a começar um novo objetivo final", concluiu o primeiro-ministro.

Das saias do assessor ao conflito com o Livre. O "folhetim" Joacine terminou ou está para durar?

A Assembleia do Livre concluiu que não há razões para sanções disciplinares no conflito que opõe a direção do partido à deputada Joacine Katar Moreira. Fim da novela ou mais um episódio? O DN recapitula a história

<https://www.dn.pt/poder/o-folhetim-joacine-katar-moreira-em-13-episodios-11603662.html> -
acesso em 21/11/2020

Fernanda Cância - 10 de Dezembro de 2019 às 01:50

Ausente em Madrid na COP25 (a conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas), Joacine Katar Moreira faltou esta terça-feira ao terceiro debate quinzenal da legislatura - e último deste ano.

Por essa razão, não se conheceu nenhuma reação pública da deputada à decisão da Assembleia do Livre (órgão máximo entre congressos, na verdade o "Parlamento" do partido) de não a sancionar pelo conflito com a direção executiva do partido - mas censurando-lhe no entanto as declarações "[gravosas para a honra e dignidade do partido](#)" que fez.

O DN recapitula um folhetim cheio de avanços e recuos - e potencialmente danoso, a prazo, para o crescimento eleitoral do Livre, um partido fundado em 2014 sobretudo à base do impulso do historiador Rui Tavares, um independente de esquerda antigo compaignon de route do Bloco de Esquerda (partido pelo qual foi eleito eurodeputado em 2009 e de que se afastaria em 2011, mantendo no entanto o mandato em Bruxelas até ao fim).

6 de outubro. Uma deputada eleita

À segunda tentativa, o Livre consegue obter um mandato na Assembleia da República (em 2015 tentara mas falhara). A eleita é Joacine Katar Moreira, historiadora ativista das causas antirracistas nascida na Guiné Bissau em julho de 1982. Joacine é eleita pelo círculo de Lisboa, onde o Livre obtém 22807 votos (2,07%). A nível nacional o partido obtém 57,1 mil votos (1,09%).

25 de outubro. O assessor de saias

O Parlamento inicia funções. Rafael Esteves Martins, assessor da deputada, faz sensação por ter ido para o Parlamento vestido de saias. Joacine terá recusado as sugestões da direção do Livre para lhe constituírem a assessoria no Parlamento, escolhendo ela própria quem queria a acompanhá-la. Rafael Esteves Martins faz-se assessor de imprensa.

30 de outubro. Extrema gaguez

Joacine Katar Moreira intervém pela primeira vez no plenário, no primeiro de dois dias de discussão do programa de Governo. A sua extrema gaguez torna a sua intervenção praticamente ininteligível. A deputada pede uma revisão da Lei da Nacionalidade para que sejam considerados portugueses todas as pessoas nascidas em Portugal, mesmo com os pais sendo estrangeiros.

22 de novembro. O voto maldito

No plenário da Assembleia da República delibera-se sobre votos apresentados pelos vários partidos. Um deles, do PCP - que acabaria por ser aprovado -, condena-se o governo de Israel pelos ataques a Gaza. Estranhamente, Joacine Katar Moreira abstém-se. Apoiantes do Livre começam de imediato a manifestar nas redes sociais perplexidade com o sentido de voto da deputada do partido.

23 de novembro (I). Direção demarca-se

A direção executiva do Livre ("Grupo de Contacto") emite um [comunicado](#) demarcando-se da abstenção de Joacine no voto do PCP. Afirma-se mesmo "preocupada" com a decisão da deputada, "em contrassenso com o programa eleitoral do LIVRE e com o historial de posicionamento do partido nestas matérias".

23 de novembro (II). Joacine responde

No mesmo dia do comunicado do Grupo de Contacto, a deputada responde, com outro comunicado, onde diz: "Votei contra a direção de mim mesma". Segundo explica, a abstenção ocorreu porque a direção do partido não lhe respondeu durante "três dias de contacto infrutífero" ao pedido de orientação de voto. O Grupo de Contacto responde com uma declaração de um seu membro, Pedro Nunes Rodrigues, que assegura que Joacine nunca pediu orientação de voto: "A dificuldade de comunicação passa também por ela, para o gabinete dela uma vez que nunca se dirigiu aos restantes membros da direção a pedir uma ajuda naquele voto específico."

24 de novembro (I). Queixa disciplinar

Queixa disciplinar. A "Assembleia" do Livre reúne. Emite um [comunicado](#) no fim onde afirma que "apoiantes e eleitores olham para as declarações dos últimos dias com perplexidade". "Assumimos as dificuldades de comunicação e queremos garantir que estamos a trabalhar em conjunto para as resolver, reafirmando que o partido continua unido e focado em torno do seu programa político e eleitoral." O que o comunicado não diz é que a Assembleia pediu a intervenção do Conselho de Jurisdição do partido para avaliar se não haveria lugar a sanções.

24 de novembro (II). "Abandonada"

Joacine volta a disparar sobre a direção do partido. "Fui eu que ganhei as eleições, sozinha, e a direção quer ensinar-me a ser política", afirma, ao [Observador](#).

26 de novembro (I). "Isto é um golpe"

Escalada no conflito com uma declaração da deputada ao site [Notícias ao Minuto](#) onde afirma: "Isto trata-se de um autêntico golpe e a minha resposta é esta: não sou descartável e exijo respeito". "Nunca imaginei que um mês depois das eleições - não é um ano, é um mês - eu ia estar a ser avaliada e colocada numa situação destas pelos meus camaradas", afirma ainda. Nas mesmas declarações, a deputada afirma que, afinal, os problemas com a direção do Livre já vinham de algum tempo: "Senti-me abandonada pela direção de campanha que não tinha uma estratégia para que eu ganhasse. Não houve esse investimento, não houve esta confiança de que havia alguma hipótese de ser eleita."

26 de novembro (II). Falha no agendamento

O [DN](#) e o Público noticiam que a deputada do Livre falhou no Parlamento o agendamento do projeto do partido de revisão da Lei da Nacionalidade - que tinha sido, recorde-se, o tema principal da primeira intervenção da parlamentar no hemiciclo. Só pela intervenção do presidente da AR, Ferro Rodrigues, é que esse agendamento é permitido, junto o articulado do Livre a outros apresentados pelo BE, PCP e PAN. A discussão será esta quarta-feira.

27 de novembro. A escolta da GNR

Mais um caso em torno da deputada. Para poder percorrer os corredores do Parlamento sem ser incomoda pelos jornalistas, Joacine Katar Moreira pede escolta à GNR através do seu assessor Rafael Esteves Martins. "Larguem o osso", pede o assessor aos jornalistas, via Tweeter. Tanto a deputada como o assessor apagaram entretanto as suas contas nesta rede social.

28 de novembro. Sá Fernandes julga

Um [comunicado](#) do Conselho de Jurisdição do Livre informa que o caso foi remetido para a Comissão de Ética e Arbitragem (CEA) do partido, sendo o relator o advogado Ricardo Sá Fernandes. A CEA poderá "propor atuação disciplinar, se for caso disso".

8 a 10 de dezembro. "Não existe conflito nenhum"

A Assembleia do Livre começa a analisar um parecer elaborado pela CEA. O conteúdo deste parecer não é divulgado - mas sabe-se que não propõe sanções disciplinares. O CEA diz também que não lhe compete avaliar se os problemas entre a deputada e a direção executiva do Livre poderão, ou não, conduzir uma perda de confiança política do partido na sua deputada. À entrada da reunião, Joacine Katar Moreira surpreende dizendo que afinal "não existe conflito absolutamente nenhum". Há sim "uma relação de diálogo e entendimento e é sobre isso que iremos falar". A reunião prolonga-se durante dois dias. Esta terça-feira saiu o comunicado da Assembleia: não há sanções disciplinares, serão feitos esforços para melhorar a articulação do partido com o seu gabinete parlamentar. Mas não deixa de censurar a deputada por não ter existido da parte desta "um pedido de desculpas" face a declarações "gravosas para a honra e dignidade do partido".

Saber se o conflito está mesmo sanado ou não é, por ora, um incógnita. Nesta quarta-feira Joacine Katar Moreira regressará à atividade parlamentar debatendo no hemiciclo o processo de revisão da Lei da Nacionalidade.

LIVRE

Joacine: “Elegeram uma mulher negra que gagueja e deu jeito para a subvenção”

A deputada subiu ao palco pela segunda vez para voltar a acusar a direção de mentiras. Confirmou que recusa sair do Parlamento.

<https://www.publico.pt/2020/01/18/politica/noticia/joacine-elegeram-mulher-negra-gagueja-deu-jeito-subvencao-1900823> - acesso 22/11/2020

Sónia Sapage e Liliana Borges - 18 de Janeiro de 2020 às 12:25

Num tom visivelmente exaltado, [Joacine Katar Moreira falou por duas vezes aos congressistas para se queixar de uma perseguição e intimidação por parte da direção](#). “Elegeram uma mulher negra que gagueja e que [deu jeito para a subvenção](#)”, acusou, na segunda intervenção. “Vocês não sabem da missa a metade”, insinuou.

“Isto é ilegal, eu acho que isto é ilegal”, disse no final desta intervenção. E depois, já fora do palco e longe dos microfones, continuou a gritar. “É ilegal, ilegal, não se faz isto a ninguém. Como é que é possível, isto? Mentira!”, gritou, quase já sem voz, rouca, mas sem gaguejar.

“A proposta apresentada pela assembleia fere a minha honra”, disse Katar Moreira quando ainda estava no palco. “Vim aqui porque o meu objetivo era fazer parte, ser igualmente uma agente de ação, de mudança absoluta. Foi por isto que cantámos o hino ‘vamos dar um pontapé no estaminé’, que não íamos ser iguais aos outros”, acrescentou.

No discurso anterior [que não estava previsto na ordem de trabalhos e que foi a sua primeira declaração pública sobre o assunto nos últimos dias], disse: “É irónico. Mas não é anormal numa democracia [que haja tanta crispação]. É hábito no nosso partido, no PS, no CDS e noutros. Isto é a normalidade democrática. Mas o elemento fundamental tem de ser a ética e a verdade. Sem a ética e sem a verdade nós nunca estaremos na normalidade.”

“Nunca me foi retirada a confiança em toda a minha existência”, revelou Joacine na primeira intervenção. A deputada disse que sente que a sua liberdade de escolha tem sido limitada desde a definição do seu gabinete parlamentar, logo após as eleições.

“No Livre ninguém toma decisões por ninguém”, atirou. “Muita gente reclamou que as pessoas do meu gabinete parlamentar não tinham ligação ao partido. Um deles é fundador [Rafael Esteves Martins], recolheu assinaturas, algo que muitos de vocês aqui não fizeram. Outra foi candidata às eleições. Se ela é boa para ser candidata por que não é boa para ser do gabinete?”, continuou Joacine, cada vez mais exaltada.

A deputada trouxe um conjunto de papéis que mostra “o trabalho de dois meses e tal na assembleia a serem mandados embora, descredibilizados”, argumenta.

“Não houve falha nenhuma no cumprimento das ideias e do programa do partido. Em todas as áreas. Isto é facilmente comprovável”, garantiu. Para Joacine Katar Moreira, a crise do partido acontece porque “nacionalmente e internacionalmente o Livre não está preparado para os votos dos portugueses”.

“Isto é uma época de imensa iniciativa, mas a iniciativa mais importante de hoje é felicitar o facto de se terem deslocado até aqui hoje. Eu nunca vi tantas pessoas do partido unidas. Nunca vi e efetivamente não faço ideia de onde vieram a maior parte dos indivíduos aqui. Isto é fundamental para qualquer partido que queira alguma resiliência, união. Infelizmente o elemento desta união não é necessariamente a união”, notou, já no segundo discurso.

Dois minutos para falar

Seguiram-se intervenções de dois minutos, incluindo a de Geizy Fernandes, da assembleia, que se resume numa frase: “A Joacine sabe que não é mentira”, disse, referindo-se à deliberação da assembleia. A seguir, Miguel Won, do núcleo territorial de Lisboa e [autor do texto que critica o experimentalismo do partido](#), propôs que fosse votada uma moção de confiança à assembleia do Livre, que agora cessa funções e que aprovou a polémica decisão sobre Joacine.

Um outro apoiante notou que, quando uma deputada não consegue nem o consenso interno, então deve colocar o seu lugar à disposição, renunciando ao mandato. Foi fortemente aplaudido.

“Nós, no Livre, não decidimos em tribunais populares, não somos estalinistas, gostamos que as decisões que são tomadas respeitem todos os aspetos. A decisão da assembleia tem, em 100%, o meu apoio”, disse Pedro Mendonça que é candidato à próxima direção.

Também Jorge Pinto, que concorre à nova assembleia, disse que o Livre não é um partido estalinista que “faz julgamentos na praça pública”. O candidato pediu urbanidade e apelou a que não se fizessem clagues, no congresso, para ver quem berra mais alto, numa clara alusão à intervenção da deputada. “Não Joacine, não devemos ter vergonha da subvenção, porque ela não foi ganha só em Lisboa”, registou. De todas as curtas intervenções, foi a mais aplaudida.

“Há casos em que a melhor terapia de casal é o divórcio”, concluiu Bárbara Tengarrinha, outra apoiante do partido.

"Isto é mentira! Tenham vergonha!": Joacine Katar Moreira reage a ataque do Livre

Deputada insurge-se contra proposta de retirada de confiança política e garante que não irá abandonar o Parlamento

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/isto-e-mentira-tenham-vergonha-joacine-katar-moreira-reage-a-ataque-do-livre> - acesso em 22/11/2020

Salomé Pinto - 19 de Janeiro de 2020 às 10:12

A tensão entre Joacine Katar Moreira e o Livre atingiu o clímax este sábado, no primeiro dia do nono congresso do partido. Depois de apresentada a proposta de retirada de confiança

política à deputada única do Livre, Joacine foi ao púlpito, bateu com a mão na mesa e gritou furiosa, quase sem gaguejar: "Isto é uma mentira! É uma vergonha! Como é que ousam afirmar que eu não ouvi as pessoas, que não fui leal ao partido, que desrespeitei o que foi decidido?"

A mesa do congresso pediu a Joacine para se acalmar, mas a reação da parlamentar foi inversa: "Não me peças calma, isto é uma perseguição absoluta! Elegeram uma mulher negra que foi útil para a subvenção, tem de ser útil para nos defender". Joacine sublinhou ainda que está fora de questão renunciar ao mandato de deputada, caso seja efetivamente desvinculada do partido que representa.

A resolução que visa o afastamento de Joacine foi subscrita por todos os membros da Assembleia, entre os quais o fundador do Livre, Rui Tavares. O texto acusa Joacine de "isolamento" de "falta de diálogo com a direção" e de ser "intransigente".

Submetida a votação dos membros do partido, a decisão de retirar confiança política acabou por ser adiada para a futura direção que sair das eleições deste congresso.

A solução encontrada foi incentivada por alguns membros, nomeadamente por Ricardo Sá Fernandes e pelo fundador Rui Tavares. "Em nenhum partido democrático do Mundo se exclui ou se retira a confiança política sem ouvir o partido", afirmou o advogado e membro do Conselho de Jurisdição do Livre Sá Fernandes, durante o seu discurso.

Fundador dá razão à Assembleia

O fundador do Livre revelou ontem que esteve na Assembleia que decidiu, por unanimidade, a proposta de retirada de confiança a Joacine. Para o antigo eurodeputado, "a Assembleia fala verdade". Rui Tavares, que votou a favor do adiamento da decisão, garantiu que "o processo não vai ser arrastado".

SAIBA MAIS

2014

Ano em que foi legalizada a fundação do partido Livre. Entre os seus fundadores, está o antigo eurodeputado independente eleito pelo Bloco de Esquerda Rui Tavares.

Divórcio do Bloco

Em 2011, Rui Tavares decidiu romper a confiança pessoal e política com o coordenador nacional do BE, na altura Francisco Louçã, por este ter acusado publicamente o então eurodeputado de fazer desaparecer da história [BE] Fernando Rosas.

5.2.2 Exposição

No frenesim parlamentar, só um partido não tem iniciativas: o Livre

XIV Legislatura A fragmentação em dez forças da representação parlamentar conduziu à hiperproliferação de iniciativas legislativas. Já deram entrada 140, em apenas três semanas. O PCP é quem mais produz: 52 iniciativas.

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/16-nov-2019/no-frenesim-parlamentar-so-um-partido-nao-tem-iniciativas-o-livre-11520631.html> - acesso em 19/11/2020

João Pedro Henriques - 16 de Novembro de 2019 às 00:25

Em 21 dias de atividade parlamentar na XIV Legislatura, a Mesa da Assembleia da República (AR) já recebeu um número recorde de iniciativas dos partidos: 140 ao todo, segundo os [dados disponíveis](#) na sexta-feira ao fim da tarde. É uma média de mais de seis (6,6) iniciativas por dia (incluindo sábados e domingos), da autoria de todos os partidos parlamentares. De todos os partidos - menos de um.

O Livre, da deputada Joacine Katar Moreira. Até agora, a parlamentar não assinou um único projeto de lei. Nem Projeto de Resolução (recomendações ao governo, não vinculativas) nem nenhum tipo de iniciativa legislativa, mesmo de deliberações parlamentares (os votos de

"saudação" ou "pesar" ou "protesto", como os 34 que ontem foram votados ao fim da manhã - e que não contam para a estatística das 140 iniciativas já formalizadas).

Sendo certo que Joacine Moreira já anunciou pelo menos duas ideias - uma nova Lei da Nacionalidade que determine que é português quem nasce em Portugal, mesmo filho de estrangeiros e a trasladação para o Panteão dos restos mortais de Aristides de Sousa Mendes -, a verdade também é que nenhuma das duas ideias foi ainda convertida em diploma legislativo.

Quanto à Lei da Nacionalidade, o Livre foi aliás ultrapassado logo no primeiro dia de atividade parlamentar (25 de outubro) pelo Bloco de Esquerda, que apresentou um [projeto](#) exatamente no mesmo sentido.

Os outros dois partidos de deputado único - o Chega, com André Ventura, e a Iniciativa Liberal, de João Cotrim Figueiredo - já têm projetos de diplomas formalmente entregues na Mesa da AR: quatro e dois, respetivamente.

Um da Iniciativa Liberal, propondo uma "[alteração ao Regimento da Assembleia da República \[...\] de modo a assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos](#)", acabou por ganhar grande protagonismo mediático nesta semana.

Isto depois de a conferência de líderes ter decidido na semana passada que os partidos de deputado único não teriam voz no debate quinzenal com o primeiro-ministro que ocorreu na quarta-feira. A decisão acabaria por ser corrigida, sendo dado ao Chega, IL e Livre um minuto e meio (cada um), por consenso entre os partidos e após pressão nesse sentido do presidente da AR, Ferro Rodrigues, e do próprio Presidente da República.

Fim dos debates quinzenais?

Seja como for, o facto é que o processo de revisão do regimento vai avançar e já se fala na hipótese, proposta pelo PSD, de os debates quinzenais com o primeiro-ministro passarem a debates mensais.

O que o PS fará com esta proposta não se sabe. É, porém, do conhecimento geral que o fim dos debates quinzenais teve em tempos em António Costa um fervoroso apoiante. "Uma das invenções mais estúpidas que a Assembleia da República fez nos últimos anos", foi o que Costa disse, já há alguns anos, quando era comentador na Quadratura do Círculo (e ainda não

tinha chegado a líder do PS, sendo "apenas" presidente da Câmara Municipal de Lisboa). Debates com esta periodicidade "são coreografados para serem um duelo entre matadores", ou seja, só serviriam para "a deterioração cada vez mais acentuada das relações entre os principais atores políticos".

PCP lidera a corrida

Na verdadeira corrida parlamentar em curso para ver quem apresenta mais iniciativas legislativas, o partido liderante é, pelo menos por enquanto, o PCP, com 52 diplomas. Sete dessas iniciativas refletem uma prioridade claramente assumida pelos comunistas - a de tirarem do Código do Trabalho as alterações aprovadas no período da troika pelo governo PSD/CDS.

O segundo partido mais produtivo é o Bloco de Esquerda, com 26 iniciativas (seis das quais sobre o Código do Trabalho) e o terceiro o PEV (23). Depois o PAN (14), o CDS-PP (12), o PSD (oito). O maior partido da AR, o PS, tem apenas duas iniciativas (sendo uma delas de revisão do regimento).

O governo ainda não apresentou nenhuma proposta de lei. O OE 2020 deverá entrar em 16 de dezembro.

JOACINE KATAR-MOREIRA

A favor, contra ou abstenção. Como tem votado a deputada única do Livre

A tomada de posse foi há menos de um mês e nas três sessões de votações no parlamento Joacine Katar Moreira tem optado pela abstenção em várias questões polémicas. Uma dessas abstenções valeu-lhe a condenação do partido.

<https://www.publico.pt/2019/11/23/politica/noticia/votado-deputada-unica-livre-1894826> -

acesso em 19/11/2020

Ruben Martins - 23 de Novembro de 2019 às 14:57

Nas várias deliberações apresentadas nesta legislatura, a deputada única do Livre Joacine Katar Moreira tem votado maioritariamente alinhada com os restantes partidos da esquerda, em especial com PCP, PEV e BE e também com o PAN, abstendo-se em alguns votos mais polémicos. Neste sábado o [grupo de contacto \(direção\) do Livre](#) manifestou “a sua preocupação com o sentido de voto da deputada Joacine Katar Moreira” depois de aquela se ter [abstido num voto sobre a questão palestiniana](#).

Nos votos que geraram clivagens entre os partidos, nomeadamente sobre questões internacionais, Joacine tem aprovado os votos apresentados à esquerda e tem-se absterido ou mesmo rejeitado os votos apresentados pela direita. Esta clivagem deve-se, muitas vezes a questões de ordem ideológica presentes nos artigos a votação — são exemplos disso as votações da deputada nas questões chilena e bolivariana.

Sobre o ataque ao quartel dos bombeiros de Borba, a deputada do Livre votou contra o voto apresentado pelo Chega, absteve-se no voto apresentado pelo CDS (a esquerda votou contra) e aprovou os restantes votos, incluindo o do PSD.

A deputada absteve-se na questão venezuelana em votos apresentados pelo CDS e PSD.

Nos vários votos de congratulação com a equiparação do comunismo estalinista ao fascismo, aprovada pelo Parlamento Europeu, a deputada votou contra. Joacine acabou por aprovar o voto de “condenação de todos os regimes totalitários, reafirmando a importância de políticas de valorização da memória”, apresentado pelo PS.

A deputada absteve-se também no voto “de saudação à construção da democracia em Portugal”, apresentado pelo PS, um texto apresentado a propósito do 25 de Novembro. O voto de saudação do PS foi uma resposta à proposta do CDS de “saudação do 44.º aniversário do 25 de Novembro”. Nessa votação, Katar Moreira não participou uma vez que estava ausente do hemiciclo, justificou este sábado em comunicado.

Em relação aos projetos de lei, votados na generalidade, Joacine mostrou-se a favor do reforço dos cuidados de assistência na gravidez e no parto e da existência de valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior. A deputada do Livre votou ainda favoravelmente as recomendações ao Governo para que garanta as condições para a realização

de sesta na educação pré-escolar, pela defesa do Pinhal de Leiria ou pela discriminação positiva dos doentes com doenças inflamatórias do intestino.

Mas o ato mais polémico é a abstenção na "condenação da nova agressão israelita a Gaza e da declaração da administração Trump sobre os colonatos israelitas". Este voto, apresentado pelo PCP, mereceu [um comunicado da direção do Livre](#), afirmando que o texto levado a votação pelos comunistas “colhe uma posição favorável por parte da direção do partido LIVRE”, ao contrário do voto da deputada.

CHEGA

Não há coletes antibala nas faturas que Ventura mostrou no Parlamento

O PÚBLICO pediu ao deputado André Ventura uma cópia das faturas que apresentou no Parlamento como prova de que os polícias e GNR compram coletes antibalísticos, mas nas 56 faturas enviadas não há nenhum colete. Mais tarde, o deputado enviou uma

<https://www.publico.pt/2019/11/28/politica/noticia/nao-ha-coletes-antibala-facturas-ventura-mostrou-parlamento-1895463> - acesso em 20/11/2020

Bárbara Reis - 28 de Novembro de 2019 às 17:39

As faturas que o deputado André Ventura, do Chega, [exibiu há dias na Assembleia da República](#) como prova de que o “primeiro-ministro mentiu” [sobre os polícias comprarem coletes](#) de proteção antibalística não incluem nenhum desses coletes.

O PÚBLICO pediu ao partido [os documentos que Ventura mostrou](#) no debate de 20 de Novembro e, uns dias depois, o assessor enviou 56 faturas. Esses talões mostram a venda de 328 bens que, segundo o Chega, foram comprados por membros da PSP e da GNR para colmatar as faltas de material fornecido pelo Estado.

Essas 56 faturas mostram que foram comprados 34 pares de algemas, mas nenhum colete antibala e nenhuma lata de gás pimenta, os três exemplos referidos pelo deputado do Chega em dois debates parlamentares.

Do total de bens, cerca de 90 são itens de fardamento, para o qual as forças de segurança recebem um subsídio do Estado de 50 euros por mês. A palavra mais comum é “porta”, para porta-chaves, porta-algemas, porta-bastão ou porta-luvas. Nessa categoria, há 81 itens comprados. Se juntarmos os fiadores (12), são mais de 90. Há cinco compras de “elásticos pretos”, cinco de pomada, oito lanternas e 20 pares de luvas táticas, entre outros materiais.

As 56 faturas compreendem um período de dois anos e meio — entre Maio de 2017 e Novembro de 2019 — e são todas da mesma loja de Alter do Chão, a Pavaludi – Fardas e Acessórios. São também todas duplicados (numa compra, as faturas originais são entregues ao cliente e o duplicado fica na posse do comerciante).

A 13 de Novembro, dia de estreia de Ventura nos debates quinzenais parlamentares, Ventura disse que um país ter “polícias a comprarem algemas, coletes e gás pimenta devia envergonhar qualquer Governo”. O primeiro-ministro, o socialista António Costa, respondeu que “essa não é a realidade: em matéria de forças de segurança, sugiro que mude de informador porque esse informador é mau”.

Mudar de informador

Uns dias depois, a 20 de Novembro, Ventura regressou ao tema e mostrou umas [folhas com cópias de faturas de braço no ar, dizendo](#): “Tivemos nesta casa um primeiro-ministro que mentiu aos portugueses. Disse, e cito: ‘Os polícias não têm de comprar equipamentos para si próprios. Senhor André Ventura, mude de informador.’ Aqui estão as faturas, de dezenas de polícias, da compra de elementos e material pago do seu bolso. Estão aqui, são do país inteiro e deviam envergonhar qualquer democracia. Estão aqui faturas de algemas, de coletes e de tudo o mais que o senhor primeiro-ministro disse que não existia.” No fim, disse ao microfone que iria entregar as provas à mesa da Assembleia da República, para consulta dos colegas dos outros partidos.

Esta quinta-feira, o PÚBLICO perguntou ao deputado Ventura qual a razão para mostrar no Parlamento faturas que não incluem coletes antibalísticos, quando ao descrevê-

las disse: “Estão aqui faturas de algemas, de coletes e de tudo o mais.” Como resposta, o assessor do Chega enviou quatro faturas diferentes das primeiras 56: uma da compra de um colete antibalístico e três com itens semelhantes às 56 anteriores. Duas destas três faturas são praticamente iguais às duas únicas que Ventura exibiu no Parlamento e que são visíveis nos [vídeos do debate](#). Até à noite, o PÚBLICO aguardou um prometido comentário do deputado.

Contactado o gabinete do Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, o seu assessor disse ao PÚBLICO que “a divisão de apoio ao plenário não recebeu até hoje qualquer documento do deputado Ventura”.

As forças de segurança recebem, além do salário, uma “comparticipação na aquisição de fardamento” que é distribuída pelos 12 meses do ano. Neste momento são 50 euros por mês: 50 euros mensais x 12 = 600 euros anuais. Uma lei aprovada em 2009 ([DL 298/2009](#)) sobre o sistema remuneratório previa o aumento gradual da participação anual para a compra de fardamento, prevendo 150 euros em 2010, 200 euros em 2011, 250 euros em 2012, 300 euros em 2013 e 600 euros em 2014.

Tanto o “[Regulamento de uniformes do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública](#)”, de 2016, como a [Portaria n.º 317/2016, referente à GNR](#), são minuciosos sobre o que o Estado considera fardamento. Calças, casacos, camisas, botas, boinas, luvas, emblemas e até peúgas são partes da farda que o subsídio anual é suposto cobrir. As 56 faturas enviadas por Ventura incluem cinturões, boinas, calças, emblemas, divisas, botas, polos, camisas de instrução e coletes refletos, entre outros materiais que são fardamento subsidiado pelo Estado. Incluem também luvas táticas, que são equipamento que o Estado atribui em função das necessidades operacionais.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Novos partidos não fizeram perguntas ao Governo e entregaram 18 diplomas no primeiro mês

O Chega apresentou 12 iniciativas legislativas, a Iniciativa Liberal quatro e o Livre duas. Nenhum dos três fez perguntas ou apresentou requerimentos ao Governo.

<https://www.publico.pt/2019/11/30/politica/noticia/propostas-chega-iniciativa-liberal-livre-1895338> - acesso em 20/11/2020

Sofia Correia Baptista - 30 de Novembro de 2019 às 20:51

Entre os [três novos partidos na Assembleia da República](#), o Chega é o que tem mais iniciativas legislativas. Até este sábado, momento em que o PÚBLICO analisou os dados, o Chega apresentou 12 iniciativas, das quais 11 foram projetos de resolução e um foi um projeto de regimento. Este último tem como objetivo alterar as normas que vigoram na Assembleia da República, “eliminando a diferença qualitativa de tratamento atualmente existente entre os partidos políticos”.

No entanto, foi João Cotrim de Figueiredo, deputado da Iniciativa Liberal, o primeiro a [apresentar um projeto de alteração ao regimento da Assembleia da República](#). O objetivo é o mesmo: “assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos”.

Cotrim de Figueiredo propõe que os deputados únicos tenham assento na comissão permanente e na conferência de líderes com direito a voto, entre outras alterações que, para os liberais, “reequilibram a relação parlamentar entre os grupos parlamentares e os deputados únicos”, uma vez que o regimento “atribui direitos muito distintos aos deputados integrantes de grupos parlamentares e aos deputados únicos”.

A [revisão das regras](#) será feita por um grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. O grupo será coordenado por Pedro Delgado Alves (PS) e é constituído por José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS), Inês Sousa Real (PAN), Pedro Rodrigues (PSD), André Ventura (Chega), João Cotrim de Figueiredo (Iniciativa Liberal) e Joacine Katar Moreira (Livre).

Além da proposta de alteração ao regimento, a Iniciativa Liberal apresentou mais três iniciativas: dois projetos de resolução e um projeto de lei. O projeto de lei defende que os recibos de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem [passem a ter os custos suportados](#)

[pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a Segurança Social](#). Com esta alteração, “a perceção do custo das prestações sociais tornará os cidadãos mais exigentes com as despesas do Estado”, considera João Cotrim de Figueiredo.

Os dois projetos de resolução da Iniciativa Liberal recomendam ao Governo que “não introduza um sistema de incentivos à assiduidade dos funcionários públicos” e que não implemente a “[obrigatoriedade de permanência dos médicos no Serviço Nacional de Saúde](#) após a formação especializada”. O partido considera esta medida “absolutamente inaceitável” porque limita a liberdade de escolha.

Chega apresenta propostas para as forças de segurança

Os 11 projetos de resolução do Chega abrangem diversos temas, mas destacam-se as propostas para as forças de segurança. O partido de André Ventura quer um “reforço do investimento e valorização” desses profissionais, a “reorganização e reforço” dos efetivos e a atribuição do estatuto de profissão de desgaste rápido e de um subsídio de risco.

O Chega propôs ainda a constituição de uma comissão para estudar a [redução do número de deputados na Assembleia da República](#), o alargamento da construção de residências geriátricas, a aplicação de “urgentes medidas” para garantir a sustentabilidade da ADSE e a abolição das portagens na A28 e na Via do Infante. Na área da educação, o partido mostrou-se “contra a [ideologia de género](#) nas escolas” e defendeu a contratação de mais profissionais, especialmente pessoal não docente.

No diploma sobre a chamada “ideologia de género”, André Ventura defende que, “na origem, a teoria do género é um produto do feminismo racial que, aproveitando-se da conceção marxista da luta entre opressores e oprimidos, expressa uma lógica liberal de matriz norte-americana em matéria de costumes”, além de haver “um propósito totalitário de desconstrução da sociedade, destruindo a família de base biparietal, por via da educação das crianças e dos jovens”. No limite, lê-se no projeto, “pretende-se eliminar Deus que nos criou à sua imagem, homem e mulher”.

Defendendo a “imediate suspensão” do Despacho 7247/2019, que considera oficializar “a implementação da Ideologia de Género nas Escolas”, o deputado do Chega lembra que “uma das medidas mais polémicas” daquele texto “é que as escolas são obrigadas a deixarem a

criança, de qualquer idade, escolher a casa de banho e o balneário de acordo com o seu ‘género’”.

O Chega apresentou também um projeto para a instauração de uma “celebração solene” do 25 de Novembro. No dia 22, o Parlamento [aprovou um voto de saudação apresentado pelo CDS](#) a propósito do 44.º aniversário da tentativa de golpe militar.

Aristides de Sousa Mendes e lei da nacionalidade

Até este sábado, o Livre tinha apresentado duas iniciativas: um projeto de lei e um projeto de resolução. O projeto de resolução pretende [conceder honras de Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes](#). Para a deputada Joacine Katar Moreira, o diplomata “desafiou a ideologia fascista” e deve ser reconhecido enquanto “referência ética e cívica”.

O projeto de lei apresentado pelo Livre propõe uma alteração à lei da nacionalidade. O partido considera que atribuir a nacionalidade portuguesa a quem nasceu em território português, “mais do que um imperativo fundamental”, é uma “obrigação de justiça social”. O projeto foi entregue no dia 26, [fora do prazo](#) para que o tema seja arrastado para o debate já agendado pela conferência de líderes, [conforme avançou o PÚBLICO](#). A proposta deveria ter sido apresentada até dia 22 de Novembro para entrar no alinhamento do plenário de dia 11 de Dezembro, mas o presidente da Assembleia da República [promoveu um consenso para admitir “a título excepcional” que o projeto do Livre também seja debatido](#).

Nenhum dos três partidos com um único deputado (Chega, Iniciativa Liberal ou Livre) fez perguntas ou apresentou requerimentos ao Governo. Neste indicador destacam-se, entre todos os partidos, o Bloco de Esquerda com 211 perguntas/requerimentos e o PCP com 92. Ao todo já foram feitas 492 perguntas.

No total dos dez partidos com representação parlamentar, o PCP é o campeão das iniciativas legislativas: já apresentou 68. Seguem-se o Bloco de Esquerda (58), o PEV (38), o PAN (32), o CDS (31), o PSD (25) e o PS (10). Já deram entrada 277 propostas desde que o Parlamento tomou posse.

Joacine recusa "paternalismo" dos deputados em debate regimental numa comissão

Deputada única do Livre envolveu-se numa breve polémica na comissão de Assuntos Constitucionais.

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/joacine-recusa-paternalismo-dos-deputados-em-debate-regimental-numa-comissao> - acesso em 20/11/2020

Lusa - 4 de Dezembro de 2019 às 13:40

Joacine Katar Moreira, do Livre, envolveu-se esta quarta-feira numa breve polémica na comissão de Assuntos Constitucionais, recusando o "paternalismo" dos deputados sobre as regras do parlamento a propósito de uma audição urgente sobre a lei da nacionalidade.

Resumindo, a deputada única do Livre propôs que fossem ouvidos um advogado e dois cidadãos para que comissão pudesse ouvir o testemunho sobre "as dificuldades" na obtenção da nacionalidade, mas como o debate sobre a mudança da lei, na generalidade, é na próxima semana, no dia 11, já não há agenda possível, até devido às jornadas do PCP, na quinta-feira e na sexta-feira, dias em que não há trabalhos parlamentares.

Foi isso que explicou o social-democrata Luís Marques Guedes, presidente da comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, remetendo essa audição, se fosse aprovada, como foi, para a fase da especialidade, depois de dia 11, após o debate na generalidade e antes de uma eventual votação final global.

Seria importante ouvir aqueles testemunhos, justificou Joacine Katar Moreira, para "realçar o contributo enriquecedor que as audições poderiam dar numa fase inicial" da discussão da alteração à lei, para além dos pareceres que chegam à comissão.

E foi nesta fase do debate que assinalou esperar que não haja "paternalismo nas intervenções de cada um".

Vários foram os deputados -- como Marques Guedes, Isabel Moreira (PS) ou Beatriz Gomes Dias (BE) -- a dizer que fazer essas audições na especialidade não era uma menorização desse tipo de auscultação.

"Não há nada de pouco digno nem se diminui ninguém quando se ouvem as pessoas na fase da especialidade", disse Isabel Moreira, com Marques Guedes a dizer depois que não tinha "veleidade de dar lições a ninguém".

A deputada do Livre recordou as vicissitudes em torno do seu projeto de lei e disse aceitar "quaisquer orientações e decisões" da comissão.

PS e PSD manifestaram-se a favor da audição, apenas tinham dúvidas quanto à sua urgência, e, no final, a audição do advogado e dos dois cidadãos foi aprovada por unanimidade, ficando decidido que aconteceria no "momento mais adequado", nas palavras de Marques Guedes.

O presidente da Assembleia da República promoveu, na quinta-feira, um consenso parlamentar e admitiu "a título excepcional" que o projeto do Livre sobre a lei da nacionalidade seja debatido juntamente com os de BE, PCP e PAN em 11 de dezembro.

Ferro Rodrigues emitiu um despacho de admissibilidade da iniciativa da deputada única do Livre para ultrapassar o impasse gerado na semana passada, quando o projeto de lei do Livre foi entregue, mas fora do prazo informalmente acordado entre os diversos partidos na legislatura anterior, uma espécie de "acordo de cavalheiros", à margem do regimento da Assembleia da República.

Joacine falha último debate quinzenal do ano com primeiro-ministro devido à cimeira do clima

Deputada do Livre viajou para a capital espanhola, integrada na comitiva da comissão parlamentar de Ambiente

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/joacine-falha-ultimo-debate-quinzenal-do-ano-com-primeiro-misnitro-devido-a-cimeira-do-clima> - acesso em 21/11/2020

Lusa - 10 de Dezembro de 2019 às 14:44

A deputada única do Livre, Joacine Katar Moreira, vai faltar esta terça-feira ao último debate quinzenal com o primeiro-ministro deste ano, no parlamento, por estar em Madrid, na cimeira das Nações Unidas sobre o clima (COP25).

Segundo fonte do gabinete da deputada única do partido da papoila, Joacine Moreira viajou na segunda-feira para a capital espanhola, integrada na comitiva da comissão parlamentar de Ambiente, e só vai regressar na noite de hoje a Portugal.

A COP25 começou segunda-feira (02 de dezembro), com a presença de 50 líderes mundiais, incluindo o primeiro-ministro português, António Costa. A 25.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, prolonga-se até sexta-feira.

Hoje mesmo, o partido Livre decidiu não aplicar qualquer sanção disciplinar à sua deputada única devido à polémica abstenção num voto no parlamento sobre uma investida israelita na Faixa de Gaza, mas lamentou as declarações públicas de Joacine Moreira.

Em comunicado, a Assembleia do Livre, órgão dirigente alargado e máximo entre Convenções reunido domingo e segunda-feira, mostrou-se "verdadeiramente consternada pelos acontecimentos das últimas semanas" em que o partido "tem estado envolvido e no evitável conflito em público a que esteve sujeito" e defendeu que "devem ser reiterados os valores que pautam a intervenção pública dos membros do Livre, incluindo os eleitos, nomeadamente a lealdade, urbanidade, o respeito pelas decisões legítimas dos órgãos e a colegialidade na tomada de decisões".

Pelos mesmos motivos de agenda, Joacine Moreira também não marcou presença hoje na Assembleia da República nas reuniões que o Governo está a ter com os diversos partidos com assento parlamentar para apresentar a sua proposta de Orçamento do Estado para 2020.

Lei da Nacionalidade gera conflito entre Joacine e Telmo Correia no parlamento

"É mentira, é mentira!", respondeu Joacine Katar Moreira às acusações do deputado do CDS-PP. A Lei da Nacionalidade dividiu esquerda e direita no parlamento

<https://www.dn.pt/poder/lei-da-nacionalidade-gera-conflito-entre-joacine-e-telmo-correia-no-parlamento-11607833.html> - acesso em 21/11/2020

Lusa - 11 de Dezembro de 2019 às 18:40

O debate parlamentar sobre a Lei da Nacionalidade dividiu esta quarta-feira o hemiciclo entre esquerda e direita e motivou mesmo um incidente e discussão acalorada entre a deputada única do Livre, Joacine Moreira, e o tribuno democrata-cristão Telmo Correia.

Na parte final da troca de argumentos, o deputado do CDS-PP acusou a parlamentar do partido da papoila de participar em manifestações em que foram ofendidos símbolos nacionais, nomeadamente a bandeira portuguesa, a qual teria sido apelidada de colonialista por representantes do Livre.

Sob protestos da bancada do BE face à intervenção de Telmo Correia, Joacine Katar Moreira pediu a palavra ao vice-presidente do parlamento José Manuel Pureza, que conduzia os trabalhos, para defesa da honra e afirmou: "em momento algum atentei contra qualquer simbologia nacional, isto é uma mentira absoluta".

O deputado democrata-cristão, na resposta, interrompido por apartes de alguns representantes da esquerda do hemiciclo, negou ter feito tal acusação, enquanto Joacine Moreira, de pé, exclamava: "é mentira, é mentira!".

O que pensam os partidos desta lei

Durante o debate, PSD, CDS-PP, Iniciativa Liberal e Chega mostraram-se contrários a novas mexidas na legislação escasso ano depois das últimas alterações.

A social-democrata Catarina Rocha Ferreira disse que "qualquer alteração tem de ter sentido de Estado e equilíbrio entre a abertura da lei e a integração efetiva e com responsabilidade, algo importante de mais para que ande ao sabor de ventos ou pequenas brisas eleitoralistas. Não pode ser a la carte, sob pena de ser um convite à imigração ilegal".

"É uma espécie de nacionalidade portuguesa em saldos para quem a quiser comprar, que a esquerda quer vender para fazer de nós um parente pobre da Europa. O Chega nunca permitirá que a nacionalidade seja vandalizada", afirmou o deputado único do Chega, André Ventura, sobre os projetos de lei de BE, PCP, PAN e Livre.

O deputado único da Iniciativa Liberal, João Cotrim Figueiredo, defendeu uma "efetiva ligação do indivíduo ou seus progenitores a Portugal" e, "como nenhum dos projetos de lei reflete a visão liberal e responsável", assumiu que o seu partido votará "contrariamente a todos eles".

"A última alteração tem um ano. E um ano depois estamos aqui com esquerda a querer alargar ainda mais e mais. Uma nação é uma comunidade de pertença, mas também de destino. Estas propostas desvalorizam esse valor. Qualquer pessoa, em qualquer circunstância, pode ser portuguesa. É uma absoluta irresponsabilidade", disse Telmo Correia.

A socialista Constança Urbano de Sousa reconheceu que "a iniciativa do PAN resolve um problema histórico e deve ser ponderada", mas manifestou mais reservas face às propostas de BE, PCP e Livre, pois "não querem apenas regular a atribuição de nacionalidade às crianças e querem também alterar o processo de naturalização dos estrangeiros residentes em Portugal" sob pena de se estar "a fabricar artificialmente cidadãos portugueses".

A bloquista Beatriz Gomes Dias tinha defendido antes que, "em Portugal, há pessoas que são estrangeiras no seu próprio país", nomeadamente "muitos filhos e filhas de imigrantes que, apesar de aqui terem nascido, continuam sem aceder à nacionalidade portuguesa, vendo-se assim privados de direitos fundamentais de cidadania".

A líder parlamentar do PAN, Inês Sousa Real, referiu que o projeto de lei do seu partido "pretende corrigir uma situação de injustiça de um conjunto de cidadãos residentes em Portugal desde 1974, antes da entrada em vigor da lei da nacionalidade".

"Faz todo o sentido considerar portugueses de origem todos os filhos de cidadãos não nacionais, nascidos em Portugal, desde que esse nascimento não tenha sido meramente

ocasional numa passagem por Portugal de pessoas nem cá residem nem cá querem residir, ou que cá tenham vindo com o único propósito de obtenção de nacionalidade portuguesa por mera conveniência não tendo nem pretendendo ter qualquer outra relação com a comunidade nacional", disse o comunista António Filipe, adiantando que o PCP pretende "votar favoravelmente todas as iniciativas" para posterior afinamento na especialidade.

Joacine Moreira afirmou que "a legislação sobre a nacionalidade é um instrumento de justiça social e, igualmente, uma necessidade para o alargamento da cidadania a milhares de indivíduos que se encontram em território nacional" e que "a legislação, por mais constitucional que seja, precisa de ser relativizada e questionada quando coloca em causa a cidadania e os direitos dos indivíduos".

O líder parlamentar de "Os Verdes", José Luís Ferreira, declarou que o seu partido acompanha as iniciativas "globalmente".

O que diz o projeto-lei

O projeto-lei do BE pretende a atribuição da nacionalidade portuguesa a todas as pessoas nascidas em Portugal, a partir de 1981, eliminando-se os critérios de um dos progenitores ter nascido no país e aqui ter residência ao tempo do nascimento da criança, terminando também "a perversa norma que impede a aquisição da nacionalidade portuguesa aos cidadãos estrangeiros que tenham sido condenados a pena de prisão igual ou superior a três anos".

O PCP propõe que possam ser portugueses os cidadãos nascidos em Portugal, "desde que um dos seus progenitores seja residente", e que, "na aquisição da nacionalidade por naturalização, os cidadãos nascidos em Portugal a possam adquirir, sem que isso dependa do tempo de residência em Portugal dos seus progenitores".

A iniciativa do PAN alarga o acesso à naturalização às pessoas nascidas em Portugal após o 25 de Abril de 1974 e antes da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade.

O projeto de lei do Livre prevê a atribuição da nacionalidade aos cidadãos nascidos em Portugal, entre 1981 e 2006, "por mero efeito da lei, independentemente da apresentação de prova de residência legal de um dos seus progenitores". O Livre quer também fazer depender a aquisição da nacionalidade por casamento ou união de facto "por mera declaração" e definir a

residência efetiva e não a residência legal no que diz respeito à contagem do tempo para atribuição da nacionalidade portuguesa.

JOACINE KATAR MOREIRA

Deputada do Livre não queria autorizar fotografia sua no site do Parlamento

Joacine Katar Moreira viu a sua decisão contrariada pelos serviços da comissão e a imagem foi publicada

<https://www.publico.pt/2020/01/07/politica/noticia/deputada-livre-nao-queria-autorizar-fotografia-site-parlamento-1899529> - acesso em 21/11/2020

Sofia Rodrigues - 07 de Janeiro de 2020 às 16:58

A deputada única do Livre Joacine Katar Moreira não queria autorizar a fotografia de grupo onde consta com os membros da Comissão Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), comissão a que pertence. A equipa de apoio da CAEOT recusou a decisão e publicou a imagem, argumentando que a “divulgação da foto da comissão decorre das funções de representação” dos deputados e citando o código civil para justificar a dispensa de autorização.

No início de cada legislatura, os membros de cada comissão tiram uma fotografia de grupo, fora ou dentro das salas onde funcionam as comissões, para ser publicada no [site da Assembleia da República](#) junto a outros elementos informativos como a composição, a atividade ou as reuniões agendadas.

Num email enviado à equipa de apoio da CAEOT, a [deputada única do Livre](#) declarou ter recebido a fotografia de grupo mas “não autorizar a publicação” daquela imagem. Outros deputados responderam a esta mensagem referindo que já publicaram a fotografia nas redes

sociais. Joacine Katar Moreira enviou um novo email em que reitera a decisão de não autorizar a divulgação da fotografia e considerando que está no “direito” de assim proceder pelo facto de a sua imagem constar no retrato. “Sabia-se que seria uma fotografia para divulgação, mas não se sabia que fotografia seria a divulgada”, escreveu. Na imagem, a deputada está de olhos fechados, o que poderá ter levado a rejeitar a fotografia em causa.

Mas a equipa de apoio à CAEOT não terá tido essa perceção e, na resposta enviada aos deputados, informou que a “divulgação da foto da comissão decorre das funções de representação inerentes ao Estatuto dos Deputados”. Os funcionários lembram que à luz do número 2 do artigo 79º do Código Civil “não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente”.

No remate desta resposta, a equipa de apoio põe um ponto final no assunto: “Como tal, não poderemos deixar de colocar a foto de grupo no site do Parlamento”. A fotografia em causa mantém-se publicada. O PÚBLICO contactou a assessoria de imprensa de Joacine Katar Moreira, que preferiu não comentar o assunto.

5.2.3. *Linguagem*

AR não informou Joacine de "acordo de cavalheiros" sobre prazos

"Acordo de cavalheiros" estabelecido na anterior legislatura fixa um prazo de poucos dias para entregar projetos para serem debatidos com iniciativas do mesmo tema em plenário. "Não

é uma regra regimental", diz Duarte Pacheco, frisando, no entanto, que o staff da deputada do Livre tinha "a obrigação de conhecer"

<https://www.dn.pt/poder/ar-nao-informou-joacine-de-acordo-de-cavalheiros-sobre-prazos-11558713.html> - acesso em 20/11/2020

DN e Lusa - 27 de Novembro de 2019 às 14:03

O parlamento não informou a deputada única do Livre sobre o "acordo de cavalheiros" estabelecido na anterior legislatura que fixa um prazo de poucos dias para entregar projetos para serem debatidos com iniciativas do mesmo tema em plenário. Esta informação foi dada à agência Lusa pelo secretário da Mesa da Assembleia da República Duarte Pacheco, depois de o projeto do Livre para alterar a Lei da Nacionalidade ter ficado de fora do debate plenário sobre esta matéria, no próximo dia 11 de dezembro, [por ter sido entregue fora do prazo](#).

A conferência de líderes da Assembleia da República reuniu-se na quarta-feira, dia 20 de novembro, e agendou aquele debate, entre outros, para 11 de dezembro, existindo já projetos de lei sobre a nacionalidade de BE, PCP e PAN. Joacine, por não integrar um grupo parlamentar, não tem assento na conferência de líderes. Joacine Katar Moreira somente esta terça-feira entregou a sua iniciativa legislativa sobre a matéria, ou seja, fora do prazo que existe por "acordo de cavalheiros", uma vez que o regimento do parlamento nada estipula sobre o assunto.

"Há um acordo de cavalheiros de que o prazo é até à sexta-feira seguinte à reunião da conferência de líderes. Isto foi uma das regras que constam de um memorando aprovado na legislatura anterior e que consta de uma das súmulas, através do grupo de trabalho para o efeito [liderado pelo socialista Jorge Lacão]. Não é uma regra regimental, mas na altura todos os partidos concordaram e aceitaram respeitar", disse à agência Lusa o deputado social-democrata Duarte Pacheco.

O secretário da Mesa da Assembleia da República, com largos anos de experiência e muitas vezes porta-voz da conferência de líderes, defendeu que "o desconhecimento da lei não pode ser invocado para defesa".

"Ela [deputada única do Livre, Joacine Moreira] não tem assento na conferência de líderes, mas o seu 'staff' tem obrigação de conhecer o regimento e estas regras. O que estava a acontecer muitas vezes, antes de se estipular este prazo, era que os partidos entregavam iniciativas no próprio dia dos debates, ou seja, sem que os deputados tivessem tempo para as ler antes de as discutir - e aconteceu com todos os partidos", acrescentou Duarte Pacheco.

Havia ainda a hipótese de, por consenso de todos os partidos, a iniciativa tardia do Livre poder ser arrastada para o debate sobre o assunto, mas, segundo fontes parlamentares, PS, PSD e PCP não concordaram em abrir exceções à tal regra do "acordo de cavalheiros".

O parlamento tem em curso uma discussão com alterações ao seu regimento - regras de funcionamento - de modo a atribuir tempos de intervenção em plenário aos deputados únicos. No âmbito deste debate, o PS tem uma proposta que fixa a sexta-feira seguinte à conferência de líderes como prazo limite para agendamento de iniciativas por arrastamento, que seria o caso do diploma do Livre sobre a nacionalidade.

O projeto de lei do Livre visa facilitar a atribuição da nacionalidade portuguesa através do conceito de "jus soli", ou seja, do nascimento ou permanência em território português, independentemente da nacionalidade dos progenitores.

De "Isto é um golpe" até "Não há conflito nenhum": todas as perplexidades do caso Joacine/Livre

Foi a 23 de novembro que um comunicado do Livre revelou um corte de relações entre a direção do partido e a parlamentar. Duas semanas, comunicados cruzados e muitas perplexidades e mais de 15 horas de reunião da assembleia depois, parece haver uma decisão, que vai ser submetida a votação na noite desta segunda-feira

<https://www.dn.pt/poder/de-isto-e-um-golpe-ate-nao-ha-conflito-nenhum-todas-as-perplexidades-do-caso-joacinelivre-11596260.html> - acesso em 21/11/2020

Fernanda Cândia - 09 de Dezembro de 2019 às 01:50

["Isto é um golpe"](#). ["Fui eleita sozinha"](#). "A direção do Livre nunca me apoiou". "Querem ensinar-me a ser política." "Não sinto apoio de maneira nenhuma." "Não sou descartável." "Tenho interesse em manter uma boa relação com a direção do partido, quer ao nível da relação institucional, quer da responsabilização mas tal não sucede e nunca aconteceu."

As queixas da deputada única do Livre, Joacine Katar Moreira, em relação à direção do partido, de que faz parte, e com a qual já afirmou só haver "comunicação por escrito para que tudo fique registado" pareciam apontar para uma situação irreconciliável. Mas este domingo, à entrada da assembleia do Livre onde a questão ia ser examinada, a parlamentar, que [gosta de dizer](#) que o seu nome é ["desconforto"](#) afirmou aos jornalistas: "Não há conflito nenhum."

Joacine entrou na assembleia às dez e pouco da manhã e saiu antes da uma, após ser inquirida; de seguida, teve lugar a inquirição do Grupo de Contacto (direção do partido), ficando depois a assembleia, composta de [41 membros](#), e que inclui o fundador Rui Tavares, a deliberar. 15 horas depois do início da reunião, ter-se-á chegado, segundo uma nota enviada à Lusa já de madrugada, "a um encontro de posições comuns a serem incluídas numa resolução de cuja redação foi mandatada a mesa da Assembleia." Esta resolução, esclarece a nota, "será amanhã [esta segunda-feira à noite] submetida a votação na reunião de continuidade da 40.^a Assembleia e imediatamente comunicada a todos os membros e apoiantes".

Quando tal acontecer, o teor do parecer da Comissão de Ética e Arbitragem do Conselho de Jurisdição sobre o conflito que opõe a deputada ao Grupo de Contacto deverá igualmente ser comunicado aos militantes.

O parecer, que foi entregue no sábado, e que teve [o advogado Ricardo Sá Fernandes como relator](#), não propõe qualquer sanção disciplinar, quer para a deputada quer para o Grupo de Contacto, e faz uma descrição pormenorizada de situações e posições ocorridas ao longo dos últimos meses, indiciando que o atrito entre a agora parlamentar e a direção do partido vinha de trás.

O facto de não haver proposta de ação disciplinar no parecer não significa, porém, que a assembleia, que é soberana - como disse ao DN um membro do partido, "trata-se do nosso parlamento" - não possa fazê-lo. Há porém entre os dirigentes do Livre quem ponha a hipótese de que se procure encontrar uma forma de certificar que num partido sem disciplina de voto a deputada não funciona completamente à margem do mesmo, como uma independente não

declarada, e que situações como a ocorrida a 22 de novembro, e que revelou o mal-estar entre ela e a direção do partido, se não repitam.

"Votei contra a direção de mim mesma"

Faltavam, recorde-se, três dias para Katar Moreira completar um mês como deputada quando a sua abstenção num voto de condenação proposto pelo PCP sobre o conflito Israel/Palestina, desencadeou a crise em análise na assembleia do partido deste domingo.

O voto aconteceu numa sexta-feira e logo se sucederam, no Facebook, posts consternados de apoiantes do partido e da deputada, pedindo uma explicação e interpelando diretamente a parlamentar. Mas esta, que não anunciou declaração de voto aquando da votação, estava ainda em silêncio quando, no sábado de manhã, 23 de novembro, a direção do Livre publicava [um comunicado](#) exprimindo "preocupação" com o facto de aquela abstenção surgir "em contrassenso com o programa eleitoral do LIVRE e com o historial de posicionamento do partido nestas matérias". A posição do Livre, lia-se no início do comunicado, "é clara desde a fundação do partido: pela autonomia do território e pelo reconhecimento do Estado da Palestina". E terminava não deixando dúvidas: "O texto apresentado pelo PCP uma posição favorável por parte da direção do partido LIVRE."

Os comunistas, sob o título "condenação da nova agressão israelita a Gaza e da declaração da administração Trump sobre os colonatos israelitas," propunham a condenação dos bombardeamentos do exército israelita sobre a população da Faixa de Gaza e o carácter ilegal dos colonatos israelitas, reclamando o levantamento do bloqueio sobre aquele território palestino, reiterando "o direito do povo palestino à constituição de um Estado livre, viável, soberano e independente, com capital em Jerusalém Leste, conforme as resoluções da ONU", e exigiam a libertação da política da Frente de Libertação da Palestina Khalida Jarrar e "restantes deputados palestinos presos por Israel". Foi aprovado, tendo o PS, BE, PAN e Verdes, para além do PCP, votado a favor, e PSD, CDS/PP, Chega e Iniciativa Liberal votado contra. Só houve duas abstenções, a de Joacine Katar-Moreira e do deputado socialista Ascenso Simões; dois deputados anunciaram declarações de voto - Pedro Delgado Alves, do PS, e Pedro Roque, do PSD.

Katar Moreira, que perante o comunicado do Livre se disse "surpreendida" e anunciou estar "em reflexão", contando reagir no dia seguinte, acabaria por responder no mesmo dia,

sábado, também [em comunicado](#). Neste, se assumia "total responsabilidade pelo voto", afirmava que este não corresponde "àquilo que tem sido desde sempre a minha posição pública sobre esta temática", chegando mesmo a dizer: "Votei contra a direção de mim mesma."

Mas, de seguida, atribuía a sua abstenção à "dificuldade de comunicação entre mim e a atual direção do Livre, da qual sou parte integrante, além de deputada única do partido". "Foram três dias de contacto infrutífero para saber dos posicionamentos da direção relativos ao sentido de voto das propostas que nos chegaram, onde esta constava", escreveu.

Terminava o comunicado parecendo querer frisar a existência de uma legitimidade direta, como se de uma eleição uninominal se tivesse tratado: "Esta eleição congregou um movimento e uma união de forças e expectativas que extravasaram largamente as fronteiras partidárias e a esta constelação estarei para sempre grata e trabalharei para que a confiança em mim depositada tenha lugar em posições de uma esquerda solidária, igualitária e anticolonial."

Reagindo à reação de Joacine, Pedro Nunes Rodrigues, do Grupo de Contacto, desmentiu a deputada: "A dificuldade de comunicação passa também por ela, para o gabinete dela uma vez que nunca se dirigiu aos restantes membros da direção a pedir uma ajuda naquele voto específico. Foi-nos enviado o guião de votações, como nos é enviado todas as semanas, mas na semana passada nós também não nos pronunciamos sobre todas as votações e no entanto não houve nenhuma situação destas de haver uma falha de comunicação." Não foi, frisou, "pedido nenhum acompanhamento específico para o voto em causa", ao contrário do que, adiantou, sucedeu com um voto "sobre a Amazónia, apresentado pelo PAN" e votado naquela mesma sexta-feira, para o qual o gabinete pediu apoio. "Enviámos ao gabinete a nossa posição, a posição que achávamos ser a mais correta e, portanto, nesse caso nós respondemos ao pedido específico."

Um conflito que vinha de trás

Esta troca de comunicados e acusações veio assim expor aos olhos do país aquilo que era já uma guerra aberta dentro de um partido que na maior vitória que conseguiu em seis anos de existência parece ter encontrado o maior motivo de crise.

Esse conflito é a florado por exemplo num texto publicado sobre Katar Moreira a 23 de outubro [num site brasileiro](#) e a propósito de uma deslocação sua ao Brasil, a 15 desse mês, logo

após a eleição. "A campanha de Katar foi realizada por 18 amigos, a maioria artistas. Com apenas 8 mil euros de recurso, cerca de 38 mil reais, proveniente do partido que participa, o Livre, Joacine enfrentou candidatos mais conhecidos e de financiamentos perto dos 500 mil euros, assim como batalhas internas no partido pela falta de apoio na produção da campanha. (...) Assim como em Portugal, aqui no Brasil, candidatos negros dentro dos partidos tendem a ser menos financiados que seus aliados brancos", lê-se no artigo, em que a deputada é citada. A alusão a "batalhas internas" e "falta de apoio", não é colocada em discurso direto mas após as afirmações públicas de Katar Moreira no mesmo sentido desde a publicitação da crise parece haver poucas dúvidas de que teria sido ela a fonte.

Esta "falta de apoio" e o distanciamento da deputada e da direção do partido poderá também ser verificado, retrospectivamente, aquando do abaixo-assinado surgido no início de novembro, sob o título "[Solidariedade com Joacine Katar Moreira no combate contra o racismo e na defesa da democracia](#)". Trata-se de um protesto contra os ataques racistas e odientos de que a deputada foi alvo desde a campanha eleitoral, redobrados após a eleição, mas também contra comentários e artigos publicados nos media em que a questão da gaguez da parlamentar foi abordada, comentários e artigos esses que o texto relaciona também com discriminação racial.

"O mal-estar evidenciado por tanta agressão era previsível, mas a sua intensidade choca. E a previsibilidade não torna aceitável aquilo que em democracia é intolerável: o ódio, a perseguição pessoal, o preconceito e, não tenhamos ilusões, a vontade de obliterar a decisão soberana do eleitorado. Joacine Katar Moreira foi eleita pelo povo português, para cumprir o seu mandato até ao fim. O escrutínio crítico da sua atividade como deputada faz parte do jogo democrático, e é naturalmente bem-vindo. Mas na democracia não pode haver lugar ao linchamento público nem ao racismo. O povo falou a 6 de outubro, e agora é tempo de deixar a democracia seguir o seu curso", lê-se no documento, que quando foi divulgado, a 9 de novembro, contava, nas assinaturas, com apenas um dirigente do Livre, Rafael Esteves Martins, o assessor de comunicação da deputada no parlamento, e Rute Serôdio, que fora candidata do partido por Santarém e é também assessora (jurídica) de Joacine. Nem o cabeça de lista do partido pelo Porto, Jorge Pinto, nem o segundo na lista por Lisboa, Carlos Teixeira, se encontram ainda hoje na lista, na qual parece faltar a generalidade dos membros do Grupo de Contacto e da Assembleia do partido; só o nome de Rui Tavares consta, tendo sido acrescentado alguns dias depois da divulgação.

Isto apesar de logo a 11 de outubro a direção do partido ter exarado um comunicado precisamente [sobre os ataques de ódio a Joacine Katar Moreira](#), no qual dizia estar a acompanhar "os constantes ataques públicos e privados reveladores de racismo, xenofobia, misoginia, intolerância e desinformação ("fake news") de que a então candidata, e agora deputada eleita, Joacine Katar Moreira tem sido alvo. (...)Lamentamos e repudiamos os ataques de ódio a que Joacine Katar Moreira tem estado sujeita. Estamos a seu lado e convictos de que a sua determinação, inteligência e força são fundamentais na luta por um país e um mundo melhor."

"O Livre não vai atirar isto para baixo do tapete"

A reunião da assembleia do partido que se iniciou este domingo de manhã e cujo resultado ainda não era conhecido às 01:45 de segunda-feira é a segunda em que o conflito entre Joacine Katar Moreira e a direção é analisado. A primeira teve lugar logo a 24 de novembro.

Foi aí que ficou decidido requerer ao Conselho de Jurisdição que se debruçasse sobre o [assunto](#). Esta decisão, porém, não foi incluída no [comunicado](#) exarado no final da reunião, no qual sobre o assunto se dizia apenas: "A Assembleia do LIVRE reconhece que todos os nossos membros, apoiantes e eleitores olham para as declarações dos últimos dias com perplexidade. Assumimos as dificuldades de comunicação e queremos garantir que estamos a trabalhar em conjunto para as resolver, reafirmando que o partido continua unido e focado em torno do seu programa político e eleitoral."

Seria Rafael Esteves Martins [a revelar publicamente](#) que a assembleia decidira recorrer ao Conselho de Jurisdição. Decisão que, ao DN, [atribuiu a insistência de Rui Tavares](#): "A pedido e por insistência de Rui Tavares, pois já havia sido colocada a opção do CJ [Conselho de Jurisdição] por ele anteriormente, e enquanto membro da assembleia, esta opção foi votada favoravelmente pela assembleia."

No Twitter, um membro da Assembleia do Livre, Filipe Honório, acusaria Esteves Martins de mentir. "O gabinete da deputada está a mentir", escreveu.

Ainda a 24 de novembro, e enquanto decorria a reunião da assembleia, Ricardo Sá Fernandes, membro do Conselho de Jurisdição esteve na SIC Notícias e pôs a hipótese de que o órgão poderia "ter que pronunciar-se sobre alguns destes factos", adiantando que "o Livre não

vai resolver isto às três pancadas, não vai atirar para baixo do tapete. Vai enfrentar este assunto com dignidade, seriedade e respeito pelo partido."

Na noite anterior, 23 de novembro, o Livre tinha celebrado o seu sexto aniversário com um jantar comemorativo no qual, conta o [Expresso](#), Joacine Katar Moreira terá sido recebida "num silêncio de chumbo". Foi à margem desse jantar que deu uma entrevista ao [Observador](#) na qual afirmou ter sido "eleita sozinha" e se queixou de que, na noite das eleições, a direção do partido tinha festejado a atribuição da subvenção, em vez de esperar por saber se ela tinha sido eleita.

Também durante a comemoração Rui Tavares esteve na RTP3 para o seu comentário habitual e, confrontado com os problemas no Livre, reafirmou a posição do partido sobre a Palestina e garantiu que a deputada não podia justificar a sua abstenção com a "falta de comunicação" com a direção. Quando regressou à companhia dos seus colegas de partido, comunicou a Joacine o que tinha dito na RTP.

"Quero deixar uma mensagem a todos aqueles que votaram no Livre, seguem a política portuguesa, a todos os nossos concidadãos: é a de que sei que muitos estão perplexos e quero que tenham consciência de que nós também estamos", diria no dia seguinte Tavares aos jornalistas, à entrada para a assembleia. Perplexidade seria também a palavra chave da crónica que escreveria na sua habitual coluna no Público, a 25 de novembro, sob o título [Carta para perplexos](#): "Quando toda a gente está perplexa não se pode fazer de conta que a perplexidade não existe; isso significaria estar desligado da realidade e das pessoas que veem a mesma realidade que nós. E isso é um risco que nenhum de nós pode correr (...)."

Se a perplexidade vai ou não continuar não se sabe. À hora de publicação deste texto, perto das duas da manhã desta segunda-feira, ainda não havia notícias sobre a decisão da assembleia.

PARLAMENTO

Votos propostos e palavra “vergonha” abrem guerra entre Ventura e Ferro Rodrigues

Presidente da Assembleia da República pede revisão do regimento para reduzir número de votos propostos. Só o Chega apresentou 17 nesta quinta-feira

<https://www.publico.pt/2019/12/12/politica/noticia/votos-propostos-palavra-vergonha-abrem-guerra-ventura-ferro-rodrigues-1897178> - acesso em 21/11/2020

Sofia Rodrigues e Maria Lopes - 12 de Dezembro de 2019 às 18:34

Numa só tarde foram três os episódios que fizeram subir a tensão entre o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, e André Ventura, deputado do Chega. Primeiro Ferro Rodrigues advertiu o deputado, censurando-o por usar com “demasiada facilidade” a palavra “vergonha” em plenário, o que levou André Ventura a pedir a intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa; depois queixou-se de um excesso de votos apresentados pelo deputado; e impediu mesmo a votação de um dos textos proposto pelo parlamentar, por considerar que o texto era desprovido de sentido.

A polémica estalou nesta quinta-feira no arranque do debate em plenário quando André Ventura repetiu várias vezes a palavra “vergonha” contra o PS e a ação do Governo, numa intervenção sobre projetos de lei para a remoção do amianto dos edifícios públicos. Ferro Rodrigues não deixou passar em claro e, quando Ventura terminou, observou que ele usava os termos “vergonha e vergonhoso com demasiada facilidade” - “o que ofende muitas vezes todo o Parlamento e ofende-o a si também”, acrescentou.

Ventura pediu a defesa da honra - uma figura regimental - e replicou que um deputado usa as “expressões que entender legítimas, no contexto que entender legítimo da liberdade de expressão que lhe é atribuída pela Constituição e pelo Parlamento”. Ferro Rodrigues cortou-lhe a palavra para vincar que “não há liberdade de expressão quando se ultrapassa a liberdade de expressão dos outros - que é aquilo que o senhor faz na maior parte do tempo em que intervém.” O presidente da Assembleia da República deu o caso por terminado, não permitindo novos pedidos de defesa da honra, apesar de Ventura continuar a dizer alto “vergonha”.

André Ventura saiu do plenário e, uma hora depois, convocou os jornalistas para dizer que o episódio assumia “gravidade” e alegou que outros deputados – nomeadamente a bloquista Mariana Mortágua – usaram a mesma expressão e não foram sancionados pelo presidente.

Acompanhado por vários elementos do Chega, o deputado anunciou que pediu uma audiência a Marcelo Rebelo de Sousa por considerar que “está em causa o regular funcionamento das instituições”. Mas o Presidente da República não irá recebê-lo por causa deste incidente parlamentar, apurou o PÚBLICO. No entanto, está marcada uma audiência para a próxima terça-feira, a propósito do Orçamento do Estado para 2020.

Nas declarações aos jornalistas, o deputado fez questão de salientar que recebeu “muitas mensagens de solidariedade de todas as bancadas”, que depois não quis identificar. E até disse que vai pedir ao gabinete de Ferro Rodrigues que “envie uma lista com as expressões que não quer que sejam utilizadas no Parlamento. “Se é o presidente da Assembleia que decide que expressões podem ser utilizadas, então esta democracia acabou.”

Dizendo não querer pessoalizar em si o episódio - “hoje não foi o deputado do Chega que foi humilhado, foram todos os deputados e a democracia” -, Ventura foi dando exemplos de tratamento diferente dado a outros deputados em situações idênticas. A Passos Coelho, por exemplo, houve quem o acusasse de “roubar o povo” e questionasse se não tinha “vergonha por ter sangue nas mãos”, quando Ferro já era presidente, citou Ventura, sem que na altura houvesse “qualquer indignação”. “Eu não vou deixar de dizer a palavra ‘vergonha’ as vezes que entender”, garantiu.

Contra a “banalização dos votos”

No momento das votações, outros episódios levaram a um choque entre Ferro Rodrigues e o deputado. Em tom de queixa, o presidente deu conta de que havia 39 votos (de saudação, congratulação e condenação), 17 dos quais apresentados por André Ventura, e outros três propostos pela deputada do Livre Joacine Katar Moreira. Assumindo não ter poderes para limitar o número deste tipo de textos apresentados, Ferro Rodrigues anunciou que vai pedir ao grupo de trabalho sobre o regimento que “coloque como imediata prioridade” esta questão. “Não pode nem deve continuar para bem da Assembleia da República”, rematou.

A “banalização” dos votos já tinha sido criticada [horas antes pela líder da bancada socialista, Ana Catarina Mendes](#). À Lusa, a deputada considerou que, nesta legislatura, se está a tentar “transformar” projetos de resolução em votos. Esse mesmo comentário acabou por ser feito em plenário pela líder da bancada centrista Cecília Meireles e por Pedro Filipe Soares, o seu homólogo bloquista.

O hemiciclo assistiu ainda a mais um momento de tensão entre os dois protagonistas: Ferro Rodrigues não colocou à votação um dos textos de André Ventura que se congratulava “pela retirada de Cuba da lista de países amigos de Portugal”. Em tom seco, o presidente disse que a mesa era “soberana” na decisão e argumentou: “Não há uma lista de países amigos, por isso, não faz sentido”. Ouviram-se risos nas bancadas, sobretudo à esquerda. André Ventura ainda tentou intervir, mas não lhe foi permitido por estar a decorrer o período de votações. Sentado no seu lugar, os gestos do deputado do Chega mostraram desagrado por estar obrigado ao silêncio.

PSD concorda com revisão do regimento para "travar" excesso de votos

O grupo parlamentar do PSD concorda com a necessidade de rever o regimento para travar a multiplicação de votos de pesar, condenação ou saudação, disse à Lusa o primeiro vice-presidente da bancada, Adão Silva.

"O PSD está muito preocupado com esta matéria e alinha perfeitamente na revisão do regimento para moderar a situação de excesso, de superabundância de votos, que levam a um desvirtuar do normal funcionamento do parlamento", afirmou, questionado pela Lusa.

O assunto foi levantado na reunião da bancada parlamentar do PSD por vários deputados, incluindo o presidente e líder do grupo parlamentar Rui Rio, que considerou "despropositado" quer o número quer o conteúdo de alguns dos votos que têm sido apresentados na atual legislatura e pediu sugestões sobre este problema.

"Nós entendemos que, na revisão do regimento, esta matéria tem de ser abordada e revisitada. O Parlamento está numa situação de achaque funcional, não é bem o que se espera de um Parlamento", considerou Adão Silva.

A título pessoal, o primeiro vice-presidente da bancada defendeu na reunião que seja introduzido o princípio da proporcionalidade na apresentação de votos - também sugerido pelo presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Marques Guedes - e a introdução de um "plafonamento", que poderia ser mensal, à exceção dos votos apresentados pelo presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, que não teriam limite.

Ou seja, cada partido teria um número máximo de votos que poderia apresentar por mês e que seria proporcional à sua dimensão, tal como já acontece com os tempos de debate.

PARLAMENTO

Em caso de “divórcio”, Livre ficará com o mesmo financiamento e Joacine perderá mais de metade

Se Joacine Katar Moreira passar a deputada não-inscrita vê a subvenção anual baixar de 118 mil para 57 mil euros. O Livre continuará a receber a subvenção de 165 mil euros, que só depende do número de votos obtido nas legislativas de Outubro

<https://www.publico.pt/2020/01/18/politica/noticia/livre-ficaria-financiamento-joacine-perderia-metade-1900789> - acesso em 22/11/2020

Maria Lopes - 18 de Janeiro de 2020 às 06:30

Se as consequências políticas da tempestade criada com Joacine Katar Moreira só a médio prazo serão perceptíveis para a vida do partido, as sequelas financeiras podem ser imediatas para a parlamentar, caso deixe de representar o Livre e se assuma como deputada não-inscrita. Na verdade, as perdas financeiras serão até maiores para Joacine do que para o Livre. A deputada vê o seu financiamento anual reduzir-se de 118 para 57 mil euros, ao passo que o partido continuará a receber anualmente 165 mil euros.

Enquanto deputada única representante do Livre, Joacine tem um bolo de subvenções para a atividade parlamentar de 117.845,8 euros, mas se passar a ser deputada não-inscrita, o valor total que a Assembleia da República lhe irá disponibilizar é menos de metade: 57.044,44 euros.

Já o partido Livre, por ter tido mais de 50 mil votos nas eleições de 6 de Outubro - na verdade 56.940 votos -, [tem direito a uma subvenção pública anual](#) que, calculada com base no IAS - Indexante de Apoios Sociais, é hoje de 165.410 euros. E esse valor (para cada um dos quatro anos da legislatura) ninguém lho tira nem reduz.

Quem o diz é o gabinete do secretário-geral da Assembleia da República quando questionado pelo PÚBLICO sobre o regime a aplicar às subvenções caso Joacine Katar Moreira deixe de representar o Livre. “Qualquer eventual passagem de um deputado único ou de [um deputado de] grupo parlamentar para a condição de deputado não-inscrito não alterará, até ao final da legislatura vigente, o montante anual da subvenção pública concedida ao partido pelo qual o mesmo deputado tenha sido inicialmente eleito”, respondeu, por escrito, o gabinete de Albino Azevedo Soares.

Por seu lado, Joacine Katar Moreira recebe da Assembleia da República, enquanto deputada única representante do partido Livre, uma subvenção para a atividade parlamentar no valor total de quase 118 mil euros: 85.408,96 euros de plafond anual, a que se somam 22.637,88 euros de subvenção para assessoria e 9.798,96 euros para comunicações.

Caso o Livre lhe retire a confiança política e Joacine decida ficar no Parlamento com o estatuto de deputada não-inscrita, a parlamentar verá o seu financiamento reduzido para cerca de 57 mil euros, de acordo com a informação do gabinete do secretário-geral. Mantém-se igual a subvenção para assessoria, mas o valor para comunicações cai para um terço (3903 euros) e o plafond anual (destinado a gastos gerais) desce quase na mesma proporção - 30.503 euros.